

MOVIMENTO

Os presos políticos do Vietnã
Terra e conflito no sertão baiano

Entre o céu e a terra
OS BISPOS EM ITAICI

As relações entre Mao Tse-Tung
Chu En-lai e a "Gang dos 4"



SEVERO GOMES

E a noite
dos empresários



Severo Fagundes Gomes



Carlos Eduardo Louzada

A Bahia, ao lado de Mato Grosso e Goiás, talvez seja o estado brasileiro onde o problema da terra parece tornar-se cada dia mais grave.

Segundo um documento da Comissão Pastoral da Terra, Regional III, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, lançado no final do ano passado, há uma situação de violência generalizada em quase todas as regiões do estado, especialmente no Além - São Francisco, no Extremo Sul da Bahia, na Chapada Diamantina e acentuadamente nas áreas de barragens e projetos de irrigação.

A principal barragem em construção na Bahia e que está provocando profundas alterações em todo o sertão é Sobradinho. A área inundada pelas águas da represa representará a formação do maior lago artificial do mundo. Evidentemente, cobrindo uma área muito extensa (4.100 km²) e sendo necessário transferir quatro cidades, dezenas de povoados e milhares de moradores de zona rural, a resposta foi o motivo determinante de uma grande movimentação na região, uma das mais áridas do país: o sertão do São Francisco.

Ocupadas desde o início da colonização, as terras do Sertão do São Francisco pertenceram inicialmente, como propriedades Sesmarias a duas famílias: os Garcia D'Ávila e os Guedes de Brito. Na medida em que a região foi sendo povoada, as pessoas iam adquirindo posse den-

Em várias regiões da Bahia acentuam-se as lutas entre posseiros e grileiros pela posse da terra. Mas no sertão do São Francisco, depois que começaram as obras da represa de Sobradinho e foram feitas melhorias na região, os conflitos tornaram-se mais violentos e sangrentos

tro das sesmarias, através de títulos privados (hoje praticamente sem valor jurídico) onde constava apenas o valor das terras compradas, sem especificar-se a localização exata nem o tamanho.

Com o passar dos anos os próprios posseiros passaram a ceder outras posses dentro das suas e foi se formando uma intrincada sucessão de títulos de posse quase impossível de deslindar. E essa situação permaneceu assim principalmente porque a região é muito pouco povoada, e as terras, muito áridas e isoladas, nunca alcançaram grande valor, a não ser na beirada do Rio São Francisco. As propriedades jamais foram cercadas e mesmo seus limites, quase sempre indefinidos, se confundiam, pois sempre foi comum a utilização da terra, com os animais criados soltos, apenas com a marca do dono, misturando-se aos animais de

diversos proprietários. Somente as roças costumavam ser cercadas, para evitar a entrada do gado.

Dessa forma a região pôde se manter relativamente calma em relação ao problema de posse da terra, ainda mais que grande parte passou para o estado por terem permanecido devolutas. Mas nos últimos anos, quando começaram as obras de Sobradinho e enorme quantidade de dinheiro foi injetado na região, sérias modificações começaram a aparecer também na situação fundiária. A construção das novas cidades, a abertura de centenas de quilômetros de estradas principais e vicinais, projetos privados de irrigação, de luz elétrica, facilidade de se atingir mercados consumidores importantes como Juazeiro e Petrolina, que anteriormente eram atingidos somente por barcos, descendo o rio, vieram trazer às terras da região uma súbita valorização. E a relativa organização da situação fundiária começou a ser alterada com a presença cada vez maior de grileiros, interessados em ocupar as terras que poderiam de alguma forma, ser beneficiadas pelos projetos ligados à Sobradinho.

A lei do arame farpado

Evidentemente, os principais grileiros que passaram a envolver o Sertão do São

continua na página ao lado



“Nós fomos na perua, eu, o soldado Raimundo Grande, o soldado Bastião, o seu Eurico e o vaqueiro do Eurico que ia mostrar o caminho. Quando chegamos no pé da serra faltava ainda uma légua pra chegar na casa do velho Gervásio. Nós fomos a pé, seu Eurico ficou no carro esperando e nós subimos pelo mato. O vaqueiro ia na frente, mostrando o caminho. Parece que naquela hora eu senti uma coisa esquisita, parece que a gente ia adivinhando o que ia acontecer. Eu tinha um fuzil, cada soldado tinha um fuzil. Quando foi chegando mais perto eu falei pro vaqueiro que ele devia voltar, porque podia ser perigoso, e o serviço dele acabava ali, ele só tinha vindo mostrar o caminho. A

O tiroteio

ele ficou pra trás um pouco e nós continuamos. A gente tinha que citar o velho Gervásio a mandado do Juiz, ele recusava a receber a intimação, que era por causa de um negócio de terra, que parecia que ele ocupava a terra de seu Eurico. A gente foi mandado lá pra entregar, não tinha intenção no que aconteceu.

Aí, quando a gente ia indo co-
meçou o tiroteio. Eles estavam
trepados numa árvore, parece
que até o rifle deles estava amarra-
do numa forquilha. Eram uns cin-
co, além do velho Gervásio, cho-
via bala de tudo quanto é lado, a
gente nem sabia pra onde atirar.
Logo no começo o soldado Bas-
tião caiu com uma bala no peito e
depois fui eu, pegou uma bala na
cabeça e depois outra no peito e
aquilo me deu uma raiva danada,
mas eu continuei atirando meio cego, en-
quanto que o velho Gervásio apareceu
com um facão e pegou a lutar com o solda-
do Raimundo Grande, uma luta dos dia-
bos, o velho era baixinho mas brigava
como quê, enquanto ele brigava ia gritan-
do pros filhos mata esse desgraçado, atira
nele Milton, atira nele, mata esse desgra-
çado. Então eu vi que a coisa ia ficar mais
perdida pra nós ainda e consegui enfiar o
fuzil debaixo da perna, fazer pontaria e
atirar. Aí o velho caiu, os outros saíram
correndo tudo e ficamos só nós lá, balea-
dos, que o soldado Raimundo Grandetam-
bém tinha sido baleado.

Aí a gente viu que tinha era que voltar e fomos, largamos o corpo do soldado Bas-

tião lá e fomos meio arrastando, com uma sede danada, pela caatinga afora, pra chegar na perua onde estava seu Eurico, o maior interessado, esperando a gente, lá longe do fogo. Tinha hora que eu pensava que não ia chegar, faltava o fôlego, aí eu enfiava umas folhas verdes na boca e parece que aliviava. Foi a quadra mais difícil da minha vida.

Neste começo de ano dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano

Uma coisa que me desgostou foi isso, ter que matar, ter que ver um rapaz novo como o finado Sebastião, 23 anos, perder a vida ali, numa briga que era coisa dos grandes, a gente foi é mandado, e eu não sei, acho até que o Gervásio não queria nada com a gente, o que ele queria era guardar a terra dele, afinal fazia mais de 30 anos que ele vivia naquela serra com a roça dele, e até lá a serra chama Gervásio.

Mas aí o seu Eurico do cartório mostrou um documento dizendo que era tudo terra dele e o Juiz mandou a gente lá enfrentar as balas. Os grandes arrancam confusão e a gente é que tem que entrar no fogo. Pra mim foi um atraso, porque eu também estou fazendo minha casinha aqui em Sento Sé novo e por causa disso, dos ferimentos, a casa ficou muito tempo parada, a mulher e os meninos sem ter direito onde ficar. Pra mim foi tudo um atraso, essa briga deles." Soldado Raimundo pequeno, da polícia baiana, lotado em Sento Sé, no sertão de São Francisco.

NO SERTÃO BAIANO

continuação da página ao lado

Francisco em longas cercas de arame farpado, são os próprios grandes fazendeiros da região, os comerciantes fortes, os que podem utilizar sua influência política para obter informações junto aos organismos responsáveis pelos projetos. Os pequenos sitiantes, em geral extremamente pobres, analfabetos, envolvidos na sua eterna luta contra a seca, atônitos diante das profundas alterações que a construção da represa (com suas mudanças, milhares de trabalhadores vindos de fora, abertura de grandes frentes de trabalho, etc) veio trazer, se tornam presas fáceis.

A maneira de atuação dos grileiros na região é das mais elementares: basta escolher a área e cercá-la com arame farpado, usando como documento de propriedade qualquer título arcaico de posse. Como na maioria dos títulos não consta a localização exata do lote, o grileiro, depois de já consumada a grilagem, com a área cercada, alega que é aquela a sua propriedade e solicita em juízo um título definitivo que substitua a escritura de posse. Como em geral ninguém tem título de propriedade regularizado para contestá-lo, tudo fica perfeitamente legal. Se a área pretendida por um grileiro tem antigos moradores, velhos posseiros, a estratégia não muda, apenas ganha componentes novos: a sedução ou a violência.

Desacostumado a lidar com dinheiro,

ainda preso a uma economia de troca, o pequeno lavrador do sertão é capaz de aceitar indenizações ridículas por suas terras, principalmente porque não está acostumado com a idéia de que a terra tem um grande valor: sempre a utilizou comunitariamente, sem ter que pagar nada a ninguém. Por isso, para limpar uma propriedade de pequenos agricultores que ali vivem, os grileiros, com um ar legal e munidos de qualquer tipo de documento obtido junto a um organismo oficial ou autarquia — mostrando-se generosos e sedutores — têm oferecido pequenas quantias ao trabalhador e a possibilidade de permanecerem ali mesmo onde se encontra, mas como empregado ou meiteiro.

Soterrados pela hábil argumentação, assustados pelo ar legal (é bastante comum grileiros utilizarem a polícia para fazer entrega de citações, etc.) os lavradores cedem, em sua maioria migrando para outras terras ou permanecendo como trabalhador do grileiro.

Mas se por alguma razão a sedução não dá certo, apela-se para a violência. Uma violência já comum no sertão, onde o homem, acostumado a enfrentar uma natureza agressiva, parece ver nela uma saída.

Neste começo de ano dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um



A vingança

“...É a parte que te cabe deste latifúndio”

J. Cabral de Mello Neto

“Mandaram intimar o Gervásio, mas ele não foi. Mandaram de novo, o oficial de justiça foi e ele respondeu que não aceitava não, que só saía dali aos pedaços. Que a terra era dele e não entregava a ninguém. Que tinha sido o suor dele e trinta e tantos anos de serviço que fizeram a propriedade, ele e os filhos que vieram crescendo e trabalhando lá naquela serra de caatinga brava. Por isso quando o Oficial entregou a intimação ele disse que não vinha, porque sabia que ia perder, era uma cama que eles tinham preparado pra ele; o Eurico, filho do dono do cartório, parente de deputados, é dos grandes da cidade, amigo e parceiro do Juiz, parece que é até sócio dele. Por isso o Gervásio dizia pra gente que não ia atender não, aquilo era negócio feito.

Foi então que mandaram a polícia, o Juiz mandou três soldados pra ir lá e trazer o velho Gervásio. O Eurico foi junto mas ficou sentado no carro, com o motorista, mais duma légua de distância, que ele já sabia que o velho podia querer resistir e a coisa esquentar, então ele ficou longe na segurança. Já sabendo que não ia ganhar

mesmo na justiça, que era tudo preparado para ele perder, Gervásio juntou os filhos e reagiu, né? Apelou. As terras eram dele pra todos os efeitos, tinha uma boa casa de farinha, casa de telha, tinham um jipe, uma rural, mandioca muita, capim, boi, tudo dele, Gervásio, que tinha vindo fazer mais de 30 anos do Piauí, desbravado aquele sertão vazio com os braços, não tem ninguém aqui no povoado, na cidade que ache o contrário, só os interessados mesmo, os grandes.

Então o Gervásio fez papel de homem, chamou os filhos e se dispôs a se defender da justiça dos grandes, a defender o pedacinho de chão dele. Foi pura grilagem do Eurico, todo mundo sabe. Então os soldados foram e o Gervásio já esperava, foi aquele tiroteio danado, morreu o soldado Bastião, que, coitado, até era um bom moço, foi é mandado pelos grandes, tinha que ir. E mataram o velho Gervásio também. Velho arretado de valente, lutou até no facão. Mas os filhos fugiram e o corpo do velho ficou largado lá, ninguém enterrou.

Aí, veio a polícia de Juazeiro e começou a vingança. Eles chegaram lá fazendo as maiores barbaridades, as maiores misérias dessa terra. Um velho, porque tinha uma filha casada com um dos filhos do Gervásio, morador já da cidade nova, a polícia foi lá buscar e trouxe preso, debaixo de pau, um velho de mais de 70 anos: que ele tinha a ver com a briga? Prenderam a mulher do velho, prenderam

a nora; a mulher até pariu dentro da cadeia; pegaram um homem num lugar aí perto chamado Fartura, picaram no cacete que até hoje tá quase morto. Bateram nele sem graça porque acharam que ele sabia onde os filhos do velho estavam, acharam que ele era coiteiro. Um outro rapaz de Oliveira, o Lameu, quebraram a cama, quebraram tudo o que tinha dentro da casa, quebraram ele no pau, só porque ele era vizinho de um dos filhos do Gervásio acharam que ele sabia alguma coisa. Fizeram as piores misérias, levaram até os rifles e espingardas que alguns roceiros tinham aí pra se caçar de vez em quando. Pegaram gente demais que não tinha nada a ver com o caso e dançou tudo no cacete. A polícia veio vingar no povo a morte do companheiro. Uma situação escabrosa: eu vi a mulher de um dos filhos do velho Gervásio com um menininho deste tamanho na mão, chorando na rua, que ela tinha parido de medo na cadeia, de sete mês. Aí chorando de fome, com seus chiqueiro de criação em casa, com fartura, sem poder apanhar nada, porque a polícia disse que lá ela não podia pegar nada, a casa dela estava interdita. Depois eles tocaram fogo em tudo, um depósito cheio de farinha, a sacaria, tinha um dos moços que fazia um negócio de mercadoria, uma gambiarra lá, queimaram tudo. Tá lá, tudo esbagaçado, os carros estão lá jogados na beira da estrada, tudo arrombado de bala, tocado fogo. Foi a maior vingança.

Quando foram buscar o corpo do finado Gervásio, acharam a velha lá, cobrindo o corpo do velho com galho e folhas para o urubu não comer, aí prenderam a velha. Diz também que o cachorro do velho Gervásio, um catingueirinho miúdo, não arredou o pé do cadáver do velho, ficou ali de guarda tudinho, investindo em qualquer bicho que chegava pra bolir no corpo. Ficou lá durinho, passando fome, sede, mas ficou de junto do velho. Pois é, o velho ficou morto lá naquela serra, o chão que tomaram dele, mas quer dizer não tomaram tudo não, porque aquele cantinho onde o Gervásio ficou morto, ninguém mais tira dele não, nem o Eurico, nem os grandes.

A gente vê essas barbaridades na frente da gente e vê que trataram o velho que nem o mais ruim dos criminosos, mas não, era um homem trabalhador e honesto. Agora quer ver uma coisa? Sabe quem são os dois empregados de maior confiança do dr. Djalma, o Juiz de Direito? Um é o Chico de Oté, que matou um menino na Traíra na maior crueldade. O outro chama Maurício, e matou um rapaz na Aldeia. O Juiz tirou eles da cadeia e empregou eles como ajudante, tão sempre andando solto por aí fazendo tudo o que o juiz manda. Por isso que eu fico pensando: o que é que o povo pode fazer?”

João Grilo, 42 anos, negociante ambulante e sitiante no povoado de Riacho dos Pais, no município de Sento Sé.

Entrevista com o deputado Alencar Furtado

“Todos os deputados do MDB merecem o respeito nacional”

Teodomiro Braga

Apenas duas semanas da eleição do líder do MDB na Câmara Federal, o deputado Alencar Furtado conseguiu dois importantes apoios à sua candidatura: o do presidente do MDB gaúcho, Pedro Simon e o do senador Paulo Brossard. O fato não só lhe garantirá os votos da maioria da bancada gaúcha na Câmara Federal como certamente dará à sua candidatura maior expressividade nacional.

Por outro lado, o retorno à Brasília dos deputados Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, além do próprio Laerte Vieira, deram uma noção aos correligionários de Alencar Furtado de como é importante para a cúpula moderada do partido a reeleição do deputado Laerte Vieira à liderança do MDB na Câmara Federal. É que estes não esperavam o engajamento aberto do presidente Ulysses Guimarães na campanha de Laerte, uma vez que o próprio Ulysses havia garantido a Alencar que se manteria neutro na disputa. Apesar disso, continuam confiantes, afirmando que Alencar ainda consta com cerca de 30 votos à frente.

Antes de viajar para Porto Alegre, na semana passada, Alencar Furtado deu esta entrevista a Movimento, onde tenta explicar um ponto controverso de sua candidatura: o apoio que tenta conseguir da corrente chaguista do MDB fluminense, como lutar para expulsar adesistas como o co-

Movimento: A sua tentativa de obter o apoio da corrente majoritária do MDB da Guanabara lembra a tentativa de aliança do antigo grupo autêntico com os adesistas para derrotar a direção moderada do MDB na convenção do partido.

Muitos setores da oposição consideravam incorreta a manobra tática que os autênticos tentaram fazer naquela época. Isto porque consideravam que os adesistas não são oposicionistas, mas sim governistas disfarçados que se infiltraram e se mantêm no MDB devido às limitações a nível eleitoral e por conveniência política. Estes oposicionistas se perguntam: como lutar para expulsar adesistas como o conhecido deputado estadual paranaense Scarpellini, e ao mesmo tempo procurar o apoio da corrente chaguista, que durante todo o tempo incentivou e aplaudiu os esforços do regime para expulsar o deputado Lysineas Maciel?

AF — É bom que se coloque os pingos nos lugares para respondermos à indagação. Em primeiro lugar, quem disputa a liderança de uma bancada tem que prestigiar todos os possíveis liderados. Para o meu ponto de vista todos os deputados do MDB merecem o respeito nacional, sejam do Acre, do Rio Grande do Sul, da Guanabara, do Paraná. A luta na bancada pela liderança é diferente da luta partidária, inclusive por seus aspectos regionais. A nossa preocupação está junto a um órgão do partido, que é a bancada. Os problemas regionais não são da competência da bancada, mas do partido. De outro lado os deputados da Guanabara, no seu comportamento na Câmara, têm sido absolutamente corretos. Não conheço sequer o sr. Chagas Freitas. Nunca tive com ele sequer um diálogo. Conheço, todavia, os deputados da Guanabara, tanto aqueles que são mais próximos do sr. Chagas Freitas, como o sr. Amaral Peixoto. E quando estive no Rio de Janeiro em contato com meus colegas da bancada do MDB nos reunimos com deputados ligados à corrente do sr. Chagas Freitas, ligados à corrente do sr. Amaral Peixoto e a outros com características independentes. Não nos marcamos, não nos identificamos com nenhuma das correntes da Guanabara. Estamos identificados, isto sim, com os anseios e os interesses dos deputados do Rio de Janeiro e do país. Assim, respondendo à indagação, quero dizer que a coerência de comportamento da nossa parte tem sido uma constante. Se nos insurgimos no Paraná contra o comportamento adesista de um deputado, nos insurgimos aqui, em qualquer instante, em qualquer episódio com o comportamento adesista de qualquer deputado federal.

Não acredito que no seio da bancada do MDB existam homens com esta disposição. E não poderia também ter um caráter elitista no nosso comportamento ou discriminação, melhor dizendo, escolhendo deputado aqui, desbertando deputado acolá. E não escolhendo esse deputado, aquele ou aquele outro. Nós igualamos todos os deputados do MDB do seio da bancada. Todos têm as suas qualificações, as suas virtudes, os seus defeitos e o que precisamos, isto sim, é superar determinados episódios que tem muito mais o sabor caciquista, do que o sabor partidário. Nós temos que superar determinados episódios que têm muito mais o interesse pessoal ou grupal, que interesse partidário, para integrarmos a bancada visando uma meta maior, superior, que é do interesse nacional a ser procurado objetivamente. Porque nós, bancada, temos vivido ao *deus dará*, ou seja, cada um por si e Deus por todos. Precisamos de uma convivência mais íntima com a liderança e esta por sua vez necessita de socorrer à



bancada orientando-a, subsidiando-a com uma assessoria mais qualificada e mais efetiva para que haja nas discussões internas o interesse maior, a fim de que os problemas que serão sacudidos em plenário ou fora dele, o sejam em termos absolutamente consensuais para que os interesses deste país sejam tratados pela oposição com a maior seriedade.

M — O sr. diz então que na Câmara Federal não existem adesistas?

AF — Não identifiquei.

M — Sem ser contra alianças de um modo geral, correntes oposicionistas acham, porém, que essas alianças têm se subordinado aos objetivos gerais do programa do partido. Nesse sentido as alianças possíveis dos autênticos que representam as correntes mais nacionalistas e populares do MDB são com os setores liberais do partido, que, embora vacilantes em relação às metas mais populares do MDB, participam da luta mais geral por liberdades políticas. Não seria mais correto, então que estes setores mais progressistas do MDB procurassem fazer alianças com as correntes mais moderadas do partido ao invés, de como ocorre agora, estarem disputando contra os moderados contando com o apoio dos chaguistas?

AF — Eu acho que não está bem colocada aí a análise.

M — Seria o caso de fazer acordo com os liberais e não com os chaguistas...

AF — Está mesclado isto aí. Está tudo misturado... As tendências estão ecletizadas no seio de nossa candidatura. Contamos com deputados das mais variadas tendências. Temos aqueles que apoiam ou que seguem a orientação do Sr. Amaral Peixoto, temos aqueles que seguem a orientação do sr. Ulysses Guimarães, temos aqueles que seguem a orientação do Sr. Franco Montoro, do Sr. Orestes Quêrcia, do Sr. Chagas Freitas, etc., etc. Então, independentemente dessas tendências que seguem cidadãos, ou homens públicos, temos aqueles outros que são de tendências mais caracterizadamente ideológicas que também nos apoiam. Então nossa candidatura hoje heterogenizou-se em termos de apoio. Não estamos representando nenhum grupo, até porque queremos representar a bancada. Então não colocamos uma característica definida para determinado setor, mas se nós estamos procurando integrar a bancada para metas mais importantes nós temos que unificá-la. O propósito de orientação partidária é que deve haver um começo. Em termos de bancada já começou. Em termos de bancada nós temos hoje as tendências descobertas. Estas tendências se aglutinam em todas determinadas candidaturas. Mas nenhuma candidatura está contando com a totalidade dessas tendências, que se dividiram em torno exatamente daqueles que estão disputando. Então não há uma característica fundamental identificadora de uma área em favor de uma candidatura. Está mistosigenada, a coisa está eclética em termos de apoio aos candidatos.

M — A grosso modo se poderia identificar os setores mais progressistas que estão apoiando sua candidatura e, de outro lado, os moderados apoiando Laerte Vieira. E o sr. procurou o apoio desse pessoal da corrente chaguista da Guanabara.

AF — Não posso, jamais poderia desprezar o apoio ou a participação hoje ou amanhã de um deputado que seja da Guanabara ou de qualquer outro estado. Absolutamente! Com que autoridade uma liderança poderia se situar numa bancada, no seio de uma bancada, se não aceita a convivência com um deputado. Um só que seja! Então não vejo cabida na análise ou na crítica que situa o nosso comportamento em termos não muito acolhedores, quando estamos procurando dialogar com deputados do Rio de Janeiro. Estes integram a bancada. Estes representam a centenas de milhares de votos populares. Estes representam o maior contingente do MDB do país. Não podemos obsecurar a importância da seção do Rio de Janeiro. E o que também não deve haver em termos de liderança é predisposição contra ninguém. Não temos predisposição contra colega algum. Nenhum. Nem mesmo contra aqueles autenticamente moderados. Do seio do partido e de sua própria direção nós verificamos os homens com marcas absolutamente conservadoras, mas nem por isso deixando de prestar sua colaboração, acordes com sua formação, até porque um representante do povo eleito por este com essas marcas de conservadorismo até exageradas merece o nosso respeito, porque foi legitimamente guindado à representação do povo, elegendo-se deputado. Não seríamos nós a quererem ser vestalidas figuras para analisar o comportamento político no seio de uma bancada em termos negativos. O que nós temos são valores dos mais dispares, deputados de características das mais diversas de formações das mais variadas, compondo um conglomerado heterogêneo que é a bancada do MDB, que necessita, isto sim, de receber um tratamento mais irmão por parte do líder, mais amigo e acima de tudo iniciarmos um processo político de características científicas a fim de empolgarmos aos problemas nacionais empenho e o desvelo que eles estão necessitando.

M — Na tentativa de obter o apoio das correntes do MDB na Guanabara nas suas declarações de que o MDB é uma grande família onde todos são irmãos, o sr., não estaria repetindo o mesmo erro dos autênticos na convenção nacional. Com isso não estaria procurando aliar-se com os inimigos, se afastando assim de correntes moderadas amigas ou pelo menos neutras?

AF — A insistência na pergunta voltando-se para os representantes dos grupos do Rio de Janeiro leva-me a crer que o enfoque não está sendo o melhor. Sob minha ótica, ou sob a nossa ótica, nós vemos o contato com os companheiros da Guanabara ou do Rio de Janeiro

com a maior normalidade possível da mesma forma que com aqueles companheiros de São Paulo fizemos idênticos contatos e se na postura política ou no comportamento político deste ou daquele deputado, se nós pudéssemos identificar um comportamento reprovável, não seria a seção do Rio de Janeiro a ser excepcionada. Não, porque esse entendimento com os companheiros da Guanabara também está sendo feito por outro lado. E nós temos dois instantes nesta campanha, um eleitoral e um político. O instante eleitoral é aquele em que o voto define a ou as candidaturas, elegendo-as ou derrubando-as. E no instante político é aquele do comportamento, não é o comportamento em termos de ação, em termos de atividades, em termos de atuação. Nós nesses seis anos de vida parlamentar nos identificamos no que tange a nossa atuação política os companheiros de partido nos conhecem bem e o que não posso é dispensar tratamento diverso a nenhum deputado porque os iguais, valorizando-os a todos no seio da bancada. E se assim não procedesse eu jamais postularia a liderança da bancada.

M — Um aspecto de sua candidatura é a sua desvinculação de qualquer grupo dentro do partido, prejudicando, assim, possibilidade de rearticulação do antigo grupo autêntico que foi durante muitos anos, o verdadeiro pulmão do MDB, empurrando o partido para uma posição mais firme. Não seria mais vantajoso para a oposição rearticular o antigo grupo autêntico ao invés de tentar substituir a direção por elementos mais firmes que os atuais dirigentes? Qual seria, nesse caso, o sentido de sua candidatura à liderança se permanecem desarticulados os setores mais progressistas do MDB?

AF — Eu não vejo assim. Nem também vejo aqueles que têm tendências afins desarticulados. Acho mais valiosa a luta em favor da integração da bancada que em favor de grupos, porque a bancada poderá render muito mais na sua atuação integrada do que o grupo na sua atuação isolada.

O grupo autêntico foi da maior importância para a vida política nacional nos instantes de sua atuação. Acontece que este grupo integrado à bancada soma mais trabalho, mais luta, mais empenho, valendo mais em termos de partido do que agindo na orfandade grupal e contando com a natural rivalidade, aversão e até indisposição, predisposição de áreas que estão hoje bem identificadas. O grupo autêntico foi uma etapa da vida política nacional.

democrático. Neste começo de ano, dê Movimento de presente a seus amigos. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano, dê Movimento de presente a seus amigos. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano, dê Movimento de presente a seus amigos.

M — Um dos erros do MDB é inclusive dos setores mais progressistas do partido é tentar levar a luta parlamentar no âmbito exclusivo das paredes do Congresso, desvinculando a de maior mobilização das bases. Não está previsto na sua candidatura uma atuação também extra-parlamentar, vinculando mais o partido com suas bases?

AF — Nós entendemos a atuação da liderança parlamentar não apenas dentro do parlamento. Até porque os problemas nacionais hoje não podem ser tratados estanqueamente. Teríamos que suscitá-los na tribuna parlamentar, nas comissões e nas discussões de bancada, mas também teremos de sair para os meios universitários, para os meios trabalhadores, junto às áreas de maior sensibilidade partidária, inclusive às áreas municipais a fim de levarmos a discussão a áreas que muitas vezes estão apáticas ou indiferentes por falta de uma convocação ou da motivação de debate. Então é de suma importância a liderança do MDB sair do parlamento para o seio da opinião pública vivendo os problemas mais diretamente com ela.

M — Qual deve ser o papel do MDB na atual conjuntura?

AF — O MDB é partido de vigilância democrática. Ele terá que continuar criticando, denunciando e analisando, mas precisa também, além disso, começar a formular, a oferecer opções, a objetivar sua pregação.

jornal democrático. Neste começo de ano dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano dê Movimento de presente.

A XV Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que começou dia 8 em Itaipu, perto de Campinas, SP, e vai até dia 17, é a mais concorrida da história da CNBB: lá estão reunidos 270 dos 300 bispos do País. Os ausentes são, quase todos, prelados idosos, que conservam apenas seu título mas não exercem nenhuma função pastoral efetiva.

O fato de este não ser um ano eleitoral na CNBB está permitindo que a discussão dos treze assuntos em pauta se desenrole de modo mais dinâmico. É opinião corrente entre os bispos que, na reunião que rededica a escolha da nova presidência da CNBB, a maior parte do tempo que seria utilizado para encaminhar decisões pastorais é gasto em demorados conchavos, prosaicamente profanos, para a barganha dos votos dos bispos indecisos.

Mas como as eleições se realizam apenas a cada quatro anos; e a última se deu em 1975, somente na XVI Assembléia, em 1979, é que será mudada (ou reeleita) a atual cúpula: o presidente, D. Aloísio Lorscheider, cardeal-arcebispo de Fortaleza; o vice-presidente, D. Geraldo Fernandes, arcebispo de Londrina, PR; o secretário-geral, D. Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria, RS; e os seis membros da CEP - Comissão Episcopal de Pastoral, o "ministério" da CNBB (ver Movimento nº 78).

Libertos da preocupação eleitoral, portanto, os bispos estão discutindo temas como "as exigências cristãs de uma ordem política" e "regiões missionárias no Brasil". O primeiro traz a análise (iniciada já em 1968, com um documento elaborado sob a coordenação de D. Cândido Padim, bispo de Bauru, SP) das implicações da lei da Segurança Nacional sobre a doutrina social da Igreja; o segundo tema se refere à controversa ação da Igreja na Amazônia e no Nordeste, onde a pastoral desenvolvida entre os índios e os camponeses vem enfrentando uma série de dificuldades colocadas por autoridades, que acusam muitos missionários de subversão, e por setores da própria Igreja, que desejariam que os padres, freiras e leigos que trabalham no meio rural e indígena se comprometessem menos com os problemas concretos enfrentados por essas comunidades.

O cardeal-arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, de 73 anos, foi quem mais se destacou, sobretudo nos últimos dois meses, pelas críticas ao trabalho desenvolvido nas regiões missionárias, sob a coordenação da CPT - Comissão Pastoral da Terra - e do Cimi - Conselho Indigenista Missionário -, ambos órgãos oficiais da CNBB, presididos, respectivamente, por D. Moacyr Grechi, prelado de Acre-Purus, e D. Tomás Balduino, bispo na cidade de Goiás Velha.

A própria vinculação "oficiosa" da CPT e do Cimi à CNBB está sendo discutida na Assembléia. O setor representado por D. Scherer e pelo cardeal-arcebispo

CNBB

Os bispos, entre o céu e a terra

Na XV Assembléia Geral da CNBB, assuntos polêmicos e concretos como "as exigências cristãs de uma ordem política" estão sendo tratados cuidadosamente

Antonio Carlos Moura

do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, prefere que os dois organismos sejam departamentos da CNBB, com diretoria nomeada pela cúpula da Conferência Nacional, e não pelas bases missionárias, como ocorre atualmente. Mas todas essas discussões não chegam com muita clareza ao conhecimento da opinião pública, que acompanha a movimentação episcopal apenas pelas fluidas declarações dos três bispos, que são escolhidos diariamente para atender à imprensa.

A linha geral desta XV Assembléia Geral parece ser, realmente, esta: não deixar de tratar dos problemas mais atuais e candentes, mas fazê-lo de modo a não criar maiores atritos para o já tenso relaciona-

mento entre Igreja e Governo. Essa atitude, aliás, já transparecia várias semanas antes da reunião, no discreto comportamento de aprovação com que a cúpula da CNBB acompanhava os encontros entre o Nuncio Apostólico, D. Carmine Rocco, e o presidente Geisel e depois, o ministro Rangel Reis, do Interior. Este último, responsável pelo estreitamento acentuado das relações entre Governo e Igreja por suas declarações de fim de ano sobre a mudança da linha de trabalho do Governo com os índios, e a expulsão das missões religiosas do meio indígena. O encontro de Rangel com D. Carmine e, anteriormente, a visita do ministro do Interior ao cardeal D. Vicente Scherer, afastaram a

ameaça contra as missões e, aparentemente, desanuviaram as tensões.

Os bispos diretamente ligados às bases missionárias, entretanto, consideram negativos esses contatos de cúpula. Para vários deles, "a diplomacia é antievangélica". E essa opinião foi levada ao plenário da XV Assembléia da CNBB, onde, entre os bispos, se encontra o Nuncio Apostólico.

Ao que tudo indica, as grandes decisões - se vierem a ocorrer - só se tornarão públicas no último dia da reunião. Esta política do silêncio tem sido adotada pela presidência da CNBB em todas as suas recentes reuniões.

ALGUMAS DEFINIÇÕES



• **D. ALOÍSIO LORSCHIEDER** - O franciscano de voz tranqüila e modos suaves é o mais novo cardeal brasileiro e presidente da CNBB em segundo mandato. Alguns setores veem em D. Aloísio um certo recuo em relação a posições proféticas anteriormente tomadas. Essa mudança é atribuída, em parte, a sua delicada situação de saúde.



• **D. IVO LORSCHIEITER** - O dinâmico bispo de Santa Maria e, na CNBB, quem realmente coordena todos os trabalhos da Assembléia. Considerado o maior estrategista da Igreja no Brasil, D. Ivo também tem tido alguns problemas de saúde, nos últimos tempos.



• **D. TOMÁS BALDUINO** - Da ordem dos dominicanos, o bispo de Goiás Velha tem enfrentado com muita coragem os espinhos de sua posição, de presidente do Cimi - Conselho Indigenista Missionário. É também um dos inspiradores da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

• **D. MOACYR GRECHI** - Com apenas 40 anos, o prelado do Acre-Purus tem despertado como um dos mais corajosos membros do episcopado, sobretudo por sua defesa dos lavradores e seringueiros, e por sua atuação à frente da Comissão Pastoral da Terra.

• **D. AVELAR BRANDÃO VILELA** - O cardeal-arcebispo de Salvador, primaz do Brasil, já foi vice-presidente da CNBB e ainda é um dos mais importantes líderes do episcopado, por causa de suas posições moderadas, 65 anos.

• **D. GERALDO FERNANDES** - Vice-presidente da CNBB, o conservador arcebispo de Londrina é, na cúpula do episcopado, o maior freio à caminhada profética que muitos bispos desejariam que a CNBB assumisse mais corajosamente.

• **D. PEDRO CASALDÁLIGA** - Este espanhol, poeta e prosador, é visto como o maior expoente da corrente profética na Igreja do Brasil, por suas denúncias da situação em que vivem os camponeses e índios da Amazônia e, particularmente, de sua prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso.

Médicos paulistas:

Contra o imobilismo

Os médicos de São Paulo formaram uma chapa de oposição ao atual Sindicato, e pretendem lutar para vencer o imobilismo e a omissão da atual diretoria

Branca Ferrari

Os médicos jovens de São Paulo, num esforço para devolver a entidade sindical aos seus legítimos representantes - os profissionais empregados - formaram uma chapa de oposição para concorrer às eleições sindicais, previstas para o próximo dia 21. O movimento Renovação nasceu do descontentamento dos médicos com a atual diretoria do Sindicato, que "não vem defendendo os interesses da categoria, mas os das empresas de medicina de grupo", que exploram seu trabalho e lhes negam os mais elementares direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, horas extras, adicionais, FGTS.

A diretoria do Sindicato, segundo os médicos, não toma o partido dos profissionais porque está diretamente ligada às empresas de Medicina de Grupo - seus membros pertencem a Samcil, Intercinicas e outras - e as medidas que toma só favorecem tais empresas. Citam como exemplo o último dissídio da categoria, que resultou na concessão de aumento de 43% só para os médicos que tinham Carteira de Trabalho assinada há mais de um ano. Como essas empresas, que detêm a maior fatia do

mercado de trabalho, não cumprem a legislação trabalhista e não assinam a carteira de seus empregados médicos, alegando que são autônomos, a maior parte dos profissionais não se beneficiou do aumento, o que favoreceu seus empregadores. Eles falam também de várias irregularidades praticadas pela atual diretoria, entre elas, a própria convocação das eleições, que não respeitou o prazo legal, sendo o fato denunciado na Delegacia Regional do Trabalho.

O movimento Renovação surgiu há seis meses atrás, quando foi lançado um manifesto aos médicos sobre a situação do mercado de trabalho - sobrecarga de tarefas, remuneração baixa, direitos trabalhistas negados ou burlados -, e se ampliou através de contatos estabelecidos com profissionais de hospitais e outras entidades. O ponto de convergência foi a compreensão de que o único órgão legalmente habilitado para defender coletivamente os direitos da categoria é o Sindicato, já que, hoje, a grande maioria dos médicos é assalariada - 80% da classe - e precisa de um instrumento forte que os defenda "da avidez da medicina comercial".

Diante do atual imobilismo do órgão na defesa dos interesses dos profissionais (os advogados do Sindicato chegam a aconselhar os médicos a entrarem em acordo com os patrões, em lugar de os encaminhar à Justiça do Trabalho), de sua omissão na denúncia da mercantilização da medicina pelos grupos privados, e do espreitamento dos pacientes por esses grupos, interessados nos lucros e não na saúde das pessoas, os médicos jovens acharam que estava na hora de mudar.

Acreditam que só uma entidade sindical preocupada em lutar pela melhoria das condições de salário e de trabalho do médico poderá pôr um fim aos abusos e impedir represálias. Eles revelam que as empresas de medicina de grupo boicotam os profissionais que recorrem à Justiça do Trabalho em defesa de seus direitos: "elas têm verdadeiras 'listas negras' dos médicos que se atrevem a reclamar e denunciar suas arbitrariedades. Os incluídos nas listas não conseguem emprego em nenhum outro lugar", comentam.

Por outro lado, dizem os membros ligados à Chapa Renovação, acabam contribuindo indi-

retamente para o fortalecimento financeiro das empresas que visam o lucro, em detrimento do bem estar do paciente. As clínicas, além da exploração de seu trabalho, pagam salários baixos, que são compensados com percentuais de produção, estimulando-se assim as chamadas consultas de "cinco minutos", pois os médicos recebem por clientes atendidos, o que os obriga a economizar com o paciente. Muitos médicos são repreendidos e até perdem o emprego quando são conscienciosos, isto é, passam a pedir os exames necessários a um paciente. A clínica não quer que sejam pedidos os exames, mesmo se imprescindíveis, porque implicam em maiores despesas. Tem ainda o sistema que chama de "pescaria" - obrigatoriedade de encaminhar os pacientes para os consultórios particulares dos donos da empresa, onde serão pagas as consultas.

Para regularizar a profissão nesse sentido e impedir a prática de abusos, a chapa Renovação se propõe a batalhar pelo reconhecimento do vínculo empregatício dos médicos assalariados, pelo aumento do salário mínimo profissional, pelo cumprimento das normas legais, e éticas que regem o trabalho médico, pela defesa do mercado de trabalho. Apóia também as cooperativas médicas, em sua luta contra as empresas de medicina de grupo, a luta da Associação Médica Brasileira e da Paulista de Medicina em defesa da ética profissional, a luta da Ameresp - Associação dos Médicos Residentes de São Paulo - e ANMR - Associação Nacional dos Médicos Residentes - pela regulamentação da residência médica e a luta dos médicos funcionários públicos, por melhores condições de trabalho e salários.

PROBLEMAS NA COMPUTAÇÃO

A IBM — a maior multinacional do setor eletrônico — tenta impedir os planos do governo, de incentivar a fabricação nacional de minicomputadores

Numa das suas primeiras reuniões deste ano, tendo na pauta assuntos políticos explosivos como o possível racionamento da gasolina, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, órgão máximo do governo em matéria de diretrizes econômicas, aprovou uma resolução específica sobre a indústria de computadores eletrônicos no país. A medida, por envolver um setor muito fechado, passou quase despercebida, merecendo da própria imprensa divulgação muito limitada. No entanto, o assunto está entre os de maior relevância para o país. De um lado, trata-se de uma atividade altamente estratégica: o computador hoje é imprescindível ao funcionamento das empresas, à execução de projetos de engenharia, à administração pública, às próprias Forças Armadas (todos os sistemas de controle, todos os equipamentos e toda a infra-estrutura militar atualmente funcionam à base do computador). De outro lado, é uma indústria onde, por força de pesados investimentos do governo, o país adquiriu razoável capacitação técnica: vários projetos desenvolvidos em universidades e centros de pesquisa brasileiros têm condições de serem produzidos industrialmente a curto prazo. Mas, inexplicavelmente, o setor continua extremamente dependente de importação: os equipamentos de computação usados hoje no país são, em mais de 90% dos casos, adquiridos no exterior. E os "fabricados" internamente se originam de linhas de montagem trazidas prontas do estrangeiro por algumas firmas multinacionais: IBM, Burroughs, Hewlett Packard e Univac (Sperry Rand).

O aspecto mais importante da resolução do CDE, no entanto, está no fato de ela exprimir uma definição política do governo em relação ao problema. Para compreendê-lo, é necessário levar em conta que ultimamente formaram-se duas fortes correntes antagônicas em relação aos rumos da indústria de computadores no país. Uma é a das multinacionais do ramo (IBM, Burroughs, Univac, NCR, Honeywell Bull, Fujitsu, Hewlett Packard, DEC — Digital Equipments Co., TRW entre outros) interessadas em trazer praticamente tudo pronto do exterior, sob o argumento de que é impossível ao Brasil acompanhar, no momento, a rápida evolução da computação no mundo. A outra corrente, composta de pesquisadores, professores universitários, usuários de computador, membros das Forças Armadas, empresários ligados a firmas nacionais, pelo contrário, defende uma posição mais autônoma. Ou seja, continuar usando produtos importados para não perder os contatos com as inovações técnicas extremamente rápida desta indústria mas dar prioridade a produtos e serviços desenvolvidos no país. Segundo opinião unânime desta corrente, é a única forma de o país efetivamente ter acesso à tecnologia neste ramo. E o exemplo apontado é o da própria IBM que

desde 1961 monta equipamentos de computação no Brasil. Se sua matriz resolve desativar as linhas de produção do país será impossível continuar fabricando os mesmos produtos com o pessoal existente no Brasil pois todos os projetos, detalhamentos e partes básicas das máquinas vêm prontos do estrangeiro.

Muito mais consistente nos seus propósitos, esta posição foi naturalmente conquistando adeptos. O pessoal técnico ligado a universidades e centros de pesquisa foi o primeiro a apoiá-la. O mesmo aconteceu em certos setores das Forças Armadas mais diretamente envolvidos com o problema como o departamento de eletrônica digital da Marinha. Daí, o problema transbordou para outras áreas do governo acabando por ampliar a posição política da Capre — Comissão para Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico de Dados, órgão criado em 1972 junto ao Ministério do Planejamento, hoje Secretaria de Planejamento da presidência da República, para conduzir a política do governo na área de eletrônica digital. Esta autarquia, desde o começo do ano passado, foi encarregada de dar parecer final sobre os pedidos de importação no setor. E, em julho de 1976, através de portaria específica, reservou para empresas nacionais a faixa de mercado representada pelos computadores de pequeno porte.

A portaria da Capre, na verdade, não trouxe grandes modificações imediatas. Os minicomputadores atualmente representam uma fração mínima do mercado: 10% no máximo em termos de vendas. Ao contrário dos grandes, não são monopólio de meia dúzia de grupos multinacionais influentes como IBM, Burroughs, Honeywell-Bull. E também dependem de tecnologia mais simples pouco atraente, portanto, para as empresas de grande porte. No entanto, representam o segmento da indústria de computadores que mais cresce não só no Brasil como no resto do mundo. E vem sendo objeto de interesse do próprio governo que, para garantir a presença efetiva do país neste ramo, criou, através do BNDE, uma empresa para explorá-lo, a Cobra — Computadores Brasileiros S.A. Desde 1974 a Cobra vem fazendo investimentos nesta indústria esperando entrar no mercado ainda no decorrer deste ano.

Os planos da Cobra, no entanto, viram-se subitamente ameaçados pela IBM, o grupo multinacional americano dono de 70% do mercado mundial, que resolveu no começo de 76 "fabricar" no país o seu minicomputador conhecido como Sistema/32. Para apressar sua execução e apresentar a coisa como fato consumado, a empresa abriu mão dos incentivos do governo (esta estratégia empregada pelo grupo desde que se instalou no Brasil tem também o objetivo de esconder do governo impor-

tantes detalhes das suas atividades no país). E paralelamente, iniciou uma violenta campanha de vendas por todo o país onde chegou a colocar mais 400 unidades do Sistema/32 para entrega posterior. Ou seja, procurou ocupar rapidamente o mercado brasileiro com o propósito claro de abortar os planos da Cobra. Isto é mais evidente se se levar em conta que quando estiver sendo fabricado a todo o vapor, as vendas do Sistema/32 no Brasil vão representar menos de 2% da receita total do grupo no país.

Pelo fato de a IBM não pedir incentivos ao governo, o Capre não pode opor um veto formal ao projeto do Sistema/32 (pelas leis brasileiras qualquer empresa pode fabricar no Brasil o que quiser se não pedir incentivos ao governo). Mas como a fabricação do produto no país depende da importação de componentes, o órgão, sob o argumento de que o projeto contraria as diretrizes do governo sobre eletrônica digital, passou a "segurar" os pedidos de importação destinados ao produto. Além disso, exigiu a discriminação de cada pedido da IBM a fim de evitar que, a partir de importações genéricas, sejam montados Sistemas/32 no país. Com isso, o projeto entrou em compasso de espera criando uma situação delicada para a filial brasileira junto à matriz americana.

A situação provocou violentas reações por parte da IBM. Diretores da empresa foram várias vezes a Brasília pressionar sutilmente escalões mais elevados do governo. Anúncios em jornais enfatizavam a intenção de mais da metade da produção do Sistema/32 ser destinada à exportação. O próprio presidente da IBM mundial, Frank Cary, com o pretexto de inaugurar um Centro Educacional do Rio de Janeiro, esteve no Brasil tendo na ocasião, novembro de 1976, visitado o presidente Geisel em Brasília. Foi quando os partidários de uma política nacionalista conseguiram convencer o ministro Reis Velloso a levar o problema ao CDE. Este, ao aprovar a última resolução, praticamente avaliou a posição da Capre tornando-a menos frágil a pressões de cima.

O fato de os atuais dirigentes da Capre serem favoráveis a uma indústria nacional na área de minicomputadores deixa o Sistema/32 da IBM em posição muito difícil no Brasil. Mas não significa que a posição da empresa nacional, no caso a Cobra, esteja garantida. A IBM, por um lado, tem muitos elementos de barganha para pressionar o governo: traz capital de risco ao país e ajuda as suas exportações. A empresa brasileira da área de minicomputadores, a Cobra, por seu lado, tem planos ainda muito indefinidos, o que pode aproximar os usuários para o lado da IBM. E, para completar, nada garante que a Capre, autarquia do governo sujeita a mudanças de comando, vai manter por muito tempo sua posição de apoio à indústria nacional.

Ensino Médico

EM BUSCA DA REALIDADE

O Tribunal de Justiça de São Paulo já se pronunciou, acolhendo 80 dos mandados de segurança impetrados contra a diretoria da Faculdade de Medicina da USP, pelos 400 alunos reprovados por excesso de faltas por terem participado, no ano passado, de uma greve de quase um mês. Essa decisão, entretanto, dificilmente poderá colocar um ponto final na crise que se instalou na FMUSP há quase cinco meses, acentuada à medida que aumentam as divergências entre alunos e professores.

Apesar de só ter se manifestado de forma mais clara no ano passado, a crise da Faculdade de Medicina nasceu há 9 anos, em 1968, quando foi criado o curso Experimental de Medicina. Naquela época, um grupo de professores da USP procurava ampliar os debates que se faziam em todo o mundo sobre o ensino da Medicina e introduzir algumas mudanças no ensino médico da Universidade. A Faculdade de Medicina, já então era conhecida como uma das mais conservadoras do país e a resistência do corpo docente às tentativas de adaptar o ensino da Medicina à realidade social do país foi muito grande. A Universidade, entretanto, diante das pressões estudantis para o aumento do número de vagas, decidiu aproveitar o projeto dos professores progressistas e criar um novo curso, que recebeu o nome de Experimental.

Ainda hoje, alguns professores e uma boa parte dos alunos acreditam que a criação deste curso foi um erro fundamental. "Na verdade, o que se fez foi apenas criar uma válvula de escape para impedir que as novas idéias e um novo conceito de Medicina fosse aceito pela Universidade", explicam eles. Manteve-se, desta forma, um corpo docente formado por médicos extremamente comprometidos com a Medicina Privada — preocupados

apenas em aprofundar, cada vez mais, as especializações — e um outro grupo de professores que pretendia um ensino médico mais de acordo com a realidade do país. Este grupo, entretanto, sempre foi minoritário dentro da Faculdade, e em 1974 os antigos professores conseguiram fazer com que a Congregação da Escola reunificasse os dois cursos com uma fusão de currículos que deveria absorver as mudanças testadas pelo curso Experimental.

Uma comissão de professores com alguns representantes discentes foi nomeada para estudar o novo currículo, que surpreendentemente incluiu as experiências mais significativas do Experimental — um curso de Ciências Sociais, o chamado sistema de ensino por blocos e os estágios em Postos de Saúde. O curso de Ciências Sociais, ministrado no ciclo básico, visava dar ao aluno uma visão mais ampla da situação de saúde da população brasileira: incluía análises sobre os sistemas de atendimento médico previdenciários, as condições sanitárias, as causas das epidemias mais frequentes, e outros problemas de caráter social. O sistema de blocos terminava ou pelo menos detinha a tendência para a especialização que havia na faculdade, os alunos estudavam em conjunto anatomia, fisiologia, cirurgia, sempre em relação a um mesmo aparelho do organismo humano, ao invés de frequentar os antigos cursos destas mesmas disciplinas, que não se relacionavam diretamente uns com os outros. E os estágios nos Postos de Saúde constituíam uma primeira tentativa de trabalhar com a chamada Medicina Comunitária: em vez de permanecer nas enfermarias do Hospital das Clínicas especializando-se em doenças raras e complicadas, os alunos tinham um contacto com os problemas de saúde mais frequentes na população — epidemias, principalmente — e podiam acompanhar o de-

envolvimento dos casos patológicos dentro de uma mesma comunidade.

mais frequentes na população — epidemias, principalmente — e podiam acompanhar o desenvolvimento dos casos patológicos dentro de uma mesma comunidade.

Apesar de aprovado pela Congregação, este currículo não foi aceito pelos professores titulares que fizeram valer todo o seu prestígio profissional e político dentro da Faculdade para convocar uma reunião onde aprovaram apressadamente um novo currículo, que significava a volta dos antigos métodos do curso Tradicional. Os alunos, contudo, entraram em greve e só retornaram às aulas depois de várias outras reuniões da Congregação e da Comissão de Ensino da Faculdade, onde foram revogadas quase todas as propostas dos professores titulares.

Em novembro, as aulas foram reiniciadas mas a direção não se conformou com a derrota e continuou tentando, de todas as formas, introduzir um curso mais conservador. A própria Câmara de Graduação da Universidade, entretanto, determinou que fosse mantido o currículo da fusão, com o curso de Ciências Sociais, o sistema de blocos e os estágios de Medicina Comunitária.

Em janeiro, com o reinício das aulas para os alunos dos últimos anos, a diretoria comunicou a reprovação de mais de 400 alunos, por falta durante o período da greve. Com os mandados de segurança, a questão ficou a cargo da Justiça, mas a diretoria mantém-se irredutível na aplicação da punição, que deverá provocar um verdadeiro tumulto nos serviços de atendimento do Hospital das Clínicas e nos próprios cursos teóricos, sobrecarregados em algumas cadeiras — com a reunião de alunos aprovados e reprovados — e esvaziados em outras.

Silvana Sion

Lacônico, medindo as palavras, o professor Osvaldo Geraldo Quinsan, assessor adjunto da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, anunciou — num dos corredores do palácio do planalto — a decisão presidencial de aceitar o pedido de exoneração de Severo Fagundes Gomes e, conseqüentemente, nomear para seu lugar o baiano Ângelo Calmon de Sá, então presidente do Banco do Brasil.

Na banda monetarista do governo, aquele foi o sinal para começar a festa. "Foi a melhor medida deste governo. Agora poderemos ter tranquilidade para implantar nossa política monetária", comemorou um graduado funcionário. Simonsen alegou ética para não fazer comentários sobre o ministro demissionário, enquanto Ângelo Calmon de Sá revelava em seu discurso de posse que "estabeleci com o nosso ministro Simonsen o melhor dos relacionamentos; integrado, portanto, à política de V. Exa", dirigindo-se ao presidente da República.

A integração monetarista está, portanto, resolvida. Aliás, começou a ser articulada tempos atrás, desde a imposição do Certificado de Recolhimento Restituível, a obra-prima da atual partitura econômica do governo. Como a época do contrato de risco, esta medida encontrou um sério, obstinado e, sobretudo, poderoso opositor dentro dos próprios limites do poder: Severo Gomes. A exemplo dos contratos de risco, quando numa surpreendente manobra o Palácio do Planalto convocou o secretário-geral, Paulo Belotti, para a reunião decisiva, desta vez, também as medidas que desaguarão no recolhimento compulsório sobre a gasolina novamente encontraram o Ministro da Indústria e do Comércio fora de Brasília.

O aguçamento da crise econômica, que eleva o déficit em conta corrente, dentro da complicada estrutura que determina o balanço de pagamentos, começou a exigir do governo como um todo definições todos os dias. Era necessário definir, com absoluta clareza, a posição do capital estrangeiro no país. Ou seja, oferecer garantias para o investidor estrangeiro de maneira oficial e formal, política que o atual Ministro da Fazenda defende há mais de ano.

E a presença de uma voz discordante dentro do Con-

selho do Desenvolvimento Econômico começou a ser incômoda e, sobretudo, a atrapalhar e retardar decisões. Por outro lado, havia o risco de uma súbita aliança — uma vez proposta e quase feita — entre os Ministérios da Indústria e do Comércio e o da Agricultura. Isto terminaria por isolar o esquema de poder, com base e fundamento nos ditames econômicos do Fundo Monetário Internacional.

Além disto, a pregação de cunho marcadamente nacionalista desenvolvida por Severo Gomes começou a apresentar alguns resultados surpreendentes, a partir do segundo semestre do ano passado. A reação e o apoio, ainda que velado, de pequenos e médios empresários, sobretudo de áreas industrializadas fora de São Paulo, começaram a ser detectadas pelo Ministério da Indústria e do Comércio. Ao lado deste fato, as idéias de abertura e retorno aos padrões democráticos começaram a mexer no meio empresarial. Poucos dias antes da queda do ministro Severo Gomes, um colega seu de ministério, da área econômica, acusava os "grupos de oposição, que nada têm a ver com o MDB, de estarem tumultuando o diálogo governo-empresários".

Enfim, o governo, e sobretudo, a estrutura monetarista que nele está contida, não podia mais suportar as divergências e aquela voz discordante que começara, de fato, a incomodar. O desentendimento na residência do industrial

A queda de Severo

O roteiro da queda

A presença de uma voz discordante no governo começou a ser incômoda e, sobretudo, a atrapalhar e retardar decisões

Alves de Souza

Rodolfo Bonfiglioli entre Severo Gomes e o empresário Carlos Lousada, que se dizia pertencente ao "grupo Médico", forneceu o pretexto há muito buscado.

Enquanto as imprecações e xingamentos corriam pela sala, o dirigente de comércio José Papa Jr., genuflexo, depois de ter bebido o suficiente, pedia conselhos políticos ao Ministro da Indústria e do Comércio. Dia seguinte, o presidente da Federação do Comércio de São Paulo, que entre outras obras liberalizantes fundou a Cruzada Nacionalista (Cruna), uma espécie de braço armado da Tradição, Família e Propriedade, surpreendeu com uma declaração onde afirmava que o "empresário ama o estado de direito".

Posteriormente o Ministro, que causara tantos problemas aos responsáveis por todos os depósitos compulsórios que, hoje, existem no país, iniciava sua contagem regressiva. Em Brasília, recebeu um duro recado da Casa Civil da Presidência da República. E na última segunda-feira, ouviu do Ministro Golbery do Couto e Silva a informação de que o presidente da República estava muito preocupado com suas declarações. E o próprio Severo Gomes sugeriu sua exoneração, idéia prontamente aceita. Dia seguinte, munido de uma carta de dois parágrafos foi, rapidamente, recebido por Golbery e pelo presidente Geisel. Logo depois, Osvaldo Geraldo Quinsan fazia seu lacônico comunicado à imprensa.

— O Governo Médici procurou acabar com os comunistas que existiam no país. O que eu lhe queria perguntar é: por que é que esse Governo está mais preocupado com o nosso grupo do que com os comunistas? Não há uma coerência nos governos revolucionários. Esse é o problema.

Severo retrucou: é um absurdo, um absurdo exigir que todos os homens da Revolução tivessem exatamente a mesma opinião. O ex-Presidente Castelo Branco, por exemplo, não queria o AI-2. Ele o engoliu, o engoliu.

— Por imposição nossa — cortou Carlos Lousada — Esse Governo não toma providências, pois temos até comunistas dirigindo Secretarias de Estado, acrescentou Carlos Lousada, referindo-se a um Secretário de São Paulo. "Ele foi até tesoureiro do Partido Comunista. — Foi comunista, e o senhor foi coroinha. E daí? — afirmou Severo Gomes, concluindo com uma palavra de baixo calão.

Em seguida, Severo perguntou a Lousada, "por que não arregimentava forças e não colocava os comunistas na cadeia. O senhor pode tomar providências, pois o senhor é um empresário fascista". E soltou um palavrão.

— Eu não sou um fascista, eu não sou um fascista — gritou Lousada. O senhor é que é um ministro esquerdinha, disse o empresário. Senhor Ministro, o senhor deveria usar palavras mais diplomáticas e não as de cavalaria.

Severo Gomes replicou: "Não sou diplomata e nunca vou ser". E com o dedo em riste, perguntou se o empresário sabia o que era socialismo, dizendo: "Se alguém está à sua esquerda, pode também ser um esquerdista, e se está à sua direita, um direitista".

"Isso é um absurdo" — disse Lousada — "não posso acreditar no que o senhor está dizendo".

A essa altura já passava da meia-noite e os poucos empresários que permaneciam na casa de Rodolfo Bonfiglioli comentavam o diálogo, quando o Ministro se retirou.

Conseqüências

A discussão entre Severo e Carlos Lousada terminou com o fim do jantar. Mas suas conseqüências foram mais profundas. Na mesma noite, Lousada telefonou para Roberto Médici, filho do ex-Presidente Médici. Roberto Médici entrou em contato com o General Moacir Potiguara, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Potiguara comunicou-se com o Presidente Ernesto Geisel, com o chefe do SNI, General João Batista de Figueiredo, e o chefe da Casa Militar, General Hugo Abreu.

O Presidente da República solicitou um relatório ao SNI e chamou Severo Gomes. Severo confirmou o que dissera.

(transcrito do Jornal do Brasil de 9/02/77).

A longa noite dos empresários

São Paulo — Um jantar marcado para que fosse apresentada a nova empresa do grupo agroindustrial Cica, a *trading company* Cicatrade, presidida pelo Sr. Rodolfo Bonfiglioli, transformou-se num fato político, tendo como principal personagem o ex-Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes. A recepção na casa de Bonfiglioli, no último dia 1º de fevereiro, teve início às 19h30m, quando começaram a chegar os primeiros convidados, entre os quais o presidente do Sindicato Nacional da Indústria Automobilística, Mário Garnero e o presidente da Federação de Associações de Bancos, Luís Moraes Barros.

A residência dos Bonfiglioli, na Avenida Rebouças, começou a apresentar intensa movimentação a partir das 20h30m, logo após a chegada de Severo Gomes.

Pacto

Depois das apresentações, Severo Gomes se dispôs a conversar com os jornalistas, respondendo inicialmente a uma pergunta sobre o Acordo Nuclear Brasil/Alemanha. Disse que "deveria se aguardar uma declaração do Ministro das Relações Exteriores. O Brasil tem um acordo firmado, e é conhecido como país que sabe respeitar acordos."

A essa altura — 21 horas — a casa dos Bonfiglioli estava repleta. O Ministro prosseguia na conversa com os jornalistas, mostrando-se satisfeito até quando lhe perguntaram: "O atual Governo se indispos com todas as áreas da vida nacional, entre os quais a do empresariado e a religiosa. Como o senhor observa a situação? Como tentar uma conciliação entre os vários setores?"

Sorridente, o Ministro não hesitou e respondeu: "É necessário a abertura dos debates políticos para que os choques e conflitos de interesse, existentes no país, façam um pacto."

Irritação

— Para o término desses impasses — dizia Severo Gomes, com mãos nos bolsos — é importante a reabertura dos debates políticos no país. Com isso, os choques e os conflitos de interesse serão revelados publicamente e certamente soluções serão encontradas. Serão soluções de aceitação e não de submissão.

Ficou irritado, quando lhe perguntaram qual a razão da presença do Ministro das Minas e Energia na reunião do CDE. Seria para falar a respeito dos programas de racionalização no uso do combustível?

— O Ministro Ueki irá à reunião porque temos assuntos correlatos a tratar, como o detalhamento de projetos relacionados aos insumos básicos, cimento e assuntos gerais, na área de economia. Não haverá discussão a respeito do problema de racionalização. Estamos deliberando conjuntamente sobre programas na área de cobre e de fertilizantes. Vamos também estudar a criação de um subsídio para a indústria de cimento, que é uma das mais oneradas em relação ao pagamento do recolhimento restituível do óleo combustível.

Às 22 horas, assessores do presidente da Federação do Comércio de São Paulo, José Papa Júnior, comentavam com os jornalistas: "Vocês ouviram o pronunciamento hoje à tarde? O Zizinho disse uma série de verdades. E repetiam frases suas."

Isso se passava na antessala de visitas, distante 10 metros de onde se encontrava o Ministro Severo Gomes. Às 22h15, Severo Gomes encontrou-se na sala de visitas com um grupo de empresários, fazendo questão de cumprimentar a todos individualmente. Um dos empresários disse ao Ministro que na sua área estavam ocorrendo dificuldades, e que sua empresa, já estabelecida, estava sendo preterida em favor de grupo internacional. A discussão não chegou a um final. O Ministro cortou a conversa, começando a analisar a necessidade de participação do empresariado no debate político nacional.

— Vocês têm que participar dos debates — dizia com veemência o Ministro, em voz alta, para quem quisesse escutar. Só assim encontraremos soluções para os problemas."

Garantias

Um dos empresários refutou, perguntando: "Quais as garantias que o senhor nos dá para participarmos do processo político nacional?"

— Ninguém precisa de garantias, todos têm que aprender a arriscar. Não há garantia alguma disse Severo Gomes, sendo apoiado por outro empresário.

— É importante a participação de todos no processo de abertura do debate político no país, insistiu o Ministro, enquanto a rodinha se desfazia, formando-se grupos paralelos, que discutiam o mesmo assunto.

— E preciso que tenhamos uma garantia — dizia um empresário — pois temos os operários e acionistas, como principais responsabilidades.

Outro empresário refutava o argumento do colega, afirmando: "Vou agir como ka-

mikaze, já que não há garantias. Vou fazer isso, a partir do momento em que deixar o cargo na entidade que dirijo."

Neste momento, o jantar, tipo americano, começou a ser servido. O Ministro Severo Gomes continuava sua peregrinação na casa de Rodolfo Bonfiglioli, conversando sobre economia e política. Às 23 horas, o Ministro se reuniu com um grupo de empresários. Um deles disse que havia muita semelhança de pensamento entre ele e Severo Gomes e afirmou:

— Senhor Ministro: se o que o senhor está dizendo é verdade permita-me que ajoelhe à sua frente."

Sem hesitar, mas pedindo depois ao repórter que nada publicasse, ajoelhou-se diante do Ministro Severo Gomes.

Esse grupo, formado por cinco pessoas, foi aumentando à medida que o Ministro começou a repisar seus pontos-de-vista. Citava exemplos históricos, como o de Napoleão Bonaparte, ressaltando ao final que era importante o início do debate no país.

Um empresário interveio na conversa, afirmando que o Ministro tinha que lutar pela revogação do AI-5. Severo Gomes respondeu: "Não posso fazer tudo. Não é da minha alçada esse assunto. O estamento militar necessita de maior segurança, e essa escolha de segurança trouxe como resultado a criação do AI-5".

— O estamento militar opta pela segurança absoluta que gera insegurança na sociedade civil — continuou Severo Gomes. A segurança em excesso traz sempre, como fatores, a incerteza e a insegurança de todas as classes. Mas isso deve ser encarado como uma necessidade do regime e como escolha adotada pelo estamento militar."

Homem da revolução

Nesse momento — 23h30m — chegou-se ao grupo o empresário Carlos Lousada.

— Senhor Ministro. Senhor Ministro, — interrompeu Carlos Lousada — antes de lhe dirigir uma pergunta queria dizer que sou um homem da revolução. Fui colaborador do ex-Presidente Costa e Silva, no final de seu mandato, e colaborador do ex-Presidente Médici. Sou um homem do grupo Médici. E ponto final. Não preciso dizer mais nada. Assim, fui e continuo sendo um delegado da Revolução de março de 64. O senhor, também, nada mais é do que um delegado da Revolução com a tarefa de Ministro. Eu também tenho minhas tarefas. Somos, portanto, homens iguais, homens da Revolução.

OS PLANOS DO MINISTRO

O projeto de política econômica defendido por Severo Gomes pretendia combinar as "diferentes aspirações e as diferentes racionalidades dentro da sociedade, através de um mínimo de consenso"

Ricardo Bueno

Liberal, 52 anos, empresário de negócios sólidos, Severo Fagundes Gomes demitiu-se do Ministério da Indústria e Comércio na terça-feira passada. Numa curta carta ao presidente Geisel afirmou: "Acreditando ser esta a melhor maneira de servir ao Governo de Vossa Excelência, venho pedir demissão do cargo de ministro da Indústria e Comércio". O que houve? Aparelmente Severo Gomes saiu do Ministério em decorrência de um incidente com empresários na festa de inauguração da Cica-trade (companhia de comercialização da Cica para colocar manufaturados e produtos agrícolas no exterior). O ex-ministro teria feito algumas observações críticas em relação ao governo anterior, que não repercutiram bem nos meios governamentais e militares. Pressionado, só restou a Severo Gomes a demissão.

Reduzir sua saída do governo a este simples acidente é, no mínimo, uma visão míope, circunstancial da realidade. As contradições eram mais profundas. O acidente foi uma gota d'água, apenas, que afogou os planos de Severo Gomes. E quais eram esses planos? Estatizar pouco a pouco toda a economia brasileira, como afirmavam alguns assustados empresários? Levar o Brasil para algum tipo de regime socialista, como diziam outros? Não. Severo acreditava que a melhor forma de organização econômica da sociedade era um regime de mercado, porém com decidida participação do Estado para levar a cabo os planos de implantação de alguns setores básicos (inatingíveis para a iniciativa privada, por causa dos investimentos que exigiam) e para coibir os abusos e as injustiças mais marcantes provocadas pelo livre jogo das forças de mercado.

Visão de longo prazo

Além disso, Severo Gomes estava convencido de que a sobrevivência a longo prazo do sistema capitalista (da economia de mercado) no Brasil depende diretamente de uma redução do

grau de desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres. Caso contrário as tensões sociais poderiam se aguar a tal ponto, que o sistema de mercado, a predominância da propriedade privada, ficaria ameaçada. Para reduzir o grau de injustiça social seriam necessárias medidas profundas, modificações importantíssimas de política econômica, para cuja aprovação e implantação era preciso buscar apoio nos mais diversos segmentos da sociedade. Como? Através do debate amplo, do desenvolvimento político. Porque "na medida em que não tenhamos o desenvolvimento político, estaremos correndo os riscos naturais que provêm de certas decisões — as que não sendo formuladas dentro desse complexo de interesses da sociedade, podem alargar a distância entre o Estado e as aspirações nacionais" (1).

Para mostrar como a formulação de uma política econômica voltada para a correção de distorções e disparidades exigiria debate amplo, livre circulação de idéias, barganha dentro dos diversos grupos sociais, Severo Gomes dava, um exemplo: "Decidiu-se criar um polo petroquímico no Rio Grande do Sul. Dentro de uma racionalidade econômica, ao nível das empresas, elas desejariam expandir o polo existente em São Paulo, porque já têm ali uma base de investimentos e teriam ganhos de escala. Ora, se a comunidade da Grande São Paulo estivesse debatendo os problemas que a expansão da petroquímica pode criar para as condições de vida da cidade, provavelmente se colocaria em confronto com o empresário" (2).

A proposta de Severo

Assim Severo Gomes estava basicamente tentando construir uma ponte entre o governo e os demais segmentos da chamada sociedade civil, para criar condições para um amplo debate em torno das principais questões políticas e econômicas que afetam o país. Esse debate, esse desenvolvimento político, serviria para "compatibilizar as diferentes aspirações, as di-

ferentes racionalidades dentro da sociedade e conseguir um mínimo de consenso".

Esse desenvolvimento político seria, assim, uma espécie de pré-condição a fim de se partir para a reformulação do modelo econômico brasileiro, visando atender não apenas às aspirações de uma minoria privilegiada. Severo Gomes estava preparado para a hora do debate. Tinha um modelo econômico estruturado para oferecer como alternativa de desenvolvimento à sociedade. Um modelo basicamente voltado para o fortalecimento do mercado interno, através de uma política consistente de redistribuição da renda. A atividade exportadora seria apenas secundária e não, como agora, a base do dinamismo da economia brasileira.

Por meio de seu modelo Severo Gomes tentaria, também, um fortalecimento do que chamava de "poder nacional". Assim desenvolveria uma política decidida de apoio à empresa privada nacional, com destaque para as pequenas e médias, criando inclusive em alguns setores reserva de mercado. Traduzindo: em determinados setores as empresas nacionais teriam domínio completo do mercado, sendo proibida a entrada de concorrentes estrangeiros. O capital estrangeiro, por sua vez, seria rigorosamente controlado e só admitido em setores que "atendessem aos interesses nacionais". Para Severo "a captação de poupanças externas em investimento de risco convém ao país, é fato, mas o Estado não pode abdicar de sua função essencial de orientar tais recursos para as atividades que não firmam a consciência da Nação e onde a participação externa possa efetivamente representar contribuição positiva" (3).

Finalmente, um ponto também essencial da proposta de Severo Gomes seria procurar dar ao Estado uma estrutura suficientemente ágil, agressiva para ocupar os espaços deixados em setores básicos para o desenvolvimento do país pela iniciativa privada nacional e que, até agora, freqüentemente acabam ocupados pelas empresas estrangeiras enfraquecendo o "poder nacional".

Resumindo: partindo do desenvolvimento político, de uma sociedade aberta ao debate, Severo pretendia chegar à implantação de um modelo econômico voltado para o mercado interno e para a atenuação das desigualdades regionais e pessoais na distribuição da renda. Nesse modelo o Estado controlaria as atividades ligadas aos setores básicos (como siderurgia, por exemplo), evitaria os abusos da sociedade de mercado contra o consumidor, o ambiente e os agentes econômicos mais fracos (como por exemplo as pequenas e médias empresas) e a empresa estrangeira teria atuação limitada e sob controle. As empresas privadas nacionais caberia o papel central de dominar quase todos os setores produtivos voltados para a fabricação de bens de consumo. Assim o Brasil chegaria, nos quadros da economia de mercado, a ser uma sociedade aberta, desenvolvida, com um grau elevado de justiça social e independente em relação aos centros econômicos hegemônicos (em especial os Estados Unidos), já que como resultado final de todo esse processo de desenvolvimento seria fortalecido enormemente o "poder nacional".

Essa a visão do liberal Severo Gomes, que durante três anos bateu firmemente nas mesmas teclas e pouco foi ouvido ou apoiado pelos segmentos da sociedade que detêm os centros de decisão, e mesmo pelo empresariado. Sem defensores politicamente importantes, sua proposta alternativa de desenvolvimento deverá cair, por algum tempo, no esquecimento, o que possivelmente muitos (que hoje nem se dão conta disso) se lamentarão no futuro.

(1) Entrevista à revista *Veja*, 28 de julho de 1976.

(2) *Idem*.

(3) Pronunciamento no seminário "Business with Brazil", realizado no Rio.

(3) Pronunciamento no seminário "Business with Brazil", realizado no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1976.

Coluna do Chico Pinto

Severo Gomes era de certo modo desconhecido quando foi escolhido pelo general Geisel para ocupar o posto de Ministro da Indústria e Comércio. Seguro e sereno, firmou-se sem alardes. Era a figura central do governo. Suas posições passaram a ser muito discutidas em todas as áreas. Buscavam-se explicações que justificassem sua presença quase solitária no ambiente ministerial. Pretendia-se descobrir as causas da tolerância ou mesmo a existência de estímulos presidenciais às suas atitudes. Alguns acreditavam que, taticamente, o governo agia de forma correta. Se o ministério é um colegiado, nele devem estar representadas todas as correntes de opinião que existem na área empresarial, uma vez que suas divergências não são de fundo mas de forma. Severo era minoria no ministério, e isso se justificava plenamente. Sua presença seria proporcional ao peso político e econômico do seu grupo dentro da classe que ele integra.

Outros ousaram ir mais adiante. Entendiam que a corrente nacionalista das forças armadas, sem porta-voz desde a renúncia do general Albuquerque Lima do Ministério do Interior, voltou a figurar na mais alta cúpula administrativa, através de Severo. Acreditava-

se que esta postura do atual governo era mais inteligente servindo para amortecer insatisfações. Afinal, todos se sentiriam participantes no mais alto escalão, mesmo sem poder de decisão.

Quaisquer que tenham sido as razões que conduziram Severo Gomes ao Ministério e o sustentaram até aqui, não se pode deixar de levar em conta a posição do próprio General Geisel. Ficou famosa a sua frase, proferida na Câmara dos Deputados, quando de sua escolha para presidente: "Não sabemos se as multinacionais são um bem ou um mal". O novo presidente vivenciava um processo de avaliação. A voz de Severo, divergente da maioria dos ministros, subsidiária, com esclarecimentos necessários, uma decisão posterior. E ela veio.

O ministro renunciante, durante o tempo que exerceu o cargo, não recebeu aplausos da maioria dos cautelosos deputados e senadores da Arena. Não se pode dizer o mesmo de alguns parlamentares do MDB. Moderando-se na adjetivação, em público, entusiasmavam-se em conversas nos gabinetes e corredores do Congresso.

Ao instalar-se a CPI das Multinacionais, o ex-ministro foi ouvido no plenário da Comissão. Deixou excelente impressão. Chegou a colocar, espontaneamente,

Uma presença solitária

o seu ministério à disposição do órgão para qualquer informação. Seu prestígio crescia e, com ele, os convites para participar de debates, inclusive na área estudantil. Estava muito consciente de sua posição e esclarecia aos universitários que o procuravam: "Sei que juntos só iremos até determinado ponto. Daí em diante nos separaremos".

Afastado do cargo pelas razões já conhecidas, ou insuficientemente conhecidas, não teve oportunidade de ouvir a voz do Congresso. Ele está de recesso. Poucos parlamentares manifestaram-se através de entrevistas à imprensa. O deputado Sérgio Cardoso de Almeida, da Arena paulista, que se auto-intitula, com muita sinceridade, aliás, de ultra conservador, ao tomar conhecimento do fato, passou a desfilar, nos semi vazios corredores do Congresso, acompanhado

de correlegionários do seu Estado. A cada colega ou jornalista que encontrava abria os braços, vivamente feliz e exclamava: "não lhe disse que derrubava esse ministro?" Mais tarde, mostrou-se intranquilo, quando soube que sua frase jactanciosa fora ouvida por importante autoridade da República que desfilava, a paisana, pelo Congresso Nacional.

Totalmente desinformado estava o deputado Leonir Vargas, arenista do Rio Grande do Sul e secretário da Câmara. Ouvido por um jornalista, às 19 horas de terça-feira, 10 horas após a demissão do ministro, ignorava tudo e mostrou-se surpreso com o acontecido.

O deputado Siqueira Campos da Arena de Goiás lamentou, timidamente, a renúncia de Severo, entendendo que o governo perdeu um dos poucos ministros que tem postura liberal. "Não acredito —

acrescentava o deputado — que Severo tenha tachado o governo Médice de fascista. Ele não é, como alguns, que acusam os outros de comunistas ou fascistas, simplesmente por discordarem de suas idéias.

Já o senador Franco Montoro falando pelo MDB — embora não interpretando o pensamento da totalidade do partido — entende que o episódio não tem qualquer importância. Aliás, esse, é também o raciocínio de Petrônio Portela, futuro presidente do Senado. "O afastamento de Severo — disse o senador emedebista — não é indicio de crise alguma. Acredito que as reformas prometidas pelo presidente, virão em março. O MDB não vê sintoma de crise. O processo político já chegou a um nível de maturação tal que as reformas são inevitáveis".

Acalentava o senador o velho sonho de poder dialogar com o governo e, tanto quanto possível, servi-lo. Nada para ele é mais importante que isso. As diferenças são formais. Assim, as reformas venham como vierem, são oportunidades, que ele não pretende perder, de estabelecer o diálogo tão querido, tão desejado e tão perseguido há treze anos. Não há, realmente, mais prova de resistência na caminhada no sentido da adesão do que esta. Fe-

lizmente foram tentativas sempre rejeitadas, por quem tem o poder de rejeitá-las.

Enfim, Severo Gomes foi, levando consigo ou deixando plantadas, as sementes que jogou. Para o deputado Paes de Andrade (MDB-CE) se o ex-ministro e os empresários que o seguiam reclamou maior liberdade e democracia para todos, e não só para eles, não há o que contestar.

O que resta saber, afinal, é se o ex-ministro pretende dar continuidade a sua pregação, e tornar-se um líder nacional, ou perecer no anonimato. Tudo vai depender das circunstâncias mas os primeiros sintomas se revelam nas seguintes manchetes: "Empresários gaúchos temerosos: é hora de ouvir — e de calar". Ou essa outra: "Empresários somem". Ou ainda a do diretor da Textil Hering: "Dado o momento de crise econômica que o país atravessa, não seria recomendável esta abertura política". Mas há muitos que pensam de forma diversa, embora se possa indagar: qual a maior fidelidade que eles têm à liberdade ou à posição que ocupam? Embora, formalmente, elas não sejam incompatíveis (mas importante, para eles, é garantir a segunda. A primeira fica para depois porque, na verdade, ela nunca lhes faltou.

A que veio e porque se foi do governo o senhor Severo Gomes? Do ponto de vista episódico, no momento de sua renúncia ao cargo de ministro da Indústria e Comércio cruzam-se pelo menos três das diversas contradições secundárias que têm se desenvolvido ao longo do governo Geisel, com o aguçamento de todas as três: a contradição entre governo e empresários preocupados com a estabilidade do sistema e a propriedade das decisões tomadas sem sua participação; a contradição intrínseca à ideia da "distensão" propondo uma abertura política controlada, mas levando inexoravelmente ao seu oposto exato e perfeito, o fechamento político também rigorosamente delimitado; finalmente a própria contradição que tinha Severo Gomes como elemento central: aquela entre sua sistemática pregação por soluções para as questões econômicas e sociais que representassem um reforço no perfil das fronteiras nacionais perante a enorme pressão do grande capital estrangeiro por mais liberdade de ação, enquanto o governo do qual Severo Gomes fazia parte, optava por outros caminhos. Ao votar contra a decisão do governo de outubro de 1975 que permitiu a prospecção de petróleo no Brasil por empresas estrangeiras através dos "contratos de serviço com cláusula de risco", sem no entanto dissociar-se do governo como tal, Severo Gomes aguçou as condições de convivência com essa contradição, resolvida agora através da renúncia. Com a renúncia, Severo Gomes contribuiu ainda para que muita coisa seja resolvida em seu devido lugar de modo geral: simplifica-se o panorama, abre-se o caminho para a manifestação mais clara das demais contradições secundárias e, portanto, da outra contradição, antagônica, que caracteriza a atual situação, a que contrapõe o governo e seus principais instrumentos, entre eles o aparelho administrativo de Estado, às necessidades gerais da população. Com a renúncia esclarece-se também uma questão em si subjetiva mas que há tempos intrigava todos aqueles que acompanhavam a pregação de Severo Gomes: até que ponto ele de fato acreditava no que dizia ou conscientemente se deixava usar numa operação de diversionismo que no fundo equivalia no campo econômico, a outra operação, indubitavelmente diversionista, acionada no campo político, a da distensão política. A renúncia não prova, mas indica fortemente, que Severo Gomes sinceramente via no conjunto de proposições que defendia um caminho para a superação do impasse político-econômico no qual o país se viu colocado.

Dessas proposições, a que se destacou logo no início de sua gestão, e se manteve ao longo de quase três anos, era a de um "fortalecimento da empresa privada nacional," num período em que Severo Gomes dizia estar ocorrendo ao mesmo tempo "um crescimento da dimensão, produtividade e qualidade administrativa das grandes empresas estatais" simultaneamente ao "fortalecimento das grandes empresas estrangeiras no nosso país," conforme suas palavras quinze dias após a posse (1).



Por uma comunidade capitalista nacional robusta

Severo Gomes insistiria sempre que se tratava não de uma proposta dissidente, mas de política oficial do governo, visando "corrigir desequilíbrios, principalmente nos setores de bens de capital, de insumos básicos, de metais não ferrosos, de fertilizantes, e também no campo do desenvolvimento tecnológico." (2).

O governo, de fato, criou novos instrumentos de reforço da empresa privada, principalmente através do BNDE. No entanto, foi se verificando ao longo do tempo que havia uma diferença sutil mas fundamental entre o que propunha Severo Gomes e o que dispunha o governo. Severo Gomes, sem repudiá-lo o capital estrangeiro, defendia a imposição de limites mais definidos à atuação desse capital. Para ele, o modelo "associativo do capital nacional com o estrangeiro não fora opção da maioria dos empresários, servia apenas como solução para alguns grupos de cada setor e tinha, de qualquer forma, horizontes curtos." (3) Severo via ainda o perigo de que sem a existência de uma comunidade capitalista nacional robusta, "a luta por sua afirmação pela libertação nacional e, assim, luta contra o próprio sistema" (4). Seu projeto era, como ele próprio definiu, um projeto "reformista." O que eu não quero no Brasil, dizia ele, "é um Cunhal". (5) Além disso, para Severo Gomes "fortalecer o setor privado nacional é mais do que um fato econômico; tudo isso reduz a dependência externa, amplia-se a base política do governo, uma ampliação que se alarga ainda mais, na medida em que se busca também uma melhor distribuição de renda". (6)

A política do governo, por outro lado, apesar de ser apresentada sob a mesma forma aparente, possuía outro centro de gravidade. A ênfase era colocada, e foi sendo colocada cada vez mais, como os contratos de serviço com cláusula de risco mostraram, nas potencialidades de uma associação ainda mais estreita com o grande capital estrangeiro, disposta-se para isso, inclusive, a eliminar as assim chamadas "barreiras históricas" que ainda sobreviviam. O capital nacional era reforçado também, mas numa operação até certo ponto subsidiária visando otimizar o grande avanço do capital estrangeiro. Severo via como necessário ter um "empresariado nacional forte para tirar maior proveito do capital estrangeiro; o governo via como necessário um empresariado nacional forte, para maior proveito do capital estrangeiro.

A queda de Severo Gomes

ELIMINANDO AS IMPUREZAS DO MODELO

Bernardo Kucinski

Não é possível dizer-se com certeza que desde o início existia essa diferença. Severo pode ter sido convidado a participar do governo com delegação para lutar por seu projeto como ele o definia — e como um empresário nacional típico, dono de fortuna amalhada na agricultura e pecuária, mas hoje distribuída diversificadamente também na indústria. Mas dois fatores principais, além da natureza do próprio governo como tal, contribuíram para o agravamento dessa contradição. Em primeiro lugar, o empresariado nacional, a despeito da intensa pregação de Severo Gomes, não aceitou suas proposições econômicas associando-se isso sim, e cada vez mais, ao capital estrangeiro. "A política de defesa do capital nacional não surgiu de baixo para cima, como ideia posta por esses empresários, ainda que encontre algum eco entre eles," dizia Severo (7). Severo procurou então o apoio do que poderíamos chamar de "periferia do capitalismo brasileiro", os pequenos e médios empresários do Rio Grande do Sul, do Nordeste, de Minas, de qualquer área ou setor, ainda não "descoberta" pelo capital estrangeiro. Essa atividade deu pouco fruto porque obviamente, podem existir centenas e mesmo milhares de pequenos e médios empresários nessa condição, que também se ressentem das pressões do capital estrangeiro, mas a grande comunidade empresarial nacional como tal, com consciência de seus interesses, enfim com alguma consciência de classe organizada, inclusive institucionalmente, estava em outra. Um setor empresarial que poderia apoiar Severo, os empresários que se tornaram grandes apenas nos últimos anos, à sombra dos enormes favores do governo Médice, e do extraordinário crescimento econômico do "milagre", e que ainda não tiveram tempo de se associar com o capital estrangeiro, afastaram-se de Severo pela componente política, por assim dizer "liberal-populista", de seu projeto. Estes empresários cresceram e se formaram dentro de uma escala de valores exatamente oposta.



A substituição: ponto de honra para o capital estrangeiro

Na verdade, os primeiros movimentos hostis a Severo partiram, ainda em 1974, de setores vinculados ao café açúcar e alguns outros, revoltados contra súbita mudança de orientação do ministério, que passou a negar financiamentos em condições que normalmente seriam consideradas irregulares, pelo menos. Finalmente, sem apoio do empresariado nacional, Severo, nem por isso, deixou de ser atacado pelo capital estrangeiro. Num certo momento, em junho de 1975, o capital estrangeiro passou a considerar quase que como ponto de honra, a substituição de Severo Gomes. Algumas centenas desses empresários, reunidos ostensivamente em Brasília, num seminário da Business Corporation, em junho de 1975, submeteram Severo a um questionário abusivo, com intenções evidentemente provocativas. Uma das perguntas, por exemplo, referia-se a uma nova exigência do Conselho de Desenvolvimento Industrial para que empresas estrangeiras favorecidas com incentivos fiscais, efetivamente aplicassem capital na importação de equipamento (pelo menos 2/3 do valor do equipamento) — Os empresários estrangeiros perguntaram se essa "discriminação" contra o capital estrangeiro não "violava o disposto no Tratado de Paz, Amizade e Comércio entre Estados Unidos e Brasil, datado de 12 de dezembro de 1828..."

O conflito com o capital estrangeiro via Severo acabou por explodir dois meses depois, com o episódio "Consul", quando Severo vetou a compra da indústria de refrigeração Consul pela Philips. Com a compra, a Philips ganharia controle da única fábrica nacional (ligada à Consul) de compressores para refrigeração, e que, aliás, só podia ser vendida com aprovação do CDI, porque gozava de estímulos fiscais. O episódio ganhou as manchetes da imprensa de negócios internacionais reduziu em muito a área de manobra de Severo dentro do próprio governo. A transferência da Consul acabou por ser feita discretamente tempos depois em condições um pouco diferentes, ao grupo Brasmotor, formalmente nacional mas, considerado ligado ao Rei do estanho, Antenor Patiño, e do programa siderúrgico foram assinados em detrimento das quotas de participação sugeridas por empresas nacionais, conforme determinações legais feitas para garantir essa participação. Pode-se dizer que desde o episódio Consul, Severo Gomes do ponto de vista administrativo, ou de poder decisório específico na área do seu ministério, passou a ter papel apenas simbólico.

Ao mesmo tempo, no entanto, crescia a atividade política de Severo, dirigida a outros setores. Severo já havia falado aos estagiários da Escola Superior de Guerra

(ESG) em agosto de 1974, traçando um panorama geral de suas ideias, com ênfase especial na questão da transferência de tecnologia e desenvolvimento industrial. Em outubro de 1975 Severo falou novamente aos estagiários da ESG, dedicando-se, principalmente a demolir a famosa conferência de Henry Kissinger pronunciada em Kansas City, em maio daquele ano, na qual Kissinger estabeleceu as condições leoninas norte-americanas, para a solução da crise recessiva, obviamente lesivas às economias dos países capitalistas de periferia. Verificava-se que as palestras de Severo Gomes na ESG atraíam interesse crescente. Na sua última palestra na ESG, no ano passado, perante um auditório lotado, Severo declarou-lhes que "tinham que escolher entre deixar tudo como estava, e nesse caso o caldeirão social poderia explodir, ou partir para o mercado interno, e nesse caso teria que haver uma contrapartida política."



Passou a defender uma "economia de guerra"

Nos últimos meses Severo Gomes passou a demonstrar sinais de inquietação, mais notados talvez porque contrastavam com sua habitual afabilidade. Com o agravamento da crise de combustível, passou a defender a ideia de uma "economia de guerra", como única solução para o impasse que se verifica nas contas do país com o exterior.

Uma economia que eliminasse o luxo e o supérfluo (8). Admitia que esse caminho exigiria uma "mistica", um pacto a ser oferecido e aceito pelo empresariado e pela população, e que aí estava o "xis" da questão. Ao mesmo tempo batalhava intensamente pelo lançamento do general Euler Bentes Monteiro, considerado remanescente do grupo neo-nacionalista antes liderado por Albuquerque Lima. O próprio Euler Bentes Monteiro considerava inviável sua candidatura, que na presente conjuntura cairia como um desafio inaceitável ao grande capital estrangeiro. A insistência de Severo, e a natureza de sua pregação nesse último período, reforçaram suspeitas iniciais de que, do ponto de vista do governo, seu papel mais interessante consistia em entreter determinadas áreas, impedindo que o governo pudesse ser caracterizado como hostil a ideias nacionalistas. O próprio Severo admite que pudesse estar sendo utilizado dessa forma, sem prejuízo da sinceridade de suas ideias. A melhor forma de ver essa aparente contradição está em aceitá-la de fato como uma contradição: ao precisar de um Severo Gomes nesse papel, o governo criou as condições para uma pregação que afinal o levou, pela mesma razão, a desfazer-se do próprio Severo Gomes. Assim como o grande capital estrangeiro, como dizia Severo, corre o risco de atuar diretamente sobre a nação sem o anteparo de um capitalismo nacional robusto, o governo, pelo esgotamento de sua prática anterior, precisa atuar a descoberto, do ponto de vista da natureza de sua política.

Atribui-se finalmente a Severo Gomes o que talvez tenha sido a sua mais substantiva contribuição nestes três últimos anos: uma pregação sistemática junto à própria presidência, no sentido de que determinadas práticas antes consagradas no combate a pessoas consideradas "subversivas", não só eram desnecessárias, mas contribuíam mais do que qualquer fator, para isolar o governo de amplos setores da opinião pública. Significativo é o fato de que num determinado momento das últimas duas semanas, aquele mesmo empresariado que nunca aceitou a liderança de Severo, julgou chegado o tempo de usar a temática da democracia, da liberdade, e até mesmo, mais especificamente, das eleições diretas, na sua pressão por maior participação no processo decisório. E que foi esse salto, o determinante na sequência de ações que culminaram na renúncia de Severo. Essa momentânea convergência deu-se quando em Brasília todas as soluções para o impasse institucional em discussão no governo giravam em torno de uma proposta fundamentalmente oposta. Esse é o maior significado do episódio. Essa contradição específica assumiu contornos mais claros, com a retirada de Severo — e mais profundos.

(1) — *Jornal da Tarde*, 30/3/74

(2) — *Conversa informal com o autor*, 10/8/75

(3) — *Idem*

(4) — *Folha de S. Paulo*, 29/10/76

(5) — (6) e (7) como em (2)

(8) — *Conversa informal com o autor*, em 30/11/76

(9) — *Idem*.

A QUEDA D

CARLOS CHAGAS

O Estado de S. Paulo

("Geisel restabelece a unidade ministerial")

(...)

Enfim, do episódio ainda não revelado em todas as suas nuances, duas conclusões maiores: o presidente Geisel parece ter adotado, até por via transversa, uma opção clara e insofismável em meio ao seu governo, contra a dualidade de pensamentos e posturas econômicas. Ruiu, antes mesmo de ser construído, o edifício do mercado interno como alternativa para a crise econômica. Saem reforçados os quadros da ortodoxia oficial, do aumento das exportações, com Simonsen à frente e Velloso logo atrás.

Por outro lado, porém, fica evidente que falar em volta à democracia ainda representa um risco, especialmente para quem pertence ao governo, mesmo sabendo-se, até prova em contrário, que é o próprio governo quem estimula o debate sobre a reforma política. Severo Gomes talvez tenha tentado ocupar o espaço vazio deixado pelas lideranças políticas oficiais, que no trato do problema não dizem nada, mas o exemplo de ontem deixa patente não estar o deputado Francelino Pereira tão errado quando se cala. Falar em democracia, às vezes, pode dar em demissão...

EDUARDO M. SUPPLY

Folha de S. Paulo

("Caiu a chama dos debates")

Quando o ministro Severo Gomes observou que já era hora de construirmos um pacto político do qual deveriam participar todos os setores da nacionalidade, e terminar o pacto de submissão sob o qual viveram os brasileiros nos últimos anos, ele estava muito próximo dos sentimentos dos empresários mais esclarecidos e, o que é ainda mais importante, da grande maioria dos brasileiros.

É bem verdade que o ministro Severo Gomes não estava conseguindo convencer seus colegas de ministério de seus pontos de vista. Por exemplo, ele criticou vigorosamente, nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico, as medidas que acabaram sendo tomadas para racionalizar o uso de combustível, especialmente a do recolhimento restritivo. O público pôde notar que o ministro em nenhuma oportunidade, desde então, havia defendido ou mesmo explicado como iria funcionar o sistema que achou tão inadequado.

(...)

Infelizmente, embora de forma digna, sob a pressão de setores radicalmente conservadores, caiu o ministro catalizador dos debates,

que procurava dar maior atenção aos interesses dos padeiros da Planaltina, do que aos das grandes empresas multinacionais e que, para muitos, simbolizava os interesses do nascente empresário brasileiro.

O novo ministro da Indústria e Comércio é pessoa de confiança do presidente Geisel, com o qual desenvolveu relações pessoais próximas durante o tempo em que trabalhou no desenvolvimento do polo petroquímico da Bahia. Sabe-se também de sua afinidade com o ministro da Fazenda. O que se está para ver é se ele representará no ministério mais os interesses do setor financeiro, ao qual pertenceu recentemente, ou dos setores industrial e comercial. E também, se manterá acesa a chama do debate.

(...)

Provavelmente o presidente Geisel já esclareceu de forma satisfatória para si, os problemas que ocorreram com o Banco Econômico, do qual era presidente o sr. Angelo Calmon de Sá antes de se tornar presidente do Banco do Brasil. Seria correto que o público também fosse informado desses esclarecimentos.

CARLOS CASTELLO BRANCO

Jornal do Brasil

("A saída de Severo Gomes")

(...)

Se não foi a discordância com relação ao modelo econômico que provocou a demissão do ministro da Indústria e do Comércio, embora nesta hora tenha provocado efeitos específicos na área, deve-se procurar nos seus mais recentes pronunciamentos a razão da mudança do relacionamento do ex-ministro com o presidente da República. Ora, o fato novo nas declarações do sr. Severo Gomes nos últimos tempos foi a ênfase dada ao problema da liberdade política como único e verdadeiro fundamento de uma economia de mercado. O anticomunismo de um ministro tido como aliado da esquerda terá sido assim a causa da sua imolação, pois aparentemente o Governo se convenceu de que a audácia de um membro do Governo está na raiz de outras audácias, como a notória e genuflexa audácia do presidente da Federação e Centro do Comércio de São Paulo.

(...)

Sobretudo nos meios intelectuais e universitários a ausência do sr. Severo Gomes repercutirá como o corte de uma ponte pela qual a inquietação e as idéias não ortodoxas ao sistema alcançavam o cerne do Poder. Criticado o Governo pela falta de unidade na sua equipe, restaura-se parcialmente essa unidade, com sacrifício da comunicação do sistema. Parcialmente, dizemos porque continua a diversidade de opiniões em variados setores e porque a saída de sr. Severo Gomes deixa atrás dele um residual de adesão às idéias que ele tinha a coragem de manifestar como ministro de Estado e uma muda solidariedade dos escalões administrativos que o sr. Roberto Saturnino melhor do que ninguém poderá identificar.

(...)

RUI LOPES

Folha de S. Paulo

("Réquiem, ou o vento negro")

(...)

Essa concepção global da tarefa de governo, somada ao lastro de sua formação intelectual, levaria inevitavelmente o ministro à tomada de posições políticas. Liberal da velha guarda, Severo não aceita a hipótese de um desenvolvimento capitalista sem o pressuposto de um regime democrático, integrando-se naturalmente na corrente que se bate em favor do Pleno Estado de Direito.

Ultimamente, ele elaborou uma análise diagnosticando um princípio de divórcio entre a sociedade e o Estado, provocado pelas instituições que constituem nossa superestrutura política. Com seu ardor característico, começou a pregar a reformulação do Pacto Nacional, que envolveria uma discussão profunda das metas a que se propõe a Nação, tendo como participantes a Universidade, a Igreja, os empresários e os trabalhadores. Daí aquelas palavras, na semana que passou, sobre o pacto de aceitação e o pacto de submissão.

Naturalmente, suas atividades políticas receberam inesperado apoio em algumas áreas, mas por certo despertaram também forças que não concordam com suas teses. Não há sono que resista ao ribombar de uma nota como a do sr. Papa Júnior.

Com a posição minada pelos fiancos que ele mesmo deixou a descoberto, lutando em tantas frentes, o ministro caiu. A gota que transbordou o copo foi uma discussão, na residência de um industrial paulista, que teria envolvido personagens de administrações passadas. As restrições que lhe faziam, juntou-se a acusação de comprometer a unidade revolucionária. Sua permanência no

cargo deixava de ser uma questão na alçada do Governo, de vez que contrariava a essência monolítica do movimento. Então, Severo assinou a carta de renúncia.

(...)

A figura simpática do sr. Severo Gomes, que pode ter sido até um mau ministro, na verdade pouco importa. Mas as prováveis consequências de sua substituição não devem ser ignoradas.

(...)

No campo político, a demissão de Severo Gomes representa a amputação de uma componente liberal importante para a evolução futura das instituições. O movimento interno no Governo em prol do retorno ao Pleno Estado de Direito perdeu sua vanguarda, e definitivamente.

Se o afastamento do ministro se deu por causa de sua pregação nesse setor, as reformas ora em estudo nos darão a medida exata dessa influência. Modificações com sentido restritivo mostrarão que o equilíbrio de tendências políticas na esfera do poder rompeu-se, com predomínio de correntes menos liberais, e dentro desse novo quadro já não poderiam ser toleradas posições como as de Severo.

Sob esta perspectiva, pode-se imaginar que dificilmente ocorrerão outros incidentes como o protagonizado pelo sr. José Papa Júnior, seja na área empresarial, seja no setor político. Em resumo, a demissão seria apenas o primeiro passo do endurecimento.

ROLF KUNTZ

O Estado de S. Paulo

("Economia e política - o reencontro na Linguagem")

Como ficam nesse quadro as questões levantadas pelos empresários? Os acontecimentos dos últimos meses - que ganharam contornos mais fortes em semanas recentes - mostram que a nível sindical as lideranças empresariais vem sendo ultrapassadas pelas bases. A própria palavra liderança deve ser usada sob reserva, nesta casa, já que os sindicatos e federações de empresários tem estado por muitos anos, nas mãos de dirigentes bem comportados e normalmente doces ao governo. Peleguismo parece uma palavra apropriada para descrever o fenômeno. Desde há algum tempo, no entanto, os contatos entre ministros e empresários têm-se tornado menos confortáveis. Os auditórios aplaudem menos, colocam perguntas duras e aparentemente ficam fora do controle dos presidentes das associações. Mesmo estes - como ficou demonstrado na cerimônia da CNI, no Rio - tem abandonado a postura tradicional.

A posição assumida por José Papa Jr., presidente da Federação do Comércio de São Paulo, não pode ser compreendida fora desse quadro. Sejam quais forem as razões que o levaram ao pronunciamento do dia 1º, e à redação do documento entregue à imprensa no dia seguinte, o fato puro e simples é que ele nada fez de original. O que parece tê-lo colocado no centro dos acontecimentos - ou perto dele - foi a interpretação que ele mesmo rejeitou no dia seguinte.

O que se deve observar não é, portanto, o comportamento de Papa Jr., mas o coro em que sua voz se mistura. Que fazer com esse coro? Noutros tempos, o ministro da Fazenda poderia, simplesmente, vir a São Paulo e chamar alguns dos principais empre-

sários, a seu gabinete, para conversas particulares. Isso talvez ainda funcione, no caso de alguns, embora a margem de manobra do ministro seja reduzida. Ele pode cortar créditos, mas, se decidir ampliá-los, deverá comprometer o orçamento monetário, peça que vem sendo encarada como objeto sagrado. O governo dispõe, hoje, de maior facilidade para a punição que para a distribuição de benefícios (exceto, talvez, na atribuição de encomendas).

A crise mundial - que pôs em xeque o balanço de pagamentos do país - apenas realçou, em termos de urgência, um tipo de programação que já vinha, de alguma forma, sendo cumprido. Com a crise, ficou claro, para quem pudesse ter alguma dúvida, que os empresários da área de bens de capital estão sentados no setor-chave da política econômica. A eles compete, nos próximos anos, dar o tom ao processo de desenvolvimento econômico do país.

Mas, não se trata, apenas, de uma mudança de papéis. Ocorre que, ao tratar dos interesses do setor, esses empresários colocam em debate algumas questões quantíssimas - como o futuro do balanço de pagamentos, a independência tecnológica, a utilização racional dos recursos brasileiros, a soberania econômica e política. Discutir essas questões corresponde - queira-se ou não admitir esse fato - a discutir o modelo econômico em seus aspectos mais gerais. E não há como discutir esse modelo, em termos amplos, sem colocar sobre a mesa o problema da ordenação política do país. Foi o que se fez nas últimas semanas em termos bastante claros. O que ocorreu, nesta fase, foi o reencontro, ao nível da linguagem pública, de dois temas artificialmente separados.

DE SEVERO

MOVIMENTO FOLHA DE S. PAULO

A renúncia do ministro Severo Fagundes Gomes, da Indústria e Comércio, encerra uma etapa política na vida do País. Embora os horizontes estejam grávidos de possíveis desdobramentos, a carta que a S. Exa. entregou ontem ao presidente Ernesto Geisel constitui um desfecho a uma série de fenômenos políticos que vinham trazendo em efervescência a sociedade civil brasileira, ao traduzir um realinhamento de posições que se verifica não apenas em seu bojo, mas no próprio âmbito das relações sociedade-Estado.

O tempo deverá confirmar - ou, quem sabe desmentir - a impressão de que o afastamento do sr. Severo Gomes figura uma opção definitiva abraçada pelo Governo, com o fito de congelar o processo de abertura política que esse mesmo Governo deflagrou há quase três anos, e cujo controle integral aparentemente lhe vem escapando para passar-se - por assim dizer - ao domínio público.

De fato, desde há algum tempo, importantes setores de nossa sociedade vêm utilizando as franquias conquistadas ao longo do processo distensionista na defesa de seus interesses próprios, que muita vez não coincidem inteiramente com as aspirações do Governo. A direção da Igreja Católica tem apresentado um comportamento desse molde e - exemplo flagrante pela natureza íntima que o vincula à presente crise institucional - também o empresariado se tem valido mais recentemente da relativa abertura política para fazer ouvir sua voz de descontentamento, que reflete as dificuldades materiais que começa a atravessar.

Naturalmente, especulações surgirão em torno do ato da renúncia. Haverá quem enxergue no episódio as pressões de setores ditos ortodoxos do movimento de 64, descontentes com a colocação ideológica do ministro da Indústria e Comércio. Não há de faltar, igualmente, aqueles que no afastamento terão divisado o propósito governamental de punir as movimentações empresariais que se feriram no decorrer da semana passada, e que pareciam ter na identificação e um interlocutor para o diálogo almejado.

Da mendicância incomparável de motivações e de idéias que provavelmente caracterizará esse vivo debate, emerge uma constatação que, à custa de repetir-se tão amiúde, se torna sempre mais límpida: o movimento de 64 vai devorando maquinalmente todos os valores que ressaltam da cena política nacional. Basta não curvar-se à conveniência; basta não dobrar-se à timidez. É suficiente deixar-se encantar pelo vento revigorante da mudança, é bastante ilfundir na juventude o interesse há muito perdido pelos problemas nacionais. O preço de tais práticas parece ser, invariavelmente, o afastamento e o ostracismo.

Dessa forma, triste e inglória, vai o País queimando seus talentos, sepultando suas idéias, esvaziando seu patriotismo.

Paulatinamente, se vão pondo abaixo as pontes capazes de conduzir-nos ao amanhã.

O ESTADO DE S. PAULO

(...)

Quanto às especulações, portanto, sobre o que esteve na raiz dessa primeira baixa no primeiro escalão administrativo do País, se a exaltação de uma noite paulistana bem regada de libações ou se uma contestação mais ou menos permanente ao governo, como se neste se espelhassem, como nos governos de gabinete, as diversas correntes de opinião manifestadas no Congresso (formando o sr. Severo Gomes o sistema de vasos comunicantes, com a linha que o sr. Roberto Saturnino defende da tribuna do Senado), elas são um exercício de fantasia. Temos um dado real, com que estas não se podem medir, nem porfiar: o presidente da República demitiu o ministro da Indústria e Comércio num ato político, como sempre. Mas um ato político revestido de circunstâncias tais que lembra uma cassação. A demissão cheira ao AI-5, com que o presidente Ernesto Geisel tem purgado os portadores de mandato. O sr. Severo Gomes pôde divergir do Governo até o momento em que com as divergências se ia moldando, aqui e ali, uma representação, extremamente desordenada e desigual embora, mas sempre uma auto-investidura para o diálogo e confrontação. E, para o go-

verno, é inoportuno o diálogo público e aberto.

Articula-se bem com essa compreensão o fato de ter o ministro Mario Henrique Simonsen afirmado que "a crítica é livre, desde que feita através dos partidos políticos". O ministro da Fazenda recorreu, com os empresários paulistas, à tática que tem dado resultado, empregada por sucessivos ministros da Educação e Cultura com os estudantes: quem fazer política? Ai estão os partidos. É preciso escolher: ou a estrada dos partidos, condicionada a mil e uma desacelerações e de que nem se sabe aonde vai dar, ou as velhas relações primárias, do contato face a face, com o enfeite de promovê-lo em salões de conferências, entre talheres de banquetes, ou no recesso de gabinetes refrigerados e à prova de som.

Caiu o sr. Severo Gomes, por conseguinte, mas a crise persiste; a crise de autoconfiança de um governo que acredita que a disposição para dialogar com a opinião traz fraqueza de liderança, incapacidade para a responsabilidade, dificuldade, com atinar com soluções.

(...)

JORNAL DO BRASIL

(...)

O ministro da Indústria e do Comércio questionava a própria essência da filosofia econômica brasileira. Seria reconfortador de sua saída significasse claramente que o Governo não compartilha mais dessas contendações. Seria louvável se o Governo, daqui para frente, se comprometesse, irreversivelmente, com uma filosofia que se sustente em algumas premissas que o momento econômico comprova insubstituíveis.

Por exemplo: o Brasil precisa, a qualquer custo, exportar para pagar suas contas no exterior; o crescimento das exportações não inibe nem sufoca a expansão do mercado interno; ao contrário, cada dólar exportado estimula a demanda tanto quanto um dólar despendido no país em forma de gastos do Governo ou de investimentos das empresas; o Brasil não pode ser hostil ao capital estrangeiro, porque atrair poupanças exter-

nas é uma forma de lubrificar e intlar os investimentos da economia, enquanto alivia a carga de sacrifícios a que se pode submeter a sociedade. O Brasil precisa participar do fluxo internacional de mercadorias e recursos financeiros porque é crônico o déficit em contas correntes de países como o nosso - e, num certo sentido, é até salutar que o seja, porque deficit em contas corrente significa que estamos absorvendo recursos de outros para fortalecer nossa economia. O Brasil não tem preconceitos contra sócios estrangeiros - porque, aqui, ele tem 100% das ações com direito a voto - sua soberania não é compartilhada.

O ministro da Indústria e do Comércio parecia não entender o caráter complementar e indispensável do capital estrangeiro. Também não entendia que não se pagam dívidas com cruzeiros - e que, por isso, era vital continuar aumentando as exportações.

(...)



EUROPA

Ingllaterra: "Acordo de cavalheiros"

Em 1974, o governo Trabalhista Britânico pôs em prática uma política de achatamento salarial, num "acordo de cavalheiros" feito com a "Trade Unions Conference" (TUC) o órgão central dos trabalhadores na Grã-Bretanha. O princípio básico desta política é o de que ela seria a quota (ou parte da quota) a ser paga pelos trabalhadores para tirar a Grã-Bretanha da crise econômica que enfrenta.

Como resultado desta política, segundo a imprensa britânica, de abril de 1975 até abril do corrente ano os trabalhadores britânicos estarão enfrentando uma queda de 9,5 libras esterlinas por semana no

valor de compra do seu salário. Este cálculo foi efetuado pela "Income Data Services", uma entidade que analisa os salários ao redor do mundo, com base no salário médio semanal do trabalhador na Grã-Bretanha em abril de 1975, que era de 60,80 libras esterlinas. Em abril desse ano, o salário deverá chegar a 70,14 libras esterlinas, apresentando um acréscimo de 9,34 libras. Em termos reais, porém, devido à inflação, este salário decrescerá em 9,5 libras.

Paralelamente a isto, o governo britânico vem desenvolvendo uma política de cortes violentos nos gastos públicos, afetando em especial os setores de Educação, Assistência Médica e Transportes

Coletivos. Esta política foi inspirada pela Confederação das Indústrias Britânicas e recebe todo o apoio do Partido Conservador, que está na oposição.

A redução do salário real dos trabalhadores e outras medidas vêm representando um baque violento no nível de vida entre as classes trabalhadoras na Grã-Bretanha. Ironicamente, os trabalhadores britânicos estão sendo levados a estes sacrifícios para "salvar" o capitalismo na Grã-Bretanha. É verdade, porém, que se anunciam dificuldades para o governo, quando tentar renegociar o acordo com os sindicatos em agosto próximo. É que muitos sindicatos já anunciaram que não aceitarão os limites salariais impostos, nem que a TUC aceite. (JS)

ÁSIA

Timor: O avanço da luta armada

Segundo notícias veiculadas pelas agências de notícias internacionais, no final de janeiro a Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (Fretilin) já tinha sob seu controle 80 por cento do território da ex-colônia portuguesa, invadida pela Indonésia em dezembro de 1975. Calcula-se, também, que mais de mil soldados indonésios já foram mortos no conflito desencadeado pela invasão, quando as tropas da Fretilin perderam o controle da capital, Dili, e se refugiaram no interior do país.

Logo após o golpe militar de 74 em Portugal, os timorenses viram se aproximar o fim de quatro séculos e meio do domínio colonial português. E sob a liderança do jornalista José Ramos Horta foi fundada a Associação Social Democrata do Timor (ASDT), que levou seus adeptos a realizarem a primeira greve de trabalhadores da história da ilha. Em seguida, a ASDT lançou seu primeiro manifesto político, pedindo a independência do país, sua participação no governo, fim da discriminação racial, fim da corrupção e estabelecimento de boas relações com os países vizinhos, entre os quais está a Indonésia.

Com a tomada de uma posição mais radical pela ASDT, a elite de homens de negócios e administradores abandonaram a organização e formaram outro partido, a União Democrática Timorense (UDT),

cujos intenção era manter a mesma estrutura sócio-econômica do período colonial. Quem assumiu a liderança da UDT foi um senhor chamado Francisco Lopes da Cruz, que havia lutado ao lado do exército português nas guerras coloniais da África. Quase que paralelamente, surgiu um terceiro partido, chamado Associação Popular Democrática do Timor (Apodeti), que defendia a anexação do Timor Leste ao Território indonésio.

Em setembro de 74 a ASDT resolveu mudar seu nome para Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (Fretilin) e seis meses depois seus membros já somavam 80 mil (a população total do país é de aproximadamente 700 mil). Em junho de 75, por ocasião das eleições para chefes de vilas, organizadas pelas autoridades portuguesas, a Fretilin venceu pela esmagadora percentagem de 90 por cento dos votos. Vendo esta situação, a UDT resolveu se utilizar de uma nova tática e procurou uma aliança com a Fretilin, embora desde janeiro daquele ano ambos os partidos já viessem agindo conjuntamente para reivindicar a independência e a formação de um governo provisório.

Mas esta coalizão não durou muito, porque em 10 de agosto de 75 a UDT desencadeou um golpe, tomando os quartéis da polícia em Dili e Bacau, com a conivência do então governador geral português, Lenos Pires. A UDT passou então a prender e eliminar membros da Fretilin em todo o país. Cinco dias depois do gol-

pe, vendo que o governo português não atendia os pedidos para que contesse a UDT, a Fretilin anunciou que adotava a partir daquele dia a luta armada em todo o país.

A esta altura já estava formada uma coalizão entre UDT e Apodeti, o que não adiantou nada, porque em menos de um mês a Fretilin já havia assumido o controle do país e continuava, agora em maior escala, a por em prática seu programa sócio-econômico com campanhas de alfabetização e erradicação da malária.

No dia 28 de novembro de 75 a Fretilin declarou a independência e surgiu um novo país, a República Popular Democrática do Timor. Nove dias depois, às 4h30min. da madrugada de 7 de dezembro, as tropas indonésias desembarcaram em Dili e outras cidades importantes, garantindo a ascensão da coalizão UDT-Apodeti. Há quatro meses, a despeito de resoluções da ONU pedindo a retirada das tropas indonésias, o Timor Leste foi anexado oficialmente ao território indonésio. Mas desde a invasão a Fretilin havia reiniciado a luta, agora a partir do campo, já tendo reassumido o controle de 80 por cento do território do país. (Jaime Saatchuk).

Vietnã: as promessas de ajuda

O Vietnã tem desenvolvido uma campanha de atrair ajuda internacional que tem sido "agressiva, flexível e pragmática" diz

o *Washington Post*. Segundo esse jornal, o novo regime já teria promessas de ajuda da ordem de 6 bilhões de dólares, dos quais 3 bilhões teriam sido prometidos pela União Soviética. Mas, "um dos objetivos de Hanoi" promete o *Washington Post* "tem sido depender o menos possível de uma única fonte de ajuda e procurar as melhores fontes para novas tecnologias". Para isso, o Vietnã está recorrendo inclusive às instituições de crédito do mundo ocidental, como o Banco Mundial, apesar da oposição americana a essa ajuda. Os Estados Unidos condicionam o reconhecimento do novo regime à prestação de conta, por parte do Vietnã, da sorte de algumas centenas de soldados americanos desaparecidos durante a guerra.

Mas existe outra questão que preocupa uma parcela da população americana: é a questão do tratamento dos funcionários e soldados que serviram ao antigo regime. (veja matéria na página ao lado). Dezenas de americanos que militaram no movimento pacifista da década de 60 assinaram uma carta dirigida a Hanoi protestando contra o tratamento que estaria sendo dado aos ex-funcionários.

Entre os signatários estão o cantor e compositor Bob Dylan e Joan Baez. Depois que a embaixada vietnamita na ONU respondeu a carta, restando as acusações, vários dos signatários retiraram a assinatura, satisfeitos com as novas informações sobre as circunstâncias em que está sendo feita a "reeducação".

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos: a autodeterminação dos índios

Quando os colonizadores chegaram à América do Norte, os nativos procuraram defender suas terras e costumes pela força e quase foram exterminados pela superioridade dos brancos. Depois tentaram resolver a questão por meios de tratados, que eram violados pelo homem branco logo após a assinatura dos mesmos; na década de 60, seguindo o exemplo dos militantes do poder negro, índios "radicais" chegaram a iniciar enfrentamentos armados com as autoridades brancas.

Agora, é cada vez maior a militância

dos índios norte-americanos no sentido de reviver o "nacionalismo, soberania e o direito de autodeterminação dos "Índios dentro dos Estados Unidos. O jornal *Washington Post* fez um levantamento dessa última tendência e conclui que ela se deve a uma convergência de numerosos fatores, que levam os índios a reclamarem o status de Nação soberana. Eles estão cada vez mais apelando aos tribunais e vencendo causas que reafirmam o direito soberano sobre suas reservas e, em alguns casos estão disputando na justiça o direito de propriedade de vastas áreas. Em Maine, por exemplo, eles estão reivindicando quase a metade da área do estado, porque o acordo entre os índios e o governo, de

1790, não foi aprovado pelo Congresso, não tendo portanto valor jurídico. Juridicamente, parece não haver escapatória: os índios tiveram suas terras confiscadas ilegalmente pelo Estado e agora, diz um advogado dos índios ao *Washington Post*, "é apenas questão de alguém ter tempo e rudimentos de conhecimento de direito para recuperar a terra".

Várias razões são apontadas para justificar o renascimento do nacionalismo tribal: as grandes campanhas pelos Direitos Civis da década de 60, o avanço das lutas dos negros nacionalistas. (Algumas correntes de movimentos negros americanos se auto-analisam como uma nação negra do "terceiro mundo" dentro de uma na-

ção branca imperialista, que os explora da mesma maneira como os Estados Unidos exploram outros países do terceiro mundo).

Também contribuiu para a crescente tomada de consciência nacionalista diversas medidas tomadas pelo próprio governo americano em relação à autodeterminação. Em 1970, por exemplo, os índios passaram a exercer controle total sobre vários programas de assistência e administração de reservas índias, onde vivem aproximadamente 500 mil índios, que, diz o *W. Post* "cada vez mais, mais tribos conquistam com sucesso seus direitos de controlar as circunstâncias sob as quais vivem".

AMÉRICA LATINA

Peru x Chile:

A "guerra inevitável"

Pelo jeito a guerra entre Peru e Chile sai mesmo; e talvez antes das comemorações do centésimo aniversário da "Guerra do Pacífico" (1879-84), na qual o Chile açambarcou parte do território peruano e a tão decantada "saída para o mar" dos bolivianos. No dia 30 de janeiro último o jornalista britânico Hugh O'Shaughnessy publicava um artigo no jornal "The Observer", afirmando que um presidente latino-americano (sem dizer qual) lhe falou: "A guerra entre Chile e Peru é inevitável. Ela pode não sair nos próximos meses, mas que ela virá, isto virá".

O que talvez seja mais curioso é que alguns setores da esquerda chilena estão apoiando a idéia da guerra, porque ela viria "enfraquecer a Junta Militar". Ocorre, porém, que os militares chilenos pen-

sam exatamente o contrário: para eles, uma guerra possibilitaria a formação de uma "unidade nacional" em torno da junta, com o pretexto de defender o território chileno. Mas para isso é necessário que o primeiro a atacar seja o Peru, o que parece não ser lá muito difícil de ocorrer. Em termos políticos, também os militares peruanos estão na carência de limpar sua imagem perante as amplas massas peruanas, e ideologicamente já existe o pretexto: a derrota do século passado ainda está atravessada na garganta dos militares peruanos, sentimento que é incorporado pela população quase que inteira do país. Mas precisaria de um pretexto para o Peru tomar esta atitude, e é aí que entram as provocações da junta chilena. Mas resta saber a quem interessaria esta guerra.

No aspecto político, se visto do ponto de vista dos governos militares de ambos os países, ela poderia ser, pois, muito

frutífera. E servindo para mantê-los no poder, ela automaticamente serviria aos interesses norte-americanos, ou dos monopólios transnacionais. Em termos regionais, poderia haver efeitos inesperados (como uma intervenção argentina ou brasileira), mas de maneira geral só a Bolívia teria um envolvimento mais ou menos direto. É bem verdade que o governo de Hugo Banzer poderia assistir ao conflito de camarote e esperar que o acordo de paz, no final, resultasse na devolução da saída boliviana para o mar. Com esta devolução, também o Brasil ficaria satisfeito, pois seria a saída brasileira para o Pacífico.

A guerra certamente duraria apenas algumas batalhas (talvez sangrentas, o que não importa, porque quem morreria seriam simples soldados) e logo seria assinado o acordo, que serviria para que ambos os governos cantassem vitória. E tudo vol-

taria à normalidade no cone sul do subcontinente.

Ocorre, porém, que um conflito entre os dois países pode ser muito mais perigoso para ambos os regimes do que aparenta. Isto porque ela poderia dar margem ao surgimento de movimentos revolucionários bem organizados, capazes de promover a derrubada de um ou outro regime. Resta saber, então, se os governos de Santiago e Lima, com o necessário endosso do Pentágono, estariam ou não dispostos a correr este risco. Pelo procedimento da junta militar chilena, o Chile parece estar disposto (a promessa de devolver território contestado à Bolívia, sem consulta ao Peru é outro exemplo claro do que está sendo visto como provocação). Mas o Peru, por seu lado, ainda não se manifestou muito claramente, a não ser pelas estatísticas de compra de armas. (JS)

Uma das realizações inéditas do novo Vietnã depois de 30 anos de guerra, foi conseguir que os que serviram sob o controle americano, no exército e na administração, fossem rapidamente reintegrados à nova sociedade.

Sob o regime de Saigon, patrocinado pelos EUA, trabalhavam cerca de um milhão de soldados, oficiais e funcionários. A maior parte era recrutada contra a sua vontade. E alguns cometeram sérios crimes contra o povo vietnamita. Por volta do início de 76, depois de passar por vários períodos de reeducação, 95% deles foram reintegrados à sociedade vietnamita, recebendo de volta todos os seus direitos civis.

Na cerimônia de encerramento de um período de reeducação no 10º distrito de Saigon, Le Thong Dat, ex-primeiro-sargento responsável por um posto de telecomunicações, projetou a famosa foto do chefe de polícia Nguyen Ngoc Loan apontando sua arma diretamente para a cabeça de um jovem vietnamita cujas mãos estavam amarradas às costas. Explicando o que ele entendia por reeducação, Dat declarou: "Nós, oficiais e homens do exército de Saigon, devemos ser responsabilizados por uma parte desses crimes. Por isso, devemos nos penitenciar sinceramente, e estudar e trabalhar duro, de modo a nos redimir dos nossos erros passados."

A política de reconciliação nacional

Após a libertação completa do Vietnã do Sul, a nova administração iniciou a enorme tarefa de construir um país unido e socialista. Uma política de reconciliação nacional é o ponto crucial na luta para cicatrizar as feridas sociais e políticas da guerra. A política de reconciliação é uma consequência do ensinamento de Ho Chi Minh: "O Vietnã é um só. O povo vietnamita é um só". A política de reconciliação nacional considera que não há vitoriosos nem conquistados entre os vietnamitas. O único derrotado é o imperialismo americano.

O Governo Provisório Revolucionário do Vietnã do Sul (GPR) começou a implementar a política de reconciliação nacional antes mesmo da vitória final em abril de 75. Durante uma visita às áreas libertadas no fim de 74, Bui Thi Me, vice-ministro da Saúde do GPR, fez questão de apresentar um visitante americano a antigos membros do exército de Saigon. Um ex-soldado de Saigon, vivendo tranquilamente na vila de Hai Thuong, contou que por muito tempo ele pensou em desertar, mas ficou com medo porque funcionários de Saigon tinham dito que o "Vietcong" lhe cortaria a cabeça. Quando ele finalmente retornou à vila libertada, ele foi bem recebido, recebeu um pedaço de terra, material de construção e um emprego.

Bui Thi Me explicou que o GRP e a Associação das Mulheres estavam procurando encorajar a reconciliação, ao invés da vingança. Ela disse que nos dois últimos anos da guerra foram oferecidos prêmios a quem conseguisse fazer com que os soldados de Saigon desertassem. "Se nós nos vingássemos", ela continuou, "isso seria cair na armadilha da 'vietnamização'... permitindo que o governo dos EUA jogassem os vietnamitas uns contra os outros. Nenhum vietnamita é nosso inimigo, apenas o governo dos EUA. Thieu não é vietnamita, o sangue americano corre em suas veias".

Uma das questões principais da reeducação na parte sul do Vietnã gira em torno da reconciliação nacional. As mulheres de Hai Thuong, p. ex., tinham motivo bastante para se vingar, porque 900 das 1.000 mulheres adultas foram torturadas pelos soldados americanos ou de Saigon. No entanto elas receberam muito bem os soldados de Saigon que retornaram, como irmãs que se enganaram. As mulheres compreenderam que a vitória não pedia vingança e que a paz exigia a reconciliação nacional.

Por mais de 20 anos, a população do Vietnã do Sul, principalmente nas cidades, foi confundida com histórias de terror sobre a invasão do Vietnã do Norte, banhos de sangue e vingança. Quando a derrota parecia inevitável, o aparato de guerra psicológica dos EUA movimentou suas engrenagens para convencer o mundo e o Vietnã do Sul de que os vietna-

mitas que trabalhavam para os americanos corriam um grande perigo. Depois dos 20 anos em que os valores culturais e políticos dos EUA foram disseminados pelo Vietnã do Sul, mesmo aqueles que não tinham servido ao exército tinham precisavam de reeducação. Era preciso que o povo, acostumado à intervenção americana, reassumisse os valores vietnamitas, descartados pelo regime fantoche, e aprendesse um novo conjunto de valores revolucionários.

Após a libertação, o currículo de cada escola ou universidade passou a incluir a reeducação, ou "hoc tap". Nas fábricas, os trabalhadores participavam do "hoc tap" discutindo a organização, administração e a distribuição do excedente em reuniões nos locais de trabalho. Reuniões públicas com a participação da vizinhança incluíam palestras e discussões sobre temas como: o Vietnã sob o colonialismo francês; a luta pela independência; a agressão dos EUA e os crimes de guerra; e o partido comunista e o futuro do país. Matérias semelhantes eram discutidas pelo rádio, a imprensa e a televisão. Exposições em cada distrito expunham as sutilezas do imperialismo cultural e exortavam o povo a ter orgulho da cultura vietnamita. As prostitutas em centros de recuperação da dignidade também receberam o "hoc tap". Viciados em drogas e moleques de rua foram mandados a centros de reabilitação, onde também receberam a reeducação. Advogados e juizes foram convidados a assistirem a reuniões especiais de "hoc tap".

O processo de reeducação no Vietnã do Sul foi descrito pelo jornalista Tiziano Terzani no seu livro "Giai Phong", que relata o testemunho do autor sobre os três primeiros meses após a libertação. Para todos os soldados e funcionários, e a maioria dos políticos do velho regime, havia um mínimo de três dias de reeducação obrigatória. "Para o resto da população", escreveu Terzani, "a reeducação é mais informal, parte da experiência diária de reconstruir uma sociedade revolucionária".

Terzani também conta a experiência de reeducação de um ex-sargento, Loan, que trabalhou no serviço de inteligência do exército de Saigon. Depois de participar de um curso de reeducação de 3 dias, Loan contou ao jornalista que "desde o primeiro momento nós percebemos que não fomos ser punidos. Foi como ir à escola".

O 2º dia de "Hoc Tap" era o dia das confissões. No grupo de Loan, houve longos instantes de silêncio. Os aprendizes estavam com medo tanto dos quadros revolucionários quanto dos seus colegas reacio-



Reeducação: recuperar as vítimas dos 20 anos de dominação cultural e política dos EUA

nários, que ameaçavam os que pretendiam cooperar. Depois o gelo foi quebrado. Loan afirmou: "eu também falei sobre mim mesmo, falei sobre a corrupção em que me envolvi, da forma como eu havia falsificado notícias sobre a guerra, e sobre como eu tinha me tornado um instrumento da propaganda americana. Foi estranho. A medida em que eu falava, eu sentia um peso sendo aliviado." Todo o grupo de Loan foi dado como "reeducado" ao fim dos três dias. Mas em outros grupos, cerca de 10% foram retidos para outro curso.

Ainda existem 50 mil residentes dos campos de reeducação. São antigos oficiais de alta patente e outros que não pro-

Vietnã

Os presos políticos do Vietnã

A reintegração, alternativa da vingança



"Nós, oficiais e homens do exército de Saigon, devemos ser responsabilizados por uma parte desses crimes. Por isso, devemos nos penitenciar sinceramente"

grederam no curso de 3 dias. Eles ou não compreendem sua responsabilidade pelos crimes cometidos contra o povo vietnamita, ou não estão desejosos de participar das tarefas de reconstrução da nova sociedade. A administração revolucionária exigiu que estes homens fossem mandados a centros de reeducação por um período de até 3 anos. As pessoas que realmente fazem progressos na reeducação saem dos centros antes desse período.

Terzani descreve outros tipos de pessoas recolhidas aos centros. Há os "obstinados", que continuam a cometer crimes. Se "fantoche" é uma designação de atividades do passado, e portanto perdoáveis, "obstinado" se refere a atividades presentes. É o resultado de uma escolha feita deliberadamente, após a libertação, e por isso... ser obstinado representar um crime".

O padre Tran Huu Thanh é um dos "obstinados". Thanh, que trabalhou junto à CIA, foi preso em Saigon em fevereiro de 76 por suas atividades na estocagem de armas e dinheiro falso para ser usado contra o novo governo.

Contudo, algumas pessoas podem enfrentar mais que a clemência dos programas de reeducação. "Com relação àquelas pessoas que cometeram sérios crimes contra o povo, esses assassinos que perpetraram crimes sangüinários contra seus compatriotas, que insistem e não se arrependem após 3 anos de reeducação, demonstrando assim sua obstinação, serão condenados conforme a lei", segundo atesta a política oficial.

As condições dos centros são espartanas, comparadas ao que estão acostumados os escalões superiores de um regime corrupto. No entanto, não estão muito longe das condições em que vivem os camponeses vietnamitas. Os "aprendizes" passam a maior parte do seu tempo trabalhando na terra ou aprendendo outras habilidades manuais como carpintaria, tecelagem, desativação de minas e conserto de rádio e televisão - práticas produtivas úteis à nova sociedade. Os internos podem receber visitas de familiares durante os fins de semana. O governo fornece arroz à família dos aprendizes que se encontram em dificuldades econômicas.

Os currículos dos centros incluem aulas sobre imperialismo americano, o papel do

regime fantoche de Van Thieu, e sobre a necessidade de trabalho honesto na reconstrução do país. Após cada lição, os participantes resumem no papel o que aprendem, criticando os erros e os crimes que cometeram no passado. Muoi Ky, comandante de um centro de reeducação, em Dam Lac, explicou a um visitante que é difícil e complicado reeducar estas pessoas, mas há uma vantagem "a maioria dos oficiais e funcionários não têm outra alternativa senão perceber uma verdade importante, que é a derrota do imperialismo americano e seus asseclas."

Sucesso político

A política de reconciliação nacional da RSV foi bem sucedida e a clemência deu bons resultados. Tran Van Tuyen, por exemplo, um ex-capitão do exército de Saigon, após o curso de reeducação, passou a integrar o comitê administrativo da província de Can. A família dos oficiais também ficaram contentes com o programa de reeducação por recuperar pessoas que elas acreditavam não ter mais esperança.

Vo Van Long, do departamento cultural da província de Ben Tre, resumiu os progressos obtidos com confiança: "Estas pessoas (ex-oficiais de Saigon) não entendem muito de revolução. Eles apenas compreendem seus próprios interesses. Agora estão em nossas mãos e é uma questão de dignidade para nós obter a compensação. Eles se tornarão cidadãos. Após 3 anos de guerra nós precisamos de amor para reconstruir nossa terra destruída."

Em abril de 76 os vietnamitas elegeram a primeira Assembléia Nacional da República Socialista do Vietnam reunificada. Cerca de um milhão de antigos soldados, oficiais e políticos de Saigon votaram nestas eleições. A restauração de seus direitos civis e políticos também significa que eles tomam parte da vida pública diária, nas fábricas, cooperativas agrícolas e escolas onde eles trabalham. Eles pertencem todos às suas seções locais da Associação das mulheres, sindicatos, organizações de juventude, associações de camponeses ou outras organizações de massa apropriadas. (The Guardian, de Nova York)



Mao Tse-tung

China

As relações entre Mao, Chu En-lai e a "gang dos 4"

"Duvidar de tudo, suspeitar de tudo, revirar tudo"
(palavra de ordem na Comuna de Xangai, em 1967)
"Trata-se do anarquismo mais extremado, e muito reacionário"
(Resposta de Mao Tse-tung à Comuna de Xangai)

Roland Berger Le Monde Diplomatique

"Eles recorrem a táticas como a que consiste em deslocar o alvo a atacar e mudar o branco em negro para desviar o movimento. Quando se encontram muito isolados, incapazes de prosseguir por muito mais tempo, eles recorrem ainda à intriga, ao murro nas costas, à difusão de rumores. Eles confundem ao máximo a distinção entre revolução e contra-revolução, com o objetivo de atacar os revolucionários."

O sexto ponto determina que "o método a ser utilizado nos debates é o de apresentar fatos, o de passar as coisas pelo crivo da razão, o de persuadir pelo raciocínio" e que, "quando há um debate, ele deve ser conduzido pelo raciocínio e não pela coerção ou pelo uso da força". O discurso da senhora Chiang Ching de 22 de julho de 1967, após os incidentes de Wuhan (2), está em contradição com esses conceitos: "Ataquem com palavras, defendam-se com a força", dizia ela. Ela definia assim seu pensamento aos jovens rebeldes: "Eles não depõem as armas, eles brandem fuzis, lanças e espadas contra vocês, e vocês depõem suas armas. Vocês erraram. Vocês o lamentarão." Mesmo após ter sido repreendida por encorajar a violência, Chiang Ching, dirigindo-se a alguns dos jovens rebeldes, a 5 de setembro de 1967, esclareceu que "Kang Sheng me trouxe aqui" para afirmar depois que "não era a favor da luta armada", acrescentando: "Quando os inimigos de classe nos atacam, como podemos nos permitir de não ter uma arma à mão? É na situação que penso, mas atualmente não há necessidade de recorrer a essa forma de luta."

No que diz respeito aos militantes, os 16 pontos partiam do postulado de que 95% deles eram bons ou relativamente bons. Mesmo o "pequeno número de direitistas antipartido e anti-socialistas", que devem ser totalmente desmascarados e privados de toda influência, "devem encontrar uma saída para redimir seus erros" (ponto 8). A política de Chang Chun-chiao, de Chiang Ching e de Yao Wen-yuan durante a Revolução Cultural e, principalmente durante os dois ou três anos que precederam sua queda, foi a de voltarem-se violentamente contra os grupos que criticavam sua linha ou se opunham e, em particular, de demitir os sobreviventes da Longa Marcha e da época de Yenan.

"Toda idéia de opor a grande Revolução Cultural ao desenvolvimento da produção é incorreta", afirma o ponto 14. O "grupo dos quatro" partia, ao contrário, do princípio segundo o qual toda proposição vinda dos operários e dos militantes de uma fábrica para aumentar a produção e melhorar a produtividade era revisionista e contra-revolucionária. Seu ponto de vista unilateral e anti-dialético se expressava na seguinte diretriz: "Se a revolução é bem conduzida, o problema da produção se resolverá naturalmente".

A ultra-esquerda e os ataques contra Chu En-lai

Ainda que as políticas que eles preconizam tenham passado de um extremo a outro segundo as necessidades do momento, pode-se fazer remontar sua atitude aos primeiros dias da Revolução Cultural. Durante os últimos meses de 1965 e todo o ano de 1966, Lin Piao e Chiang Ching apoiaram-se um no outro e contribuíram para izar-se mutuamente a posições influentes. Chiang Ching foi nomeada conselheira cultural da Armada Popular de Libertação, e a ela se atribuiu uma grande responsabilidade pela reunião sobre o trabalho literário e artístico dentro das Forças Armadas, ocorrida em fevereiro de 1966. Ela trabalhava em estreita ligação com Chen Po-ta e os dois apoiaram ativamente a "facção Terra" dos estudantes, da qual um dos principais alvos era Chu En-lai. Em janeiro de 1967, depois da "tomada do poder" em Xangai, Chiang Ching defendeu a idéia de uma comuna de Pequim com Chi Pen-yu (que, um pouco mais tarde, naquele mesmo ano, seria denunciado como um dos três dirigentes do grupo ultra-esquerdista, o movimento 516). Ele se dirigiu aos rebeldes revolucionários do Estúdio Central de Filmes Documentários: "O título de 'chefe' deve ser feito em pedaços. Não haverá necessidade de chefes no futuro. Nós teremos a comuna popular." Ao mesmo tempo, Chang Chun-chiao e Yao Wen-yuan anunciaram a criação da Comuna de Xangai. Esse apelo à "eliminação de todos os chefes" correspondia à política da corrente esquerdista (grupo 516): "Duvidar de tudo, suspeitar de tudo, revirar tudo." A reação de Mao Tse-tung foi sem hesitações: "Trata-se do anarquismo mais extremo — disse ele — e é muito reacionário."

O movimento esquerdista, conhecido pelos chineses sob

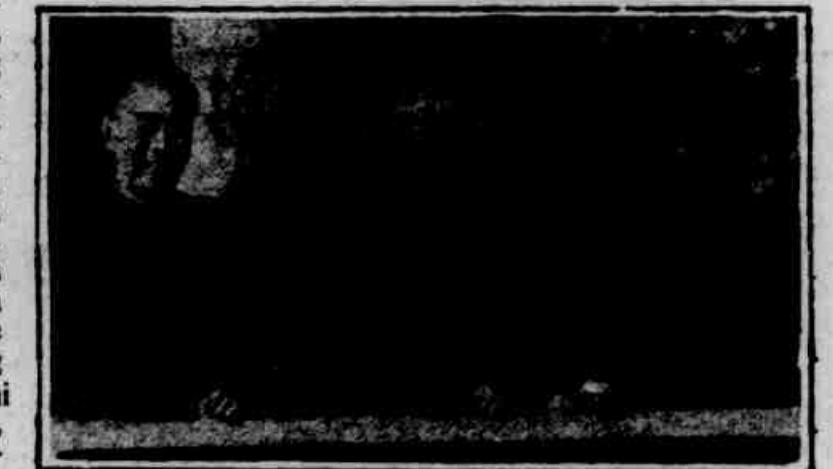
o nome do 516 (movimento de 16 de maio), entrou em ação na primavera de 1967. A 7 de agosto desse ano, Wang Li incitou os rebeldes esquerdistas a tomar o poder no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que eles conseguiram durante algum tempo. Seguiram-se diversos incidentes de caráter xenofóbico, particularmente o incêndio da embaixada da Grã-Bretanha a 22 de agosto. O número 12 do "Bandeira Vermelha" saiu com um editorial intitulado "O proletariado deve firmemente apropriar-se do fuzil". Foi o sinal para as organizações rebeldes tomarem em armas nas casernas.

A ultra-esquerda tinha ido muito longe. Apesar da resistência de Chiang Ching e Chen Po-ta, a publicação do "Bandeira Vermelha" foi suspensa. Wang Li, Chi Pen-yu e Kuan Feng foram presos. Chiang Ching, "mentalmente esgotada", retirou-se para Han-Kow e só reapareceu em janeiro do ano seguinte.

Diz-se, na China, que o inquérito sobre o movimento esquerdista 516 chegou até Wang Li, Chi Pen-yu e Kuan Feng, mas não passou daí. Nancy e David Milton, testemunhas de um grande número de acontecimentos em Pequim em 1967, fazem alusão às investigações efetuadas junto a certos setores estudantis para conhecer as ramificações do grupo 516 e suas relações com membros do grupo central da Revolução Cultural, particularmente Cheng Po-ta e Chiang Ching. "Mesmo o primeiro-ministro, alvo da conspiração, tratou com energia de remendar as brechas que seus adversários tinham aberto no centro de direção da Revolução Cultural... Era de seu interesse, e do interesse do presidente Mao, que Chiang Ching não fosse desacreditada, e o futuro mostraria, que, a longo prazo, quase todos os adversários obstinados de Chu En-lai seriam descartados do poder." (3)

Quaisquer que fossem suas acrobacias para se acomodar às diferentes situações, os "quatro" tiveram sempre uma linha de ação comum: sua oposição a Chu En-lai. Em 1967, a "facção Terra", dirigida e apoiada por Chen Po-ta, Chiang Ching, Wang Li, Chi Pen-yu e Kuan Feng, funcionava como tropa de choque para atacar o marechal Chen Yi, ministro dos Negócios Estrangeiros, e, através dele, o primeiro-ministro. Chu En-lai, graças à sua imensa popularidade, aos seus antecedentes revolucionários, as suas relações privilegiadas com Mao Tse-tung e à sua fantástica capacidade de conduzir a administração, representava até sua morte o maior obstáculo aos projetos dos "quatro" de tomar o poder. Eles tentaram até mesmo assassiná-lo: quando ele voltava de Hanoi, as unidades antiaéreas foram informadas de que um avião inimigo penetrara em território chinês e que era necessário abatê-lo; de fato, o avião de Chu En-lai foi obrigado a aterrissar na província de Yunnan; e os artilheiros ficaram atordoados ao ver sair do avião o primeiro-ministro.

Os ataques intermináveis e extravagantes contra o filme de Antonioni sobre a China — e que foram divulgados através dos meios de informação controlados pelos "quatro" — acabavam por atacar de maneira indireta o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o gabinete do primeiro-ministro, que tinham organizado a visita do cineasta italia-



Chu En-lai, Mao e Lin Piao

no. Durante a campanha de críticas a Lin Piao e Confúcio, os "quatro" tentaram, através de alusões e insinuações, relacionar os ataques ao confucionismo com Chu En-lai — mas, como revolucionário experimentado, ele conseguiu desviar os golpes para Lin Piao, que em certo momento fora aliado dos "quatro". Por ocasião da quarta Assembleia Popular Nacional, os "quatro" prepararam seu "gabinete fantasma" para substituir Chu En-lai e outros veteranos.

continua na página ao lado

A DEMOCRACIA INDUSTRIAL

A participação de operários na administração das empresas seria apenas uma forma de evitar greves nos países onde ela é permitida?

Jaime Santchuk, correspondente em Londres

Depois de quase seis meses de estudos, um grupo de trabalho, encabeçado pelo lorde Adam Bullock, apresentou ao governo britânico uma proposta de participação dos trabalhadores na administração das empresas industriais com número de empregados superior a dois mil. A proposta encomendada pelo governo trata de uma questão logo batizada de "democracia industrial", mas seria menos incorreto chamá-la de "populismo industrial".

O primeiro ministro James Callaghan se apressou em afirmar que a proposta não seria enviada ao Parlamento neste período de trabalhos, para dar vazão ao que ele chamou de debate público sobre a questão. Aparentemente, banqueiros, industriais, líderes e até cabos eleitorais do Partido Conservador, que está na oposição, trepavam pelas paredes na semana passada, quando da divulgação da proposta, numa demonstração de que estavam contra ela. Afinal, o governo trabalhista vem apresentando o assunto como a "participação dos empregados no controle das empresas".

Os três principais pontos da proposta são:

- número igual de representantes dos trabalhadores e acionistas nos conselhos de direção existentes nas companhias, em conjunto com um terceiro grupo, escolhido por cooptação;

- todos os representantes dos empregados serão escolhidos através de sindicatos reconhecidos pelas entidades patronais; e

- criação de uma "Comissão de Democracia Industrial" para supervisionar o funcionamento do sistema. Esta comissão funcionaria também como mediadora em questões em que não se chegasse a um acordo no conselho de alguma empresa.

Tão logo o jornal dominical *The Observer* lançou a primeira reportagem sobre o assunto, dias antes da divulgação da proposta, a imprensa, rádio e televisão de toda a Grã-Bretanha se arvoraram em longos artigos e reportagens sobre o assunto. Se a proposta é apresentada como sendo contra os interesses dos grupos econômicos, qual o motivo pelo qual os órgãos de divulgação ligados a estes grupos deram tanto destaque a ela? A resposta é muito simples: embora aparentemente favorecer os trabalhadores, esta lei, se aprovada quando posta em debate no Parlamento, só beneficiará os patrões.

Começa que, com estas transformações, as disputas entre empregados e patrões serão transferidas para dentro da cúpula administrativa, o que inevitavelmente resultará numa redução, pelo menos qualitativa, nos conflitos entre os trabalhadores e os capitalistas. E esta questão é de extrema importância para os que seguram em suas mãos os meios de produção na sociedade capitalista, principalmente em países onde as greves são permitidas. As estatísticas mostram que o número de greves na Grã-Bretanha (através das quais os trabalhadores conseguem que alguns dos seus direitos sejam respeitados) afeta consideravelmente a produção industrial. Isto quer dizer que esta arma é efetiva e, portanto, do ponto de vista dos capitalistas, deve ser enfraquecida, o que pode ser conseguido através da elevação das disputas para a alta cúpula das empresas. Além disso, segundo a proposta, caberá aos trabalhadores membros dos conselhos administrativos das empresas a tarefa de se absterem de votar em casos em que não se consiga chegar a um acordo de forma alguma.

O canal-I de tevê da BBC apresentou uma reportagem

gem que é significativa, tratando da "democracia industrial" já em funcionamento na Suécia. Um dos trabalhadores entrevistados (que faz parte da administração de uma fábrica da Volvo) afirmou que "é claro que a gente continua sendo trabalhador, e devemos defender os nossos interesses, mas depois que a gente passa a viver na administração a gente vê que a empresa precisa ter lucro e que para isso é preciso haver harmonia". Ou seja: incorporou o espírito do capitalista. E isto, é bom que se note, sem que as relações de produção capitalistas tenham sido alteradas em absolutamente nada.

Também não é à toa. Tanto na Suécia como esperasse, aqui na Grã-Bretanha, os trabalhadores que forem indicados pelos sindicatos para fazerem parte dos conselhos administrativos passarão por cursos de "educação", onde aprenderão Economia, Técnica Gerencial e por aí afora. Passarão portanto por uma espécie de "lavagem cerebral", para daí ter sua participação no "controle" das indústrias.

Embora muitos sindicatos já tenham se manifestado contrários ao novo sistema, a chamada ala esquerda do Partido Trabalhista está apoiando o esquema. O Ministro da Energia, Tony Benn, tido como o "teórico" da esquerda trabalhista, pediu aos seus companheiros do partido que façam grande esforço para que o projeto seja transformado em lei, quando posto em debate no Parlamento. E até lá muita coisa poderá ser alterada (especialmente em favor de alguns setores mais conservadores, que temem haver alguma implicação negativa no sistema proposto), o que virá a confirmar que só um lado será prejudicado com a tal "democracia industrial": o dos trabalhadores.

As relações entre Mao, Chu En-lai e a "gang dos 4"

continuação da página ao lado

A imensa onda de emoção popular que se seguiu à morte de Chu En-lai funcionou como camuflagem para os "quatro". Para o fim da semana de luto, foram previstas manifestações em cada província e em cada cidade, mas acabaram sendo canceladas no último momento pelos "quatro". Além disso, eles retomaram a palavra-de-ordem de não usar bráçadeiras negras, sob a alegação de não desperdiçar tecido. Essas restrições provocaram a cólera popular, que se manifestou sem rodeios na praça da Paz Celestial, em Pequim, e em outras cidades em abril de 1976. Não se tratava apenas da expressão de um sentimento de emoção pela morte de um dirigente venerado, mas também de uma manifestação política dirigida contra os que tinham tentado denegri-lo. Jogando gasolina no fogo, quando tentaram retirar as coroas fúnebres, os "quatro" aproveitaram a ocasião para infiltrar agentes provocadores na praça da Paz Celestial. A 6 de abril, para poder denunciar a manifestação como contra-revolucionária. A revista teórica "Bandeira Vermelha" não chegou a publicar sequer uma nota necrológica ou uma evocação da longa carreira revolucionária de Chu En-lai. O movimento popular que se seguiu à morte do primeiro-ministro constituiu provavelmente um dos principais fatores da mobilização da opinião pública, que permitiu a Hua Kuo-feng agir com tanta determinação nos primeiros dias de outubro de 1976.

É significativo que Mao Tsetung tenha confiado o inquérito sobre a participação de Lin Piao e de Chen Po-ta a Hua Kuo-feng, nascido na província de Shansi, e que chegou com o exército ao distrito de Siangtan da província de Hunan em abril de 1949. Hua Kuo-feng tinha a seu favor um sólido passado de administrador a nível local e provincial.

Em 1955, a revista teórica que publicou o importante discurso de Mao Tsetung sobre a cooperação agrícola trazia também um longo estudo de Hua Kuo-feng sobre os problemas da agricultura. Foi ele que pronunciou o discurso de síntese, dando as dire-

trizes políticas sobre as lições de Tachai (4) em setembro de 1976. Note-se, *en passant*, que esse discurso não foi publicado pelo "Bandeira Vermelha".

Durante o inquérito sobre o caso Lin Piao, parece que Hua Kuo-feng descobriu certos fatos delicados, estabelecendo ligações entre Lin Piao, Chen Po-ta e outros ultra-esquerdistas. Em muitas ocasiões, Mao advertira os "quatro" do perigo de formar facções, utilizar táticas divisionistas e de se voltar, ao mesmo tempo, contra veteranos e contra jovens militantes que não se conformavam com sua linha. A decisão, tomada, ao que tudo indica, com o apoio de Mao, de nomear Hua Kuo-feng para o cargo de primeiro vice-presidente já foi um basta ao seu desejo de poder.

Com base nos incidentes da praça da Paz Celestial em abril de 1976, os "quatro" conseguiram provocar a queda de Teng Hsiao-ping: uma vitória de Pirro, pois o posto de primeiro-ministro não foi dado a um deles, mas a Hua Kuo-feng.

A 30 de abril de 1976, Mao Tsetung, tendo a seu lado Hua Kuo-feng, recebeu M. Muldoon, primeiro-ministro da Nova Zelândia, que declarou mais tarde ter encontrado o presidente "envelhecido e enfraquecido". O "Le Monde" de 7 de maio de 1976 relata que Muldoon tinha afirmado que às vezes Mao Tsetung apresentava dificuldades para se exprimir, a ponto de ser obrigado a escrever certas respostas.

Após a partida de Muldoon, Hua Kuo-feng ficou junto ao presidente para relatar-lhe os trabalhos do Conselho de Estado e informá-lo sobre a campanha de críticas de Teng Hsiao-ping que, segundo afirmou, não era nada popular em numerosas províncias. Mao Tsetung escreveu então as três diretrizes que deveriam desempenhar um papel extremamente importante no decorrer dos meses seguintes:

- Ninguém precisa ser impaciente. Continue a trabalhar lentamente

- Aja segundo os princípios já estabelecidos, o que se refere notadamente aos princípios que regem o desenvolvimento econômico.

- Com você no poder, eu estou tranquilo.

Segundo muitas fontes, logo após a morte de Mao, a 9 de setembro, último, Chiang Ching tentou apoderar-se de certos documentos para modificá-los e designar os "quatro" como sucessores.

No "Diário do Povo" e em outras publicações controladas pelo "grupo de Xangai", a expressão "aja segundo os princípios já estabelecidos" (que significava claramente o apoio à continuidade da política econômica, inspirada por muitos veteranos, como

Li Hsien-nien) foi substituída por "aja segundo os princípios colocados no papel", formulação suficientemente vaga para ser interpretada como bem agradasse aos "quatro".

Dias de medo

A 4 de outubro, o "Diário de Kuang Ming" repetia o princípio "aja segundo os princípios colocados no papel" e prosseguia alertando que todo revisionista a infringir esse princípio se daria mal. O artigo foi considerado como um ataque a Hua Kuo-feng e como um sinal dos "quatro" a seus partidários, no sentido de passarem à ação. A reação de Hua foi imediata e decisiva: os "quatro" foram presos a 7 de outubro e Hua Kuo-feng foi nomeado presidente do Comitê Central do Partido Comunista e presidente da Comissão Militar.

Os "quatro" não poderiam ter agido sem a sustentação de um certo número de militantes dos comitês revolucionários, a nível local e provincial, e mesmo de certas fábricas. Há poucos indícios de que esses militantes tenham se sublevado para defender os "quatro" no momento da crise. Mesmo em Xangai, comandada o quartel-general do grupo (e onde as milícias haviam recebido munição e a ordem de combater até a morte), quando chegou o momento crítico, elas não se dispuseram a defender os "quatro" diante das massas que tomavam as ruas para exprimir sua alegria, ao saber da notícia.

Foram dias de medo, como me explicaram chineses de todos os níveis durante minha viagem em outubro e novembro de 1976. Os chineses sempre acreditaram que Mao Tsetung morreria primeiro e Chu En-lai poderia prosseguir em sua política durante alguns anos. Depois da morte do primeiro-ministro, a incerteza sobre o futuro da China era um sentimento muito real, como era possível perceber nas visitas do outono de 1975 e da primavera de 1976. A eventualidade de uma guerra civil estava presente em todos os espíritos. E, de fato, as pessoas faziam suposições sobre quanto tempo ainda o "grupo dos quatro" poderia sustentar-se - alguns diziam seis meses, outros talvez um ano.

Mao tinha dito, e Chu En-lai repetia no décimo Congresso do Partido Comunista: "Se a direita fomenta um golpe de Estado anticomunista na China, estou certo que ela não conhecerá a paz e que seu reinado será muito certamente de curta duração, pois não será tolerado pelos revolucionários que representam os interesses do povo e constituem 90% da população."

Afinal de contas, a direita jamais atingiu os escalões superiores do poder a que aspirava. Seria leviano acreditar que os "quatro" não deixaram por trás de si partidários dispostos a criar novos problemas. O sentimento de muitos chineses em todos os níveis, como vários visitantes puderam constatar, era indiscutivelmente o de alívio, o da consciência de que um enorme fardo tinha sido retirado de seus ombros e de que eles podiam retornar a suas ocupações sem se preocupar com intrigas, com murros nas costas ou com tensões.

- (1) Século III a. C. A partir do século V a. C. as rivalidades feudais lançam o mundo chinês em um dos períodos mais sangrentos de sua história. É a época dita dos Reinos combatentes (480-220 a.C.).
- (2) Movimento de rebelião contra o poder central, durante o verão de 1967. A gravidade dos incidentes permitiu a Mao Tsetung desartar a ala esquerda do "grupo central" da Revolução Cultural.
- (3) "The Wind Will not Subside", p. 280
- (4) A região de Tachai, na província de Shansi, deu o exemplo ao resto do país, ao dispor as plantações em: platôs, sem o auxílio de máquinas, durante uma "batalha contra a natureza" que durou dez anos. O "espírito de Tachai" consiste em contar com as próprias forças, graças à mobilização da imensa mão de obra disponível e à adoção de novas formas de trabalho coletivo (ver "Les Chinois", Encyclopédie du Monde Actuel, le Livre de Poche, 1976).



Um "índio" entre os mercadores



Chico da Silva

A vida e a tragédia de Francisco Domingos da Silva, o Chico da Silva, pintor primitivista mais conhecido dos brasileiros e de renome internacional

Luiz Carlos Antero

de 1959, "ampara" novamente o artista e o emprega no Museu de Arte Popular da Universidade Federal do Ceará - vedado hoje a visitas públicas. Lá, Chico da Silva pinta ainda bons quadros, que são divididos entre o museu e a família do então reitor Martins Filho, mas "o beneficiário, por demais cigano e fantástico, não conseguiu se manter no emprego". (A respeito dessa época, o pintor cearense Estrigas, amigo de Chico da Silva e atualmente seu mais ávido defensor, explica a *Movimento*: "sua origem humilde não lhe permite aceitar repressões e seu espírito liberto de artista não o levava a aceitar horários").

Cigano, vedete ou confuso?

Novamente em Fortaleza, em 1962, o crítico Chablosz encomenda um "guache" a Chico, sobre o que viria a declarar posteriormente que o artista "já não era mais o mesmo e seus quadros perdiam todo o sabor pictórico porque não envolviam mais os assuntos de aves, cobras, dragões; estavam duros, secos e tomavam ares de publicidade barata". Mais ou menos na mesma época, Chablosz o apresenta ao "marchand" cearense Henrique Blum, que tem uma lanhonete e, nos fundos do prédio, um atelier, onde Chico pintaria "ajudado" pela mulher de Blum. Na época surge a primeira denúncia, que envolve Blum e diversos pintores num rumoroso caso de falsificação de quadros de Chico da Silva. Daí para a frente, até hoje, Chico, muito famoso, foi envolvido em diversos casos que lhe valeram acusações de assinar quadros de uma menina de 12 anos (o caso da garota Maria Augusta, sabidamente orientada) até a de criar uma "indústria" em torno de seu talento.

O que há por trás desta vida contada com tanto simplismo? Chico da Silva é tomado sempre como o ser civilizado que se deixa empolgar pelo sucesso e se porta como "vedete". As explicações emitidas até hoje não visam, por exemplo, explicar as raízes sociais da obra do pintor ou enquadrá-lo num contexto social mais amplo. O que até hoje foi dito na imprensa sobre Chico da Silva se refere a questões invariavelmente voltadas para o aspecto esdrúxulo dos seus quadros; para os aspectos pitorescos da sua personalidade; para o exorcismo da sua produção futura; ou para situá-lo de forma benevolente como vítima de um ou outro "marchand".

Na verdade, desde que Chico da Silva foi "descoberto" em 1943, foi também arrastado ao redemoinho das paixões dos abastados pelo exibicionismo pictórico nos "halls" e salões das suntuosas residências brasileiras, e a um mercado que conheceu apenas como carpinteiro, ferreiro, sapateiro, consertador de guarda-chuvas, tamanqueiro, pedreiro ou seringueiro. E foi também como biscoiteiro que ele começou a pintar para o francês "civilizado" que "se embeveceu" pelos seus rascunhos no muro, até que descobre que esta era a mais rendosa das profissões que abraçara até aquele momento. Uma fonte inesperada de fama e dinheiro para um homem preocupado com a sobrevivência e fugindo à realidade, ao choque entre sua cultura e o meio "civilizado", e que, ao mesmo tempo que resistia, era absorvido culturalmente aceitando a absorção de suas origens, como meio de sobrevivência numa sociedade mercantil.

O conflito cultural de Chico da Silva está nítido mesmo no título dos seus quadros, que, às vezes, não querem dizer coisa alguma além da sua própria confusão: "Poroca da mata e o borbulhão"; "Uigaron toropeu"; "Pinguiruta e o sapo bom-erre do mar"; "O peixe

pavilhão e o pássaro vidó"; "O gavião vipo"; "O gavião real quer comer o co-vell"; "O gato marinho". Chico faz viagens imaginárias a Marte, Vênus e outros planetas, num momento. Noutro, arruma sua casa para receber a rainha Elizabeth e sua comitiva, ou prepara sua mala para visitar o palácio de Buckingham.

Mas Chico nunca saiu sequer do país, apesar dos frequentes noticiários da imprensa local e nacional a respeito. Em seus quadros; ele não viajava. Nenhum "marchand" achou que valesse a pena comprar-lhe passagens para ir ao exterior. Seu "descobridor" nada fez por ele além de pedir-lhe que pintasse, após o que "fazia o preço" pelo quadro e pagava. Quando André Malraux - então ministro francês da Cultura do governo Charles De Gaulle - escreveu entusiasmado a Chablosz recomendando-lhe que procurasse introduzir a cultura do afresco na técnica rudimentar de Chico da Silva, por achar que assim seu talento seria melhor explorado (no Brasil, inclusive, são muito raros os afrescos e os "muralistas"), Chablosz silenciou. E Chico queria melhorar sua técnica. Numa ocasião chamou o francês de egoísta depois de lhe haver pedido o caminho (recusado) para algumas aulas de pintura.

"Belíssimas porcarias para deleitar os ricos"

O "descobridor" foi também seu crítico mais cruel quando Chico da Sil-



va, depois mesmo da participação na Bienal de Veneza (1), começou a pintar com outros necessitados do Pirambu, transmitindo-lhes sua técnica. "Os primeiros quadros de Chico, os que comprei e que hoje guardo com tanto carinho, são, inegavelmente, obras-primas; os da indústria do Índio do Pirambu são belíssimas porcarias feitas para deleitar os ricos, que nada entendem de arte", disse ele a um jornal local em 1969. O pintor Estrigas pensa diferente: "Chico, na verdade, terminou por se ressentir do acréscimo quantitativo ao seu trabalho, mas a qualidade dos seus quadros não caiu", disse a *Movimento*. Com efeito, a diferença está em que quando Chico da Silva pintou para Chablosz produzia para um rico que entendia de arte. Mantendo verticalmente sua posição e interesses de classe, Chablosz procurava preservar o valor original da sua coleção de "Chicos" - um índio brasileiro, que, a esta altura, por obra e graça do próprio Chablosz, já deliciava as elites (colônias) européias.

Chablosz não tinha condições de (e não desejava) criar uma "indústria",

pois lhe convinha a raridade do produto no mercado; Chico tinha esta capacidade, mas era pobre e, portanto, "mercenário". E precisava daquela produção em série tanto quanto do dinheiro que não recebera em virtude do preço irrisório dos seus quadros. O "susto" do europeu está justamente no fato de que Chico da Silva "contratou empregados" para criar mercadoria e, como o valor da pintura no sistema capitalista está justamente na sua "sacralidade" (privilégio e deleite de poucos), um sério crime estava sendo cometido; "porcarias" estavam sendo pintadas comprometendo o valor da produção em sua posse (2).

Chablosz age de acordo com as regras de mercado; a arte para ser valiosa deve ter uma oferta infinitamente inferior à procura. Assim, o mercador francês reclama contra os "preços vis" que atingiram os quadros saídos da "linha de produção industrial" de Chico da Silva.

O primitivo que não soube "ficar no seu lugar"

Além de tudo, como Chico poderia não industrializar, se estava vivendo da pintura e a venda dos seus melhores quadros não lhe permitiram se quer expulsar as galinhas de sua casa, a não ser quando a prefeitura passou a considerá-lo atração turística e doou-lhe uma casa... em usufruto?

Por que a criação de Chico da Silva e dos outros necessitados era uma "indústria" e não uma escola? Por que ele era o único que tinha nome para assinar todos os quadros? Chico montou uma "indústria" para satisfazer os ricos "que nada entendem de arte", mas que são os únicos na atual sociedade a tê-la como deleite. Tudo isto está enquadrado no mito da descoberta do "primitivo", altamente valorizado pela classe que tem "o dom de apreciar a arte", a única que tem o privilégio de amá-la.

Chico foi pintor como foi operário não-especializado; apenas defrontou-se com uma situação em que o tipo de mercadoria da sua produção excedia às necessidades e aspirações imediatas da sua própria classe, para quem maior valor tinha a pintura convertida em dinheiro e alimentos. Aconteceu a absorção da sua arte pela classe mais abastada, e, ao mesmo tempo, a absorção do próprio Chico, que passou a agir como um Roberto Carlos (na expressão de Chablosz) e a esperar "visitas de sua majestade, a rainha da Inglaterra".

Chico, cheio de preocupações materiais, necessitado, não tinha sentidos para perceber o seu mais belo espetáculo, e não se apercebeu da beleza, da natureza particular da sua arte. Foi, portanto, industrial quando pintou para Chablosz, Blum ou Terra nova (por sinal, amigos entre si), pois, pela necessidade, não podia se objetivar, viver para sua arte. Tinha que viver não da sua arte.

(1) Em 1966, com os quadros do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. Lá, Chico da Silva não foi premiado, como noticiou-se amplamente; apenas teve uma menção da crítica consignada em ata.

(2) Em contraposição a esta "exclusividade", o "marchand" Franco Terranova, dono da Petite Galerie, do Rio, disse recentemente que Chico da Silva pintou para ele durante seis meses no Rio, numa manobra para nova invasão de "Chicos" no mercado, por iniciativa do próprio "marchand". - O número de quadros, desconhecido, facilita a especulação, e, no caso, a localização. Na verdade, Chico passou bem menos tempo no Rio e não pintou, como se quer fazer crer.

A atualmente, o artista Chico da Silva está internado - depois de uma cirrose hepática - como indigente num hospital psiquiátrico, a casa de saúde Santo Antônio de Pádua - em Fortaleza. Fala coisas mais desconexas do que antigamente, e, por vezes, mal consegue balbuciar palavras. Quer dar entrevistas como antes, mas sua linguagem confusa é quase imperceptível para o gravador ou para o ouvido humano.

A estória de Chico da Silva é contada geralmente da mesma forma. Quase não há contradições entre as versões que tentam reconstruir os rumos da vida e da produção artística de um homem que já foi considerado o maior primitivista brasileiro. Chico é incapaz de reconstituir sua vida; sempre foi difícil fazer com que ele separasse a "fantasia" da realidade, daí o "charme" que se atribuía a sua personalidade nos primeiros tempos da sua arte.

"Descoberto" por um francês

A versão mais veiculada sobre Chico da Silva - bastante incompleta - começa dizendo que ele nasceu em 1926 - tem atualmente 50 anos -, no Alto do Tejo, no antigo Território do Acre, filho de mãe cearense do município de Quixadá e de índio peruano que vivia sob proteção missionária. Numa das secas cearenses, Chico teria se transferido em 1934 para a periferia de Fortaleza, enraizando-se definitivamente no bairro proletário do Pirambu - uma das favelas abundantes na região litorânea da cidade. Lá, foi "descoberto" em 1943 pelo artista e crítico suíço-francês Jean-Pierre Chablosz, que o vê pintando "bichos primitivos" nas paredes da Praia Formosa.

Chablosz se refere aos desenhos de Chico da Silva a carvão e giz como "estilo de grande originalidade, poder de evocação poética e nitidamente arcaico", e financia seus primeiros quadros, orientando-o para a pintura a guache no papel. Chico pinta então os quadros da sua primeira fase, todos em poder de Jean-Pierre Chablosz, que os obtém em duas incursões ao Ceará (1943-45 e 1947-48) e os exhibe em exposições no país (Rio) e no exterior (Lausanne, Genebra, Paris e Lisboa), obtendo sempre "um grande sucesso de crítica", inclusive o aval do crítico Christian Zervos. Chablosz recusa uma exposição na "Galerie Jeanne Bacher", em Paris, porque não quer vender os quadros (condição imposta pela galeria), e, em dezembro de 1952, escreve "Um índio brasileiro re-inventa a pintura", publicado nos "Cahiers D'Art" da França.

Nos intervalos da presença de Chablosz no Ceará, Chico da Silva sempre pára de pintar "por falta de freqüentes e incentivo moral e artístico", segundo a imprensa e o próprio Chablosz. Quando este retorna a Fortaleza em fins

A filosofia da miséria

Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de Despejo (1960), que há muito tempo não mora mais na favela do Canindé mas ainda se lembra bem da vida de lá. Da fome, tema constante em seu diário, e de suas angústias: "não há coisa pior na vida do que a própria vida"

Maria Rita Kehl

A casinha de Parelheiros, subúrbio de São Paulo grudado na Serra do Mar, parece representar tudo o que Carolina de Jesus aspirava no seu tempo de quarto de despejo (apelido dado por ela a favela do Canindé, onde morou durante muito tempo): uma casa de alvenaria, num terreno verde onde só se sente o cheiro bom do mato, com uma rocinha e um terreiro no fundo. Tudo limpo, varrido e claro, longe da sujeira que Carolina Maria de Jesus tanto odeia. Essa sujeira criada pela pobreza, pela aglomeração humana, pela falta de condições mínimas de sobrevivência.

Carolina, envolvida por muito tempo numa situação como esta, acabou por transferir o desprezo que sentia pelas condições de vida da favela para os próprios favelados. Falando baixo, numa voz grave meio de mulher, meio de homem, ela retrata seu relacionamento com os vizinhos: "Um dia fizeram um parque de diversões lá na favela para as crianças. Mas os adultos não deixaram elas brincar, eles é que brincavam e quebravam tudo. Então eu fui falar com os repórteres da Folha de São Paulo para eles virem ver e divulgar aquela barbaridade. Quando os repórteres chegaram eu chamei os favelados de vagabundos e ordinários."

Eu disse: "Tenho vontade de escrever um livro sobre vocês relatando o que vocês fazem. Mas vocês não merecem o meu livro. Vocês são baixos demais".

Esse mesmo desprezo em relação aos outros favelados aparece frequentemente em *Quarto de Despejo* (1), seu diário dos tempos de favela que fez sucesso em 1960, quando Audálio Dantas (2) (na época, um dos repórteres que foi cobrir o caso do parque de diversões) resolveu publicá-lo. "Tenho pavor dessas mulheres da favela. Tudo quer saber! A língua delas é como os pés de galinha. Tudo espalha." (p.9) "Passou um senhor e perguntou-me: O que você escreve? - Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projeto de gente humana" (p.21)

Quarto de Despejo foi traduzido em 13 idiomas e vendido em cerca de 40 países fora do Brasil. Carolina foi capa de revista, atriz (no início do governo Médici a teve alemão veio ao Brasil e filmou com ela *Desperta de um sonho*, em que Carolina sonhava que era rica e acordava de repente na favela. O filme nunca foi exibido no Brasil), assunto de rodinhas de intelectuais e tema da demagogia de diversos políticos da época. Mas o livro de Carolina não se presta a demagogias. Ali, no próprio texto, até mesmo as poucas tiradas demagógicas da autora são tiradas a limpo, desmascaradas na crueza da angústia, da raiva e da fome cotidiana.

"Por que eu escrevia?" Carolina pára, pensa sem pressa. "Eu não sei. Eu não gostava de ver as confusões da favela e então ia escrevendo. Sem pensar pra quê."

"Negra Pedante"

"Em Sacramento, onde eu nasci, em Minas, naquele tempo eles achavam que os negros só precisavam estudar dois anos de grupo e depois chega. Isso era 1921. Foi o Rui Barbosa que achou que tinha de dar educação a todo o

mundo, porque senão ficava uma classe que sabia e a outra que não, e a classe que sabia ficava difícil misturar com a gente. Se eles davam uma ordem, a gente não entendia porque não tinha leitura e não tava acostumado com o jeito deles falar. Então, precisava mesmo alfabetizar todos os brasileiros. Uma vez fui pedir uma bolsa de estudo para um governador mineiro que apareceu em Sacramento, acho que era o Antonio Carlos. Disse que queria muito estudar, conhecer leis, e ele disse: 'Ah, vai lavar roupa pra dona Laiá!' Todo mundo me criticou de pedir a bolsa de estudo, me chamaram de pedante."

Pedante é provavelmente um termo que Carolina já ouviu mais vezes, em referências diretas ou indiretas ao seu comportamento. Uma mulher da favela que absolutamente não se identifica com os de sua condição, que critica frequentemente os companheiros, que devia ser considerada alcagute entre os favelados porque sempre chamava a polícia assim que começava uma briga. Que não deixava seus filhos brincarem com os outros "moleques" e não se misturava com as outras mulheres na fila da água.

Uma mulher negra e pobre que fala e escreve procurando as palavras difíceis que lia nos livros - Carolina sempre leu muito. Nas casas onde trabalhou como doméstica, nos livros que catava no lixo, seu único prazer na vida era ler - tentando se aproximar ao máximo de uma outra cultura. Da linguagem de gente fina e distinta que não passa fome, não cata lixo, não briga de navalha (não?) nem chega bêbada em casa. Tentando se aproximar da maneira de ser e de falar daquele mundo ao qual Carolina, de sua posição marginal, sonhava pertencer. "Ablui as crianças, aleitei-as, abluí-me e aleitei-me..." quando despertei, o astro-rei deslizava no espaço". (p.9) "Contemplava extasiada o céu cor de anil. E fiquei de repente compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da Rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo meu gesto de amor pela pátria". (p.33)

A fome e a raiva

Pedante porque Carolina é uma pessoa cheia de contradições psicológicas e (sobretudo) sociais. Uma pessoa que se destacou culturalmente da classe social a que pertencia, sem ter no entanto condições que lhe permitissem ultrapassar sua própria visão de classe: A cultura burguesa que Carolina "adotou" não lhe forneceu nenhum elemento que lhe permitisse maior consciência em relação à "ideologia" se é que se pode falar nesses termos - de uma camada social à margem da produção capitalista.

Tendo descoberto o prazer do "cultivo do espírito", "as delícias da leitura", Carolina não conseguia mais se identificar com o que ela mesma chama de "baixeza" das diversões dos favelados. Não gosta dos bailes, das batucadas, não bebe nem dança. Coloca-se acima dos outros demonstrando, quando muito, pena deles, sentindo-se como alguém que pode ajudá-los:

"Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los (...) À noite, enquanto elas (as outras mulheres) pede socorro, eu tranquilamente no meu barracão ouço valsa vienenses. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (...) Os que preferiu, e eram soezes e as condições que me impuseram eram horríveis". (p.14)

"Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro do que ela". (p. 13)

"Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isso em prol dos outros" meço de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal Demo-A ambiguidade social de Carolina se reflete, frequentemente, na maneira como ela encara os mais ricos e as autoridades. Ela nos fala de suas antigas patroas, do tempo em que trabalhava como doméstica: "A primeira pessoa rica que conheci foi dona Julita. Como era boa! Eu gostava muito dela porque mesmo os meus meninos sendo de favela, quando eu ia lá ela dizia pra eles: João, vai lá em cima no meu quarto e pega a minha carteira de dinheiro no criado mudo. E eu pensava, meu Deus, nós somos da favela e ela não tem orgulho, confia no meu menino ir lá pegar as coisas delas. A gente da favela é tão humilhada, tão judiada...aquilo, eu adorava a dona Julita. Que beleza o que ela fazia".

De outra patroa, D. Maria Amélia, de Ribeirão Preto, ela conta que "eu ganhava 40 cruzeiros por mês mas era como se ganhasse 40 milhões. Ela devia ser caninizada de tão boa, tão fina e distinta que era."

Do ambiente agressivo da favela, a cortezia e a amabilidade apareciam a Carolina como qualidades máximas, acima de todas as relações sociais. Em *Quarto de Despejo*: "Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável. Se eu soubesse que ele era tão amável, teria ido na delegacia na primeira intimação". (p. 28).

Mas se é a extrema miséria que colabora para que uma pessoa como Carolina de Jesus acredite demais na bondade dos ricos da qual, afinal de contas, sua sobrevivência constantemente depende ("Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. (...) Fui na Dona Guilhermina na Rua Carlos de Campos e pedi para ela um pouco de arroz". (p. 97), por outro lado a mesma pobreza que provoca nela momentos de raiva e cinismo em relação aos que detêm o poder, que prometem e não cumprem, que usam o povo apenas enquanto querem subir:

"Quem nos protege é o povo e os viciados. Os políticos aparecem aqui só nas épocas eleitorais". (p.30) "Quando eu estou com fome quero matar o Jânio, enforcar o Ademar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos". (p.31) "O povo não sabe revoltar-se. Deviam ir ao Palácio Ibirapuera e na Assembléia dar uma surra nesses políticos alinhavados que não sabem administrar o país". (p.125)

"Onde estás, felicidade?"

Hoje, vendo a favela de fora, ela inventa planos para o governo salvar os favelados: "Outro dia fui lá na favela Ordem e Progresso. Como cresceu! Aquilo parece uma cidade. Mas o povo da favela antiga tava melhor que o de agora, se alimentava. Naquele tempo eles ainda comiam mais. Hoje o povo passa tanta fome, coitado! que eles não tem força nem pra brigar. O custo de vida tá muito caro. Antigamente os nos-



Carolina Maria de Jesus

so favelado brincava, dava tiro, murro. Os de agora estão morrendo de inanição. Como é que pode o Brasil, com tanta terra, tão desorganizado! Era o caso de organizar o país. O governo devia ter medidas para manter o homem do mato, no mato. Criar fazendas enormes, com trabalho e sustento pra todo o mundo"...

De sua parte, os favelados do Canindé não viam Carolina Maria de Jesus, seu diário, suas intenções redentoras, com muito bons olhos. Eles encaravam o diário como um rol de denúncias - não de denúncias sociais, da miséria e da injustiça, mas a denúncia pessoal, de fatos dos quais os vizinhos de Carolina pareciam se envergonhar. "O Audálio achava que eu devia continuar na favela para escrever mais", conta ela, "mas eu não queria ficar, Deus me livre! Depois, eu não podia continuar porque quando saiu meu livro o pessoal ficou com raiva de mim: 'miserável! você contou nossa vida no livro!' e jogavam pedra em mim. O povo ficou todo contra mim, eles diziam: 'você não tinha direito de escrever sobre nós!' Carolina saiu da favela e foi morar em Osasco, com ajuda de um 'milionário de lá', depois viveu em Guarulhos e finalmente em Parelheiros, numa casinha construída, segundo ela, com o dinheiro da venda dos livros. Dinheiro que 'pinga' até hoje sem muito critério, sendo que o que vem do exterior parece vir com mais frequência do que o das vendas no Brasil

Depois de *Quarto de Despejo* Carolina de Jesus escreveu outros livros de pouca repercussão, *Casa de Alvenaria* (contando de sua vida depois da favela) e um de *Provérbios* inventados por ela mesma. E faz questão de nos contar, antes de sairmos de sua casa, a estória que não foi publicada porque alguém levou os originais e não apareceu mais, mas que ela considera a mais linda de todas as que escreveu: Onde estás, felicidade?, "uma beleza, uma história linda". E Carolina conta entusiasmada o romance de uma moça rica que fugiu do pai para se casar com um moço pobre, só descobrindo a pobreza dele depois do casamento.

Só que na estória de Carolina, ao contrário das novelas de tevê, o romântico casamento dá completamente errado. O marido abandona a moça que vai parar na favela, cheia de filhos e na miséria, e é o pai rico que encontra a filha um dia, levando-a com os netos para seu palacete.

O marido "trapaceiro" morre na miséria e a mocinha vive feliz para sempre na casa do pai. Se não é romântico, pelo menos é bem mais verossímil.

(1) *Quarto de Despejo* - reeditado em 1976 pela Edibolso, São Paulo. 184 págs. Cr\$20,00.

(2) Audálio Dantas é o atual presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Um liberal à deriva^(*)

Aventuras e desventuras do Doutor Gaspar de Fróis, médico, por ele mesmo narradas, nos confins do Brasil, no século XVIII, às voltas com índios, colonos, estancieiros, mulheres e déspotas esclarecidos

Flávio Aguiar

Um quarto de légua em quadro, de Luis Antonio de Assis Brasil. Porto Alegre, Editor Movimento, 1976. 190 págs.

Um quarto de légua em quadro é a história de um suicídio brando, de uma desistência. Gaspar de Fróis, médico com alma de artista, vem da Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores para o Brasil, em meados do século XVIII, participar da "grande empresa" da colonização. Portugal celebrava o Tratado de Madrid com a Espanha (1750), pelo qual entregava a esta a Colônia do Sacramento, junto ao Rio da Prata, e recebia em troca o próspero Território das Missões, rico em gado solto, ervais e terras férteis. Para consolidar a manobra, estendia a colonização em direção ao sul: estenderam-se em linha, Desterro (hoje Florianópolis), Laguna, Porto do Rio Grande, e já varando a Lagoa dos Patos, para adentrar o então chamado Continente, Porto dos Casais (hoje Porto Alegre). Nesta trilha, cujo objetivo era penetrar a terra até as distantes e legendárias Missões, vem Gaspar de Fróis, para se desencantar com tal projeto e consigo mesmo, por se ver conivente com o que qualifica de "atrocidades" cometidas contra os colonos.

O romance é seu diário, escrito até o ponto em que desaparece do mapa, tomando destino ignorado. Seus cadernos são, a seguir, editados por "contemporâneos" seus. Como encarar o gesto do médico de sensibilidade fina e fidalga - como ele mesmo a quer ter? Como uma "desistência" passível de "críticas"? Mas no terreno do literário - do romanesco, no caso particular - nem tudo pode ser tomado rigorosamente ao pé da letra, nem os julgamentos morais podem ter exclusividade no comando do juízo crítico. Gaspar de Fróis se afasta da sua história para nos deixar, em contrapartida, uma vigorosa denúncia da reificação humana. Esse gesto de "distanciamento" é acentuado pela grafia do livro. O diário do médico é escrito em grafia moderna, enquanto as notas dos "contemporâneos" que lhe são apenas vêm em grafia daquela época, dos mil setecentos e tantos. O contraste acentua o livre jogo do discurso literário ao longo do tempo histórico: qualquer analogia com o presente fica por conta do leitor, mas não é mera coincidência.

O que se pode dizer é que o ato de narrar serve de catarse para um drama sem resposta: o da consciência individual, aguda mas impotente enquanto individual, diante da tragédia coletiva. Gaspar de Fróis revela mais de um parentesco com o pensamento liberal - não no terreno econômico propriamente, que o médico não chega a discutir - mas sim no fato de se aferrar, como única coisa segura e certa no oceano de contradições, em seus princípios pessoais, em sua crença implícita num Estado coerente que organizasse, quem sabe um dia, aquela "confusão" em que se metera. Essa crença vai sendo golpeada sem dó nem piedade; seu diário é o diário de um dilaceramento; o narrador se divide em dois, um que procura pensar a ordem na confusão e outro que manifesta continuamente, debaixo do discurso do primeiro, a desordem diabólica de tudo.

O primeiro é o fidalgo que olha com repugnância o quadro das misérias alheias e se escandaliza com elas, manifestando suas preocupações diante das autoridades constituídas. O segundo revela sempre capítulos insuspeitos dessa tragédia toda, manifestando não mais a fidalga repugnância, mas sim o declarado horror diante de fatos como a descoberta de que os fogos fátuos que corriam a noite em volta de uma certa casa de fazenda das redondezas eram provenientes da putrefação de vinte e três índios ali massacrados. O escritor não reclama diante das autoridades constituídas: ali mesmo vomita o café da manhã. Essa cisão do narrador e da narração - quando não manifesta fragmentação - (não confundir com a fragmentação do discurso literário em flashes, instantâneos ou seja lá o que for) aponta para uma profunda crise do e no romance brasileiro. Uma das pontas desta crise se mostra neste *Um quarto de légua em quadro*: a crise da consciência liberal diante de uma progressiva "deformação" da realidade.

Os invasores internos

O epicentro deste drama, no caso do romance de que ora se trata, está na história da formação da propriedade da terra no sul do país. É uma história de ocupação de terras, e de uma ocupação conflituada. Os conflitos medram não apenas contra os inimigos externos - o espanhol, o índio em bandos ou organizado das missões. Eles medram internamente (e isso é que balança mais o coreto da consciência de Gaspar de Fróis) entre os destinados à pequena e a grande propriedade.

A ocupação das terras abria frente para dois tipos de proprietário. Primeiro o grande, em geral um militar português transformado em estancieiro, dono de terras, escravos, gado e comandante de homens meio peões, meio soldados. Segundo o pequeno proprietário - que vinha dos Açores em busca do seu prometido "quarto de légua em quadro" e da sua sobrevivência. Era menos poderoso do que o primeiro, mas igualmente necessário à ocupação da terra. Entre esses dois fogos a Coroa de Portugal tratava de exorçar a "demarcação" - vale dizer, fixar as fronteiras com a Espanha e



expulsar os índios do território missioneiro. No jogo de empurra-empurra entre aqueles dois tipos de proprietários, dá para adivinhar quem ficava com as piores terras, levando chumbo se invadia a vastidão alheia. Este processo, e seu papel nele, é que leva o doutor Gaspar ao desespero. (1)

Os conflitos internos do médico-narrador possuem duas frentes básicas: sua relação com o poder e a sua impossibilidade de uma relação amorosa consequente (primeiro) e de qualquer relação amorosa (de opôs). A convivência com o poder se dá em dois planos: na análise a um tempo apaixonada e desapiedada que Gaspar faz de Gomes Freire de Andrade, pe sonagem histórico, comandante da demarcação, a mais alta autoridade portuguesa naquelas paragens ermas e geladas dos confins de um país que ainda não havia. Veja-se o diálogo: "... Mas não foi só isso, general. Me amargurava vendo os colonos padecendo.

- E daí? Que poderia o senhor fazer? Deixe esse assunto para nós, administradores. Tudo obedece a uma larga idealização, que, com o tempo, dará os frutos desejáveis. Uma ou outra morte ocasional não modificará os planos. É como uma grande obra, em cujo cimento deve entrar um pouco de sangue, para ser mais sólida.

Intrigante homem. Contraditório, humano, desumano, tal como provavelmente deve ser um homem". Segundo, na constante desmistificação que faz do discurso deste mesmo poder - seja através do recolhimento das palavras submissas ou candentes dos colonos, seja na descrição de fatos paralelos, como a mascarada que os soldados portugueses organizam quando de um dos encontros entre Gomes Freire e os demarcadores espanhóis, que termina valendo como uma verdadeira "outra face" daquele poder, "as caras esfarinhadas sustentavam olhos exageradamente pronunciados, saindo das órbitas, os dentes faltando (...)"

Mas como médico Gaspar de Fróis participa do poder, ainda que suas condições concretas de trabalho sejam intoleráveis para a razão. De que lhe serve a formação intelectual? Ele mesmo dá a pista, durante aquela mascarada: "Quem me assegura que,

se não tivesse o poder de controlar-me que me foi ensinado, não estaria também participando daquela fantasmagoria, encenando alguém que não sou, apenas para ter, por uns momentos, a ilusão de não estar com os pés na terra?"

Gaspar aprende a se controlar na vida real e a se extrair do papel. Introeja a seu modo e elaborado em contradições de ordem psicológica, o conflito que presença e de que é, no mínimo, espectador privilegiado, senão dos principais atores. O médico fica sem condições de expressá-lo por inteiro, mesmo que seja em palavras, pois sua linguagem se distancia da ação. Ele o corrói por dentro e acaba por tornar-lhe qualquer vida sentimental impossível. O sentimento adquire as cores do poder - portanto, para esse eu dividido, de coisa a exigir mandamentos, de coisa culpada e culpável. Assim se esvai a única oportunidade amorosa que tem, o desejo de e por Dona Maria das Graças, a mulher do tenente Covas, da guarnição do Porto do Rio Grande, e que depois de se entregar a ele por uma noite quer conversar sobre os motivos que a levaram a isso. Resposta do médico fidalgo, cortando o diálogo.

"Ora, conversar! Se quisesse ir para a cama, que viesse! Nada de conversa!"

Entre no presídio a galope solto.

Rilhando os dentes". Um quarto de légua em quadro é um romance de estréia - de merecida estréia. Basicamente porque nos fala daquela "outra história", sempre escondida por trás dos panegíricos e apologias dos manuais oficiais. E o faz com sobriedade e ironia, qualidades em geral raras numa estréia.

(1) Convém ressaltar o valor de reconstrução histórica que o livro tem, buscando compilar não apenas as grandiloquências, mas o quotidiano da vida passada. Por exemplo: estamos acostumados a uma visão hollywoodiana do tempo das caravelas, onde estas mais se parecem a apartamentos de Beverly Hills do que aos reais navios d'el rei. Estes eram sujos, pequenos, perigosos, verdadeiros focos de doenças, de cuculhos e porões infectos que às vezes faziam de hospital (!). Era frequente a falta d'água; uma chuva poderia ser uma benção para a sede ou uma desgraça para o navio. Um "camarote" - coisas reservadas para altos dignatários - era um cubículo de pouco mais de metro quadrado. No convés às vezes era necessário dormir junto da futura alimentação - galinhas, porcos. E resalte-se que o horror dos porões só atingiu seu pleno desenvolvimento durante o tráfico negreiro. Consulta obrigatória para quem quiser saber o que era uma viagem dessas: *Viagem às missões*, do Pe. Antônio Sepp, editado pela Universidade de São Paulo e Livraria Martins Editora.

ERRATA

O número passado saiu com vários erros de informação e de revisão, que corrigimos agora:



Hermes Lima

• Na matéria sobre a Constituinte de 46, a foto do constituinte Hermes Lima foi trocada por uma do ex-presidente Hermes da Fonseca. Na mesma matéria, a afirmação de que "aquelas foram as eleições mais democráticas já realizadas no país" não estava no original; na verdade, o texto dizia que as eleições de 45 foram "das mais democráticas já realizadas no país".

• Na matéria "A Difícil Disputa", em vez de "Ulysses Guimarães não cumpriu o que havia assegurado a Alencar Furtado, de se manter afastado da disputa e em sua passagem por Ribeirão Preto..." deve-se ler "e em sua passagem por Ribeirão Preto..."

• A matéria "A Vitória dos Estudantes" saiu com dois erros. Em vez de "os alunos continuavam firmes em suas posições de não admitir o aumento de 45%, mas procuravam mostrar a reitoria que somente com as subvenções fornecidas pelo MEC não seria possível solucionar os problemas fi-

nanceiros..." deve-se ler que "seria possível solucionar os problemas financeiros". Na mesma matéria, a verba de oito milhões de cruzados do MEC para a PUC se refere a 1976 e não "até 1976" como saiu publicado.

• O Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, escreveu a Movimento informando que a relação de índices de custo de vida elaborada pelo prof. Eduardo Suplicy e publicada em nosso número 83 está errada. O índice do custo em São Paulo, em 1974, foi de 35,18% e não de 31,1% como diz a matéria. "Já fizemos idêntico comentário ao Prof. Suplicy", informou o DIEESE.

COLÉGIO FREDERICO OZANAM

Cursos

- Jardim
- Pré-primário
- Ginásio
- Colégio
- Secretariado
- Contabilidade
- Supletivo: 1º e 2º grau

MATRÍCULAS ABERTAS

Rua Augusta, 423 - Tel. 254.9171 - São Paulo - SP.

Re nov

- Planejamento Educacional
- Assessoria
- Pesquisas
- Cursos
- Orientação Vocacional
- Profissional
- Grupos de Estudos
- Publicações

Coordenação: Maria Nêde Mascalloni
R. Rua Prudente de Moraes, 1322. Tel. 240-2280
Canoas São. CEP. 04687 - São Paulo - SP.

222-2861

é o novo telefone
da Livraria **ZAPATA**

Rua Dr. Cesário Mota Júnior, 285
Sobrelaje - São Paulo

(*) Ver texto em

O impasse no acordo nuclear (visto do lado alemão)

Tem passado despercebido que o acordo de venda de reatores ao Brasil é o maior negócio de toda história do comércio exterior alemão

É notável a pouca divulgação entre nós das reais dimensões do interesse da Alemanha no acordo nuclear. Por um lado, passa despercebido o fato de que este acordo com o Brasil é o maior negócio de toda a história do comércio exterior alemão, um negócio de doze bilhões de marcos não se acha em qualquer esquina e nem mesmo nas mais ricas esquinas do mundo. Por outro lado os alemães não fazem segredo de que sua indústria nuclear está enfrentando severa crise por causa das dificuldades de tirar uma fatia do mercado internacional e por problemas políticos internos como a resistência de muitas comunidades à construção de reatores, o que tem levado até mesmo à paralisação na construção de diversas usinas nucleares.

Certamente, um aspecto essencial e decisivo na opção do governo brasileiro de negociar com a Alemanha para a compra das oito usinas termonucleares é a promessa de instalação de usinas de enriquecimento de urânio e de reprocessamento do combustível nuclear. Exatamente esta parte essencial do acordo está sendo por alegadas razões de segurança internacional ostensivamente vetada pelo governo Carter, que encarregou seu vice-presidente Mondale de comunicar estas condições estritas ao chanceler Schmidt, o que foi feito sem qualquer cerimônia. Tudo isto indepen-

dentemente de o processo de enriquecimento citado por ocasião do acordo não ser realmente eficiente em escala industrial (veja Movimento nº 83). Ora, sem a garantia de independência quanto ao combustível, os reatores podem se tornar patéticos e inúteis monumentos antes até da inauguração, de forma que se os alemães aceitarem as condições americanas não se pode esperar que o Brasil mantenha o restante do acordo.

Já em 1953 os americanos vetaram a compra pelo Brasil de ultracentrifugadoras alemãs, que se prestam exatamente ao enriquecimento de urânio. Estas máquinas já estavam a caminho do Brasil por ocasião do embargo que interrompeu a negociação. Naquela época, contudo, os Estados Unidos ainda eram força de ocupação na Alemanha. Hoje, a configuração internacional é bastante diferente e, pelo visto, temem os alemães que bem mais que sua indústria nuclear esteja em jogo caso não seja mantido o presente acordo; afirma o "Der Spiegel", recentemente que "O dilema parece sem solução: A República Federal não tem condições de se arriscar a um atrito sério com a potência que garante a sua segurança militar da Alemanha Ocidental. Não menos assustadora, porém, é a perspectiva de a Alemanha, que tem mais de um quarto de sua economia dependente do comércio

exterior, venha a por em dúvida sua credibilidade nas negociações internacionais pela queda do acordo com o Brasil." Os alemães não se esquecem que o embargo que os americanos impuseram em 1962 à exportação de tubulações à União Soviética prejudicou seriamente sua imagem. As razões de segurança alegadas naquele caso eram pouco compreensíveis e o montante da negociação era incomparavelmente menor que o do acordo com o Brasil, mesmo assim foi preciso quase uma década para reaverem a confiança para o comércio com os países do leste europeu.

A coalisão de partidos alemães da oposição (CDU-CSU) tem mantido um silêncio conveniente no presente impasse. Na coalisão de partidos do governo (SPD-FDP), os liberais, que ainda que minoritários ocupam pastas importantes como a das Relações Exteriores e da Economia mostram-se favoráveis a manter irrestritamente o acordo enquanto que os social-democratas procuram uma posição de maior cautela para evitar confrontações com as posições americanas. Contra as pressões americanas, os alemães encontram na Europa solidariedade nos seus concorrentes, os franceses, que mantêm com o Paquistão um contrato semelhante ao teuto-brasileiro para a entrega de instalações de processamento para combustível nuclear.

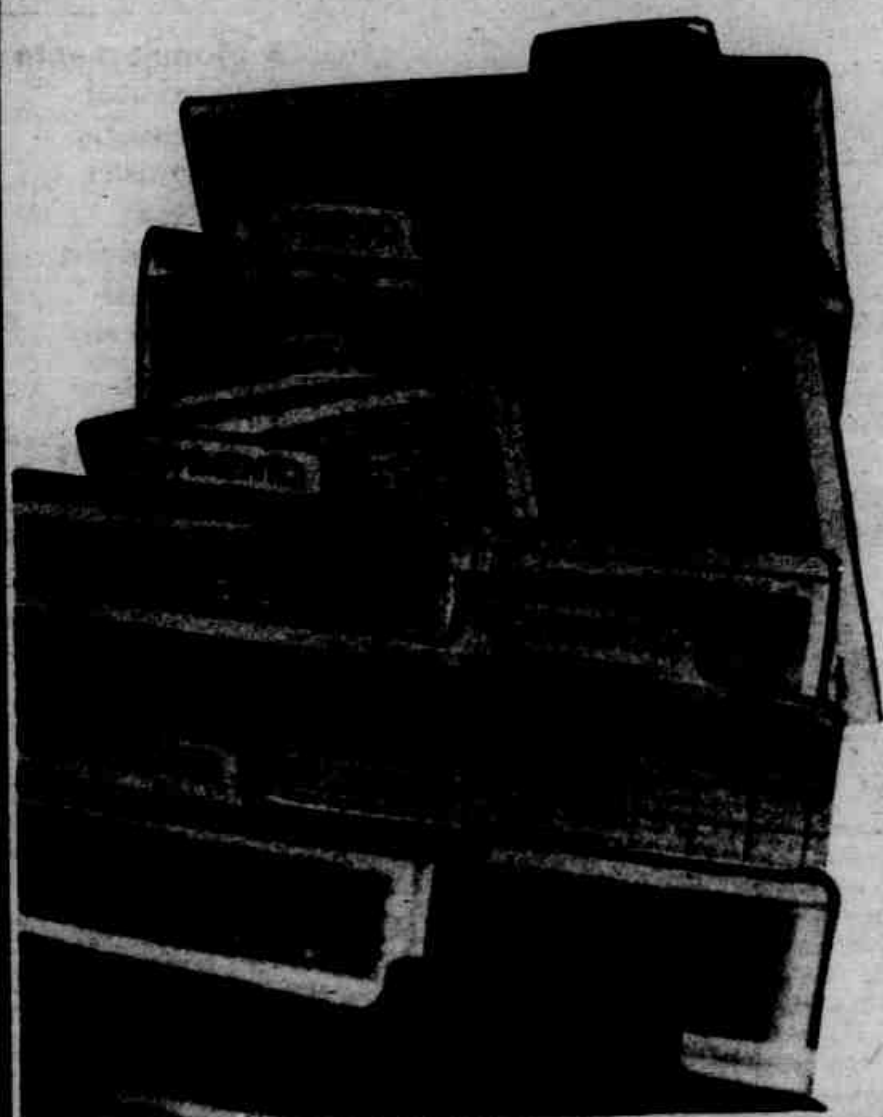
Esta, aliás, é a razão pela qual os encontros entre Schmidt e d'Estaing precederam a comissão alemã que por estes dias estará em Washington para discutir o problema.

Por enquanto o governo alemão tem procurado manter a todo custo o compasso de espera; há mais de dois meses o ministério da economia está retendo a aceitação final para a instalação piloto enquanto que setenta diferentes contratos já foram assinados entre firmas alemãs e brasileiras e meios já foram dispendidos como parte do contrato de crédito de quatro bilhões e trezentos milhões de marcos.

Especialistas e futurologistas em diplomacia nuclear creem que a solução possa ser os alemães convencerem o governo brasileiro a abrir mão da autonomia sobre todas as suas instalações nucleares, permitindo inspeção americana não só às instalações incluídas no acordo. Pensa-se até mesmo que se possam resolver estes e outros problemas semelhantes de um só golpe com a instalação aqui de um centro multinacional para enriquecimento de urânio, processamento do combustível e disposição de lixo atômico. Será a internacionalização da indústria nuclear brasileira o reverso da medalha da propalada transferência do "Know-How"?

Luís Carlos de Menezes

PORQUE ASSINAR MOVIMENTO



1. Porque Movimento é a revista de maior circulação no Brasil, com mais de 100 mil exemplares. É a única revista de cultura e política que tem uma tiragem tão alta. Isso significa que se você assinar Movimento, estará em contato com a opinião pública brasileira.

2. Porque Movimento é a única revista de cultura e política que tem uma tiragem tão alta. Isso significa que se você assinar Movimento, estará em contato com a opinião pública brasileira.

3. Porque Movimento é a única revista de cultura e política que tem uma tiragem tão alta. Isso significa que se você assinar Movimento, estará em contato com a opinião pública brasileira.

VOCÊ PAGA 39 JORNAIS
E RECEBE 62!

Desejo receber uma assinatura de Movimento:

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Profissão _____ Idade _____

Cidade _____ Estado _____

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição S/A. — Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP-05415. Se o pedido de assinatura foi feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 23.605.35-E/ M. Forti. — Paris France. Preço da assinatura no exterior. ANUAL US/ 70/ SEMESTRAL US/ 35.

☐ ANUAL

Cr\$ 350,00

Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados.

☐ SEMESTRAL

Cr\$ 175,00

Desejo receber gratuitamente 5 exemplares atrasados.

Um quarto de légua em quadro*

Luís Antonio de Assis Brasil

(...)

- Mas deve haver algum motivo para não aceitar! - O jesuíta segurava à minha frente um cálice de vinho - É o Madeira mais antigo que conheço!

- Ah... sim, respondi, entre surpreso e envergonhado. Aceito, sim. Desculpe. É que estava pensando em tudo o que aprendi hoje.

- Tomei um gole. - Há milhares de coisas que não conheço.

- E nem deve. - Tirou o leque da cadeira e sentou-se. - Quanto mais o senhor aprofundar-se no que é da sua obrigação, più capace será. Imagine lá fazendo cirurgia... é morte certa no primeiro corte.

Riu abertamente. Depois, foi ficando sério. Percorria os olhos pelas estantes.

- Outro dia, na casa de il Generale, vi sua preocupação per questa gente que veio... de onde, mesmo... ah..., Açores. Logo que sono arrivato qui, entendi que se teria muitas dificuldades com eles. Estão sem saber o que fazer, os administradores. Il Generale não tem onde colocar o povo, mesmo provisoriamente. Disseram-me que as poucas casas já são dos moradores antigos. E não sabe quando poderão ir para as Missões.

O assunto chamou-me à realidade. Realidade bem maior do que a minha. A realidade de centenas de homens e mulheres que estavam barbaramente sendo vítimas de planos traçados no papel. Culpei-me por estar dando tanta importância ao meu caso que, bem ou mal terminado, em nada influiria na História.

- Acredito que é assunto perdido - respondi-lhe. - As Missões nunca serão de Portugal. E, o que é muito pior do que isso, os colonos terão de ser espalhados a esmo, onde houver terra ainda sem dono. De um plano urdido habilmente, o que sobrou? A tristeza, a fome, a descrença no rei.

- Mas já encontramos qui, quando chegamos, alguns azoriani.

- É verdade, mas não são os casais de el-rei, do contrato. Vieram contrabandeados em navios mercantes. Tiveram o privilégio de conseguir terras devolutas, das que sobraram às que foram dadas nos militares. Ainda dias atrás tive oportunidade de falar com um desses militares-estancieiros. Opõe-se a qualquer gente nova que venha, pois constitui ameaça aos seus privilégios.

- Ouvi dizer que il signore é azoriano. D. Maria das Graças me a parlatu.

Mulher que se mete em tudo!

- Sou, mesmo, da ilha Terceira.

- Deve então conhecer bem questa gente.

- O tanto para saber que estão padecendo o que não merecem.

O padre acendeu um charuto, lentamente.

Depois de uma bafurada:

- Dottore mio, tem ragione. É uma desumanità tudo o que está ocorrendo. Io mesmo me pergunto se o que estou fazendo tem algum valor, quando o principal valor está sendo massacrado.

Cedia. Sua anterior posição, de quase neutralidade, era a simples capa de funcionário zeloso, do homem de confiança. Mas agora, depois do Madeira, do sentido do gosto satisfeito, da visão mais clara das coisas, o mundo bem que poderia ser diferente... sem desdouro algum. A persistência em uma atitude indolente não parecia corresponder à maneira franca e digna de confiança que demonstrou quando o vi pela primeira vez, com o general Gomes Freire.

Percebi que o sacerdote dormia, o charuto apagado entre os dedos, uma expressão de dúvida no vinco entre os olhos. Terá muito que pensar. Que conciliar. Isto se, evidentemente, quiser usar a cabeça para outro fim que não seja cálculos astronômicos.

Sai sem barulho e vim para o hospital.

1º de junho de 1752

Descontentamento entre os colonos. Não são poucos os que vêm ao hospital para queixar-se. Uns culpam o general Gomes Freire, por estar mais interessado na demarcação e em tropas do que em atendê-los. Outros já acham que é o comandante do Rio Grande mesmo, coronel Osório. O fato é que têm-se socorrido dos moradores antigos para sobreviverem. Sei de alguns que já receberam terras aqui por perto, mas a grande maioria continua sem nada. Arrancham-se como podem. Em um fundo de quintal. Na casa de algum parente que chegou antes. Outros resolvem erguer choupanas precárias, com paredes de barro, em algum pedaço de campo emprestado. Por sorte são gente de boa paz e ajudam-se uns aos outros.

Já desconfiam de que não estão aqui para ficar em definitivo.

Joaquim Laio é um homem robusto, de quarenta anos, pai de seis filhos e dono de uma preciosidade: uma espingarda, que leva sempre junto. Outro dia em que eu estava nos fundos, com Aguiar, estendendo meu colchão ao sol, Laio apareceu com a espingarda ao ombro e dois patos mortos na mão.

- Bons dias, doutor Gaspar! Dá licença!

Dada ou não licença, foi-se abancando no degrau da porta. Cuspiu para o lado, coçou a cabeça. Certificou-se que não havia ninguém por perto. As mãos possantes cruzaram-se sobre os joelhos. Senti que ria

O que apresentamos a seguir é parte do romance *Um quarto de légua em quadro*, diário de um médico com temperamento de artista que acompanha a empresa de colonização dos portugueses no sul do país. As cenas se passam no Porto do Rio Grande, boca do Continente, por onde os portugueses esperavam consolidar seu domínio sobre uma terra que se promete fértil e rica em pastagens, gado e ervas. É o diário de um desespero, de um médico humanista e liberal às voltas com mulheres, adúlteros, astrônomos desligados, colonos submissos ou revoltados, déspotas esclarecidos e alguns não-esclarecidos. Esclarecendo para o leitor: a cena se abre com um diálogo entre o doutor Bartolomeu Panigay, personagem histórico, padre astrônomo encarregado de efetuar a demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha naquelas paragens. Presente esteve Dona Maria das Graças, mulher do tenente Covas, paixão do médico e por ele algo apaixonada. Presentes estarão, todo o tempo, "o General", ou seja, Gomes Freire de Andrade, personagem histórico, comandante português encarregado de trazer aqueles territórios para Portugal, e o Aguiar, pacato criado do conturbado médico.

por detrás da barba.

- Então, que bela peça nos pregaram... el-rei está nos enganando... primeiro aquela viagem miserável. Perdi dois filhos nela. Depois, quando chegamos no Desterro, tudo parecia certo: grudamos o olho no coronel Escudeiro e o homem desconfiou, desconversou, eram ordens de mandar a gente cá para baixo. Está bem, a gente vem. Mesmo, tinha outra solução? Chegamos. Grudamos o olho no General. Olha para a gente com pena, suspira, diz que sabe como está tudo ruim, mas que agora não pode nos atender porque foi incumbido por el-rei de fazer uma tal de...

- Demarcação - ajudei.

- E, a tal de demarcação. Daí a gente vai falar com o coronel Osório. Também é outro que tem pena, mas não é tanta. Diz que o General, agora que está aqui é quem manda, e é o único que pode resolver, mas acha que por causa da demarcação deve andar muito ocupado. Então eu penso que, se não fosse esse raio de demarcação, a gente estava bem, feliz, cada um na sua terrinha, não é?

Aguiar olhou para mim, curioso.

- A culpa não é só da demarcação, expliquei. Há muito mais coisas que tu não sabes.

- Deve ter, mesmo, - murmurou - porque nunca se viu tanta desconsideração com homens de bem e leais.

- Não tem terra para dar! - exclamou o Aguiar.

- Não tem terra? - o homem parecia estar ouvindo uma blasfêmia. - Como, não tem terra? O senhor, doutor, é porque não sai quase do presidio. Mas a gente olhando em roda, se perde de tanto olhar. É um descampado só. Nem cerca, nem nada. De vez em quando é que aparece um peão dizendo: "Sai daqui, fio da mãe! Não sabe que é terra do coronel?" Se a gente reclama, baixam o relho. São bandidos, tudo meio com cara de índio. As vezes até negro aparece para desancar. E a gente tem de engolir tudo sem saber se é verdade ou não. Então, tem um tal de Miguel Cardoso Ferreira que é useiro e vezeiro em fazer tropelias na redondeza da vila, dizendo que estamos ocupando terra sua. Dão tiros para o ar, cantam deboches para as mulheres. Até roubaram dois cavalos, que meu vizinho tinha conseguido comprar.

Olhou-me com olhos indignados:

- E vida? E vida? - pegou um dos patos - olhe, este aqui não foi caçado a tiro, não, como homem caça. Foi agarrado à unha, para economizar pólvora, que não há mais. No entanto, para as tropas do general Gomes Freire há muita, e da boa, bem azulzinha. E me pergunto? Mas não estamos em paz com os castelhanos?

Deixei que dissesse tudo o que queria dizer. Acalmava-se aos poucos. Passou a mão na testa precocemente enrugada:

- Desculpe. O senhor dizia que há muita coisa que eu não sei. - já falava lentamente. Olhou-me como se tudo o que eu dissesse não teria o condão de mudar nada. - O que é?

Reconheço que me senti meio constrangido. Como poderia vir com explicações para um homem que sofria, na carne, uma tremenda injustiça? Dizer-lhe que, apesar de não parecer, todas as terras adjacentes estão ocupadas de verdade? Com proprietários de título na mão? Que, mesmo que houvesse terra, estão os colonos destinados às Missões, um lugar perdido no meio do Continente?

E o homem estava ali. Olhando-me. A cara redonda virada para mim.

Era como se toda a multidão dos desamparados, dos famintos e desvalidos do mundo estivesse esperando de

mim uma solução. E quem sou eu para dar soluções, que não soluciono nem os meus próprios desamparos, minha fome, meus desvalimentos?

Mas urgia falar. Afinal sou o doutor Gaspar. Aquele único que, dentro dessa ilha de mundo, tem obrigações de conhecer o direito ou avesso dos fenômenos.

Tentei:

- Olha, os do Reino são bem intencionados. Já...

- Os do Reino? Bem intencionados com o pessoal das ilhas - deu de ombros. - julgava o doutor mais inteligente.

- Embora não pareça, tudo obedece a um plano.

- O plano de nos fazer morrer à míngua...

- Acho mesmo que o rei mandaria sóditos seus irem morrer, só por gosto!

- El-rei não sei. Mas dizem que tem um tal que manda nele e faz tudo que ele diz. Deve ser esse que está tramando tudo...

Há milhares de coisas erradas, nessa vinda de gente. Mas Chico Laio estava indo um pouco além do seu entendimento. Deve ser alguém mais instruído fazendo campanha. Como ele poderia conhecer a figura do Carvalho e Melo?

- Para teu governo, o contrato para a emigração foi feito pelo outro rei, D. João V, que já está morto.

- Mas um é filho do outro. O que um fez, o outro diz que estava bom. - Levantou-se, olhou em volta, com raiva. - Com esta espingarda, doutor - mostrava a arma, arrogante - quero matar só bicho!

Passaram de galope alguns soldados, em exercício. Comandava-os um jovem oficial, de sabre erguido.

A seu lado, um tambor, tocando "avançar!" Mal se via a bandeira real, com a poeira que levantavam. Bem ajacizados, os cavalos reluziam de gordura.

- Vê? - disse Laio - gente do General. - "Os dragões". Boas roupas, cavalaria supimpa...

Aguiar, que tinha parado o serviço, empolgado com a encenação, emendou:

- É. Os cavalos daqui, do coronel Osório, não são nem metade destes. E a soldadagem é muito mais pobre, sem fardamento que preste. Dizem que estão com o soldo atrasado.

Os argumentos soterravam-me.

O tratado... a demarcação... um bonito papel, assinado em Madri, por dois titulares enluvarados, em uma sala ricamente mobiliada, sob o olhar terno de algum príncipe da igreja cheirando rapé. Gente que de poeira só conhece a que levanta de sua carruagem com destino às festividades oficiais e menos oficiais. E a fidalguia: América! Onde? Ahn... Com um monóculo. Aquel embaixo? Que rio é esse? Como? Da Prata? Então deve dar muita prata! E aqui... deixe ver... Rio... Rio Grande de São Pedro. Pero es de Portugal! Si, si, claro, es desde 37, no? É mesmo. Y acá? Missiones... es nuestra, no? Desculpe. Cambiamos por la Colonia del Sacramento, verdad?

Laio, de espingarda na mão, via sumir-se a tropa atrás da casa do governo. Deu uma imensa risada:

- E os tratantes ainda acreditam que estão fazendo uma coisa séria.

3 de junho de 1752

Tudo o que se passou com Laio deixou-me desanimado, arrasado. Por reconhecer que, à sua moda, disse tudo o que tinha a dizer. E foram verdades que nenhum de nós sequer ousava pensar. Até Aguiar, para quem tudo é céu aberto, já encontra motivos de queixas e desconsolo. O que me vale, o que me salva, é que ainda consigo enxergar um lado, o pitoresco, o grotesco, os braços da nacionalidade: a revista das tropas, ao amanhecer. Os toques de clarim. Os soldados, com sono, esfregando os olhos. O General, tendo por sombra o coronel Osório, olhando de cima para baixo o pessoal. Conjeturando hipóteses. Medindo forças. Examinando equipamentos. Apalpando barracas, testando a resistência do pano. "Dará? Não dará?" Queixa-se da demora do marquês de Valdelirios, o plenipotenciário espanhol, adormecido com suas tropas demarcadoras em Buenos Aires, fazendo-se de desentendido. "Qualquer dia vou mandar uma nota desaforada para o Valdelirios! Estão nos fazendo de bobos. Sabe, isso faz parte do jogo castelhano. Quanto mais tempo as coisas ficarem como estão, melhor. - O General empalidecia de raiva - mas eu sou outra coisa! Não fico a perder tempo! Sabe o que vou fazer, Osório? Em meados de junho vou para o Chul e acampo, aguardando. Terão que se decidir, de qualquer maneira".

Com os primeiros frios, começam as doenças. Pouco a pouco o hospitalzinho vai-se enchendo. Em geral são velhos, arquejantes, com tosse. Já chegam nas últimas, pois só vêm para cá quando não mandam mais em si, de doentes. Os filhos trazem-nos às costas, deixam uma mulher tomando conta e voltam para suas casas.

A comida, felizmente, melhorou, pois uma parte do churrasco já deu lugar à abóbora, e à mandioca. Os colonos recém-chegados começam a fazer um queijo não totalmente ruim. Os que já estavam aqui se ensinam algumas coisas aos novos, tem também aprendido muito com os índios. Os antigos moradores, em geral aventureiros paulistas, tropeiros de má catadura, habituados a correr gado alçado pelo campo, agora têm vislumbado um novo modo de vida, mais sóbrio, mais doméstico. Mais afamiliado.

(*) Ver resenha nesta edição.